



Compromisso Madeira@2020

Diagnóstico prospetivo Regional

maio, 2013

Índice

Apresentação.....	1
I. constrangimentos estruturais	3
I.1. Posicionamento da Madeira no contexto nacional e europeu	3
I. 2. Constrangimentos Estruturais - Elementos de Diagnóstico	6
A. Competitividade e Inovação.....	9
B. Desenvolvimento Sustentável.....	22
C. Qualificação escolar e profissional	31
D. Coesão Social.....	34
E. Capacitação Institucional e Cooperação Territorial	40
II. Intervenção das políticas públicas Regionais no Horizonte 2020	43
II. 1. Elementos de contexto.....	43
II. 2. Abordagem preliminar da Estratégia de Desenvolvimento Regional	45
II. 3. Intervenções e necessidades de financiamento público, por Prioridade Temática	50
A. Prioridade Temática - Promoção da Competitividade da Economia	50
B. Prioridade Temática - Formação do Capital Humano	59
C. Prioridade Temática - Promoção da Coesão Social	61
D. Prioridade Temática - Desenvolvimento Sustentável.....	65
II. 4. Objetivos temáticos e instrumentos de política - abordagem preliminar.....	75

Índice Tabelas e Gráficos

Tabela 1. Estratégia Europa 2020 - Programa Nacional de Reformas	3
Tabela 2. Indicadores de desenvolvimento económico e emprego, UE 27, PT e RAM	4
Tabela 3. Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2007	5
Tabela 4. Principais indicadores de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008.....	10
Tabela 5. Distribuição dos Projetos aprovados, por Sistema de Incentivo associado a IDT+I do Intervir+ (31/12/12)	11
Tabela 6. Número de estabelecimentos, segundo a CAE (Rev. 3)	13
Tabela 7. Principais indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM	14
Tabela 8 - Evolução dos principais indicadores de Turismo, entre 2007 e 2011	18
Tabela 9. População ativa, por nível de escolaridade completo.....	31
Tabela 10. Pessoas com idade entre 25-64 que concluíram o Ensino Superior, por NUTS II	31
Tabela 11. Percentagem da formação secundária dual sobre o total da Formação secundária	32
Tabela 12. Estatísticas de Educação 2010/2011	32
Tabela 13. Percentagem de jovens com idade entre os 20-24 anos que concluíram pelo menos o Ensino Secundário.....	32
Tabela 14. Aprendizagem ao Longo da Vida (% da população com idade entre os 25 e 64 anos que participa em ações de educação e/ou formação)	32
Tabela 15. PIB em paridades do poder de compra, por habitante em % da média da União Europeia.....	35
Tabela 16. Taxa de emprego dos 20-64 anos.....	35
Tabela 17. Pessoal ao Serviço nos estabelecimentos empresariais da Região, segundo o ramo de atividade	36
Tabela 18. Evolução do Desemprego (2007-2012)	37
Tabela 19. Risco de pobreza, estimado pelo rendimento monetário (2000-2009).....	38
Tabela 20. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	39
Tabela 21. Incidência de trabalhadores a receber a RMMG, por região (NUT II) do estabelecimento	39
Gráfico 1. Despesa em I&D em percentagem do PIB, por Região	12
Gráfico 2. - FBCF - Taxa de variação em volume (%).....	15
Gráfico 3. Capacidade de Alojamento (média anual 1991- 2011)	17
Gráfico 4. Evolução das Taxas de Ocupação e Dormidas, 1991-2011	17
Gráfico 5. Evolução do Rendimento por quarto disponível (RevPar)	18
Gráfico 6. Evolução da Taxa de desemprego (1998-2010 e 2011-2012)	37

APRESENTAÇÃO

No quadro de programação do acesso e mobilização de recursos de financiamento com origem nos Fundos Estruturais da Política de Coesão (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) e de outros Fundos e Instrumentos Financeiros (FEADER, FEAMP, ...), para o período 2014-2020, o **Acordo de Parceria** substituiu o atual QREN e os Planos Estratégicos Nacionais para a Agricultura e Desenvolvimento Rural e para as Pescas.

Este documento deve explicitar os constrangimentos estruturais do Estado-membro e das suas Regiões, bem como as necessidades de intervenção e instrumentos de política pública para os quais os Fundos Estruturais poderão viabilizar ajudas financeiras subordinadas às Prioridades temáticas, Objetivos temáticos e Prioridades de investimento estabelecidas pela Comissão Europeia, no enquadramento da Estratégia Europa 2020.

O **Diagnóstico prospetivo Regional** organiza os contributos da Região Autónoma da Madeira (RAM) para esse Acordo de Parceria que deverá refletir de forma objetiva as dimensões-problema, bem como as necessidades de intervenção das políticas públicas da Coesão no horizonte 2020, na ótica da Região.

A elaboração deste Documento corresponde a uma componente específica do trabalho mais vasto de preparação do novo período de programação dos Fundos Estruturais para a RAM, trabalho que inclui, ainda, a preparação de um **Documento de Orientação Estratégica** - de suporte ao **Compromisso Madeira@2020** - cujas traves mestras se encontram delineadas, em formulação preliminar, neste Diagnóstico prospetivo Regional - e a conceção dos instrumentos de financiamento.

Em vista da desejável participação neste processo das entidades públicas (Organismos do Governo Regional e Institutos Públicos) e das entidades associativas e de direito privado (Associações Empresariais, Sindicais, e Agências, ...), foram convocadas reuniões de trabalho e solicitados contributos técnicos, segundo uma matriz de recolha de informação que contemplou:

- Contributos sectoriais para o **Diagnóstico prospetivo Regional**, elaborados por diversos Organismos do Governo Regional;
- Contributos sectoriais para caracterizar o cumprimento dos Critérios das **Condicionalidades ex-ante de cada Objetivo temático**;
- Contributos sectoriais para sistematizar elementos (Objetivos, Tipologias de Ação, Diretivas, Referenciais Estratégicos, ...) de apoio ao preenchimento de Fichas de **Instrumento de Política Pública**, da responsabilidade do IDR.

Na elaboração deste **Diagnóstico prospetivo Regional** foi, também, processada informação documental existente, nomeadamente Relatórios de Monitorização e de Avaliação dos Programas Operacionais Intervir+ e Rumos, cujos conteúdos contribuíram para robustecer o Documento com algumas lições extraídas da experiência de gestão dos instrumentos de financiamento das políticas públicas regionais.

No quadro da consultoria externa que está a apoiar os trabalhos de preparação da Estratégia Regional e dos Programas Operacionais, foram realizadas sessões de trabalho com diversos “stakeholders” em diferentes domínios sectoriais de intervenção das políticas públicas regionais, com recolha de informação qualitativa adicional.

Tendo presente a necessidade de garantir um exercício dotado de coerência e racionalidade, com integração gradual de contributos técnicos nos Documentos de suporte à programação, o **Diagnóstico Prospetivo Regional** processa, em versão preliminar, um conjunto relevante de elementos a incorporar no futuro Documento de Orientação Estratégica Regional, provisoriamente designado **Compromisso Madeira@2020 - Inovação na Tradição**.

A estrutura do **Diagnóstico Prospetivo Regional** adota o modelo de organização simples sugerido como base de trabalho pelos *Memoranda* técnicos que orientam o desenvolvimento dos trabalhos de programação em curso, sob coordenação da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus. Esse modelo compreende duas secções:

- (i) uma síntese dos principais constrangimentos estruturais; e
- (ii) uma identificação das Prioridades de Investimento de entre a lista comum prevista para a intervenção dos Fundos, nos Regulamentos comunitários.

Os contributos sectoriais preparados pelos Organismos do Governo Regional, identificando necessidades de intervenção e objetivos de política pública, permitiram sistematizar outras importantes prioridades de investimento, a equacionar na programação.

Na fase atual encontram-se em preparação as Fichas dos Instrumentos de Política Pública selecionados os quais deverão ser objeto de aprofundamento e validação gradual com vista a inclusão no futuro Programa Operacional, a preparar na sequência da aprovação do **Acordo de Parceria** a celebrar por Portugal com a Comissão Europeia.

I. CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS
I.1. Posicionamento da Madeira no contexto nacional e europeu

O processamento da informação quantitativa disponível referente aos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e ao Programa Nacional de Reformas (PNR) permite colocar em perspetiva a posição da Madeira, ainda que a informação seja relativamente escassa para a Região em alguns indicadores de referência.

Tabela 1. Estratégia Europa 2020 - Programa Nacional de Reformas

Objetivos	Indicadores	Metas Europa 2020	Metas Nacionais PNR	Portugal Situação Atual	Madeira Situação Atual
<i>Reforço da I&D e da Inovação</i>	Investimento (em % do PIB)	3%	3%	1,59%(2010)	0,29%(2010)
				Sector público: 0,70%	Sector público: 0,25%
				Sector privado: 0,89%	Sector privado: 0,04%
<i>Mais e Melhor Educação</i>	Taxa de abandono escolar precoce	10%	10%	20,8% (2012)	29% (2012)
	População com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos (em %)	40%	40%	33,7% (Censo 2011)	29,0% (Censo 2011)
<i>Clima/Energia</i>	Redução de Emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE)	-20% (em Comparação com os níveis de 1990)	+1% meta vinculativa nacional para setores não CELE ^(*) em relação a 2005	117% em 2010(1990=100; emissões totais)	103% em 2009 (2005=100%)
	Energias renováveis no consumo de energia final (em %)	20%	31%	25,7%	7,5%
	Aumento da eficiência energética	Aumento de 20%	Aumento de 20%	-23%	-
<i>Aumentar o Emprego</i>	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	66,5%(2012)	63,7%(2012)
<i>Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais</i>	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (1000 pessoas % do total da população) 115479 (23,4% do total), em 2010	20 milhões de pessoas	Pelo menos 200 000 pessoas	2.693 (25,3% do total)	
	3 indicadores (unidade: 1000 pessoas - % total da população):			1.903 (17,9% do total)	
	- Risco de pobreza (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional) (80018 (16,4% do total EU27, em 2010));			958 (9% do total)	
	-Privação material (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas) [40.096 (8,1% do total EU27, em 2010)];			700 (8,6% do total)	
- Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário) [37.377 (9,9% do total EU27, em 2010)].					

^(*)CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

Relativamente aos quatro indicadores para os quais se dispõe de informação fiável, a posição da Região situa-se aquém do desempenho atual do País e bastante afastada das metas de referência estabelecidas para o horizonte 2020, com destaque para os objetivos associados à Inovação, ao Emprego e à Energia. Tal significa que, na ótica do contributo regional para esses objetivos, é importante atribuir prioridade à focagem das intervenções e instrumentos de política quer nos domínios da competitividade, inovação e desenvolvimento do potencial humano (sobretudo assegurando a sua articulação, tendo em vista um equilíbrio desejável entre oferta e procura de qualificações), quer no domínio da energia, com ênfase para a eficiência energética e redução da dependência do exterior, vetores muito relevantes para a competitividade do tecido económico regional.

A posição da RAM no contexto Nacional e Europeu é explicitada na Tabela seguinte, com base na utilização de indicadores demográficos e de desenvolvimento económico e emprego.

Tabela 2. Indicadores de desenvolvimento económico e emprego, UE 27, PT e RAM

Indicadores		UE27	Portugal	Madeira
Indicadores Demográficos	População Residente (2011)	503.043.294	10.562.178	267.785
	Taxa de Natalidade (2011)	10,7	9,2	9,0
	Taxa de Mortalidade (2011)	9,7	9,7	9,3
	Índice de Envelhecimento (2011)	111,7	131,3	93,9
	Índice de Dependência de Idosos	26,0	29,6	22,3
	Índice de Dependência de Jovens	23,3	22,5	23,9
Desenvolvimento económico e emprego	PIB (10 ⁶) (2011)	12.638.008,7	168.503,6	5.139,6
	PIB <i>per capita</i> (2011)	25.123	19.616	20.669
	Taxa de desemprego (2012)	10,5	16,9	19,7
	Taxa de Atividade (2012)	72,1	51,8	52,2

Fonte: População Residente – UE27 (Eurostat), PT e RAM (INE, *Censos 2011*); Taxa de Natalidade, dados 2009, UE27 (Eurostat), PT e RAM (INE, *Anuário 2011 da Região da Madeira*); Taxa de Mortalidade dados 2009 UE27 (Eurostat), PT e RAM (INE, *Anuário 2011 da Região da Madeira*); Desemprego, dados INE e DRE da Madeira.

Neste perfil de indicadores, a RAM apresenta “performances” relativamente heterogéneas sendo de destacar pela positiva a vitalidade demográfica (Índice de Dependência de Jovens) mais elevada que em Portugal e na UE a 27, ainda que com uma taxa de natalidade inferior, o que antecipa uma tendência de mudança neste indicador.

Nos indicadores socioeconómicos, salienta-se o PIB *per capita* superior à média nacional e correspondendo a 82,3% da média europeia; em contrapartida, a taxa de desemprego apresenta-se bastante acima da média europeia, ainda que com diferencial menor face à média nacional, enquanto a taxa de atividade, mesmo situando-se 0,4% acima da média nacional, está cerca de 20 pontos percentuais abaixo da média da UE a 27.

A evolução dos principais indicadores macroeconómicos revela uma dualidade notória entre um comportamento globalmente positivo dos indicadores de rendimento (PIB, VAB e Rendimento Disponível

Bruto) e um comportamento desfavorável de indicadores empresariais e de emprego¹. Em relação aos indicadores de rendimento, assinala-se uma inflexão entre 2010 e 2011.

Tabela 3. Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2007

Indicador	2007	2010	2011	Varição (%)**
Pessoal ao Serviço (DIRTRA/GEP)	71.820	63.012	61.535	-14,3
Nº de Estabelecimentos	8.829	7.776	7.719	-12,6
Relação Pessoal ao Serviço/ Estabelecimentos	8,1	8,1	8,0	-1,2
População Empregada (10 ³) (INE)*	116,5	119,8	106,5	-8,6
Taxa de atividade (15 e mais anos) *	61,8	63,3	52,2	-15,5
Taxa de Emprego *	57,6	58,6	51,9	-9,9
Taxa de Desemprego *	6,8	7,4	17,5	157,4
PIB (10 ⁶ Euros) a preços correntes	5.046,9	5.207,5	5.111,5	1,3
PIB per capita (10 ³ Euros)	20.504	21.066	20.669	0,8
VAB (10 ⁶ Euros) a preços correntes	4.358,1	4.562,1	4.460,9	2,4
FBCF (10 ⁶ Euros) a preços correntes	1.026,5	1.002,0	-	-2,4
Rendimento Disponível Bruto (10 ⁶ Euros)	2.805,5	3.038,5	-	8,3
Rendimento Disponível Bruto pc (Euros)	11.393,1	12.278,0	-	7,8

* Dados de 2012. ** Variação último ano disponível/ 2007.

Fonte: DIRTRA/GEP, *Quadros de Pessoal*; INE, *Inquérito ao Emprego*; DREM (2011), *Contas Regionais 1995-2011P*.

A informação processada na Tabela anterior evidencia: a quebra do investimento (-2,4% da FBCF, entre 2007 e 2010); a redução do volume de estabelecimentos empresariais (-12,6%, entre 2007 e 2011); a quebra dos indicadores de atividade e emprego (entre 2007 e 2012, diminuição de -15,5% e - 9,9%, respetivamente), a par de uma subida do desemprego. A evolução desfavorável do volume de estabelecimentos e do emprego, em contraste com a evolução do PIB, do VAB e do Rendimento disponível mostra que terá ocorrido uma sustentação do rendimento da Região a partir de transferências (públicas e privadas) do exterior, através de fluxos significativos de remessas de emigrantes e de transferências de fundos públicos, com origem no Orçamento do Estado e/ou em fundos comunitários.

O período pós-2007 foi significativamente marcado pela alteração do contexto macroeconómico. Com efeito, o exercício *ex-ante* da adicionalidade, realizado em 2007, previa um crescimento real médio do PIB de 2,1% no período 2007-2013, quando atualmente se estima uma variação real média negativa do PIB ao longo destes seis anos. Embora não estejam disponíveis dados para o PIB regional em 2012, o comportamento do emprego (a cair mais rapidamente que a média nacional) parece antecipar uma acentuada quebra nos indicadores de rendimento na Região numa tendência de deterioração rápida e mais do que proporcional à verificada na média nacional.

O contexto económico de implementação dos instrumentos da Política de Coesão do QREN sofreu, assim, uma profunda deterioração resultante dos impactos combinados da forte crise europeia e mundial, a partir de 2008, e do processo de ajustamento pesado a que economia portuguesa ficou sujeita na sequência do acesso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEER).

¹ O desfasamento entre os indicadores de rendimento e de emprego apresentados, implica alguma prudência na interpretação dos primeiros; com efeito, poderá estar a ocorrer uma viragem mais rápida que a verificada para a média nacional e ainda não refletida em 2011.

As linhas mestras do *Memorandum* de Entendimento que enquadra o acesso de Portugal àquele Fundo, induzem implicações, nomeadamente, na contenção das despesas públicas, nas restrições e corte de acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias, na contração do consumo privado e no agravamento das condições socioeconómicas (quebra da atividade económica e dos níveis de emprego), com efeitos na redução do rendimento disponível. Esses efeitos deverão marcar, a partir de 2012, uma forte inversão de tendência nos indicadores de rendimento quer pela via da diminuição do produto, quer pela via do aumento da carga fiscal.

No caso da RAM, para além das restrições orçamentais decorrentes do *Memorandum*, acrescem as que resultam da assinatura, em 2012, entre o Governo Regional e o Ministério das Finanças, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM (PAEF). As implicações deste Programa sobre a concretização efetiva de algumas prioridades das políticas públicas regionais são vastas, sendo de destacar:

- forte impacto negativo nas dinâmicas de iniciativa e de investimento empresarial tanto da parte das empresas existentes, como de outras em fase de lançamento de atividade, confrontadas com quebras da procura pública e privada e com restrições no acesso a crédito, para investimento e gestão de tesouraria;
- importantes constrangimentos orçamentais dos organismos da Administração Pública Regional, com reflexos na realização de despesas de investimento e correntes nos domínios da Educação e Formação e também na iniciativa de investimento público (infraestruturas e equipamentos), situação agravada pelas reorientações de prioridades de curto prazo motivadas pelas necessidades de intervenção resultantes do temporal de Fevereiro de 2010;
- estreitamento das condições de inserção na vida ativa e de rotação de empregos, agravamento do desemprego jovem e de adultos de baixas qualificações, alastramento da exclusão social e estrangulamento do potencial de dinamização de iniciativas de desenvolvimento local e outras de economia social (cf. *Relatório de Monitorização do Programa Intervir +*, 2.º semestre de 2010, IDR).

I. 2. Constrangimentos Estruturais - Elementos de Diagnóstico

Ao longo das últimas duas décadas, a RAM assentou a sua Estratégia de Desenvolvimento em cinco pilares que importa revisitar de forma particularmente aprofundada, na medida em que o próximo ciclo de utilização de instrumentos de promoção do crescimento e do desenvolvimento económico e social, apresenta condicionamentos (em número e qualidade) dos instrumentos e existe vantagem em estabelecer prioridades regionais que valorizem os resultados, entretanto, alcançados:

- *Infraestruturação material* resultante do esforço de investimento público. Este investimento contribuiu para a existência de uma importante dotação de equipamentos que podem servir de base ao desenvolvimento económico regional, à atenuação de assimetrias territoriais e à melhoria das condições de suporte à coesão social e territorial.
- *Incentivo ao crescimento do sector turístico*, expressando a relevância da especialização natural e histórica do Arquipélago (com a particular secularidade da atividade na Ilha da Madeira), a qual

tem fortes reflexos na afetação de recursos públicos e privados, seja em termos presentes, seja em termos de afetação potencial futura;

- *Aposta sistemática na atração de atividades de elevado valor acrescentado no sector dos serviços* (serviços financeiros e às empresas, TIC e I&DT, ...) que não conseguiu atingir dimensão crítica correspondente ao investimento efetuado, pese a pertinência e coerência potenciais dos incentivos existentes, traduzindo também uma dificuldade objetiva de emergência de atores com capacidade de absorção deste tipo de incentivos;
- *Aposta decidida na utilização de incentivos fiscais* ao estabelecimento de novas atividades económicas, com resultados aquém do esperado, num contexto de desgaste tendencial da capacidade destes instrumentos, sobretudo, em face da atual condicionalidade na autonomia da política fiscal, resultante da situação de impasse político gerado nesta matéria;
- *Política social assente na dotação de uma rede moderna de equipamentos* educativos, de saúde e apoios de proximidade; esta rede deverá ser complementada por atuações de dinamização económica dos tecidos sociais locais que valorizem as funções desses equipamentos.

No momento do arranque do período de programação 2014-2020, a RAM encontra-se numa delicada situação financeira, social e económica, sofrendo os efeitos sistémicos da crise económica com que o País se confronta, agravados pelas especificidades da ultraperiferidade.

Neste difícil contexto, em que os caminhos são estreitos, a Região terá de ser capaz de encontrar elementos de inovação estratégica que possam ancorar a sua trajetória de desenvolvimento nos próximos anos. Este Documento pretende contribuir, para esse exercício partindo de um Diagnóstico dos Principais constrangimentos estruturais temáticos e territoriais, equacionando uma estratégia sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental para o período 2014-2020.

A **síntese das principais tendências de evolução recente**, como base de trabalho para construir uma visão compreensiva das realidades económicas, sociais e territoriais da RAM, está organizada em torno de um conjunto de entradas que corresponde, em boa medida, à preocupação de combinar uma leitura de constrangimentos e opções estruturais mediadas pelas *Prioridades temáticas* da Política de Coesão decorrentes dos pilares estruturantes da Estratégia Europa 2020.

Neste entendimento, trata-se de construir uma **visão fundamentada de dimensões-problema e de necessidades de intervenção** que encontram eco no recorte de compromissos existentes em matéria de prioridades estratégicas das políticas públicas (comunitárias e nacionais) no horizonte 2020 e que, no essencial, remetem para os seguintes vetores:

- **Competitividade e Inovação**, no enquadramento da vertente **Crescimento Inteligente** da Estratégia Europa 2020 e que abrange no Diagnóstico as componentes relativas às *Dinâmicas setoriais de especialização*, à *Inovação e Desenvolvimento Tecnológico e Investigação* e à *Estrutura Empresarial* devendo situar com rigor os ativos e o potencial de iniciativa existentes para ancorar prioridades de intervenção estrutural, em matéria de inovação, competitividade empresarial e emprego.
- **Desenvolvimento Sustentável**, no enquadramento da vertente **Crescimento Sustentável** da Estratégia Europa 2020 e que no Diagnóstico abrange as componentes relativas às *Alterações*

climáticas, à Gestão e prevenção de riscos naturais, ao Ambiente, Energia e Transportes, bem como às Redes de infraestruturas de saneamento. No conjunto, constituem dimensões de suporte material para a Região, num contexto de constrangimentos próprios de um território insular e ultraperiféricos ampliados por crises recentes (temporal de 2010, incêndios florestais e dengue) que implicam necessidades de intervenção complexas; este é um domínio de intervenção fundamental também no âmbito de uma política de qualificação da oferta turística, ou seja, orientada para a procura de públicos turísticos mais exigentes em termos de qualificação ambiental.

- **Formação do Potencial Humano**, no enquadramento de compromissos do Programa Nacional de Reformas e de prioridades da vertente **Crescimento Inclusivo** da Estratégia Europa 2020 relativas à melhoria das competências para o emprego, domínio que no Diagnóstico é abordado na *Qualificação escolar e profissional*, na relação com as necessidades de competências associadas à estruturação do mercado regional do emprego.
- **Coesão Social**, no enquadramento da vertente **Crescimento Inclusivo** da Estratégia Europa 2020 e que abrange no Diagnóstico as componentes relativas à análise do *Desemprego* e das condições de *Pobreza e exclusão social*, fenómenos com uma trajetória de agravamento que obriga a estabelecer prioridades de intervenção centradas na dinamização do mercado de trabalho e da inclusão social.
- **Capacidade institucional**, no enquadramento da prioridade atribuída na Política de Coesão à Reforma de Administração Pública (um dos onze Objetivos temáticos), designadamente na perspetiva da redução dos custos de contexto, na capacitação técnica de entidades públicas ou semi-públicas para a melhor absorção de políticas e enquanto mecanismo de regulação da melhoria da eficácia de gestão e implementação dos instrumentos, matérias abrangidas pela componente de Diagnóstico com a mesma designação.

A. Competitividade e Inovação

No atual período de programação, 2007-2013, o Governo Regional elaborou um Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) para o horizonte 2013 que constituiu o quadro de referência para a preparação dos diferentes instrumentos de programação de suporte ao acesso e à mobilização de Fundos Estruturais².

Nos domínios da Competitividade e Inovação, o principal instrumento de programação estrutural (Programa Intervir+) foi concebido para estimular uma mudança de ciclo económico privilegiando as intervenções nas seguintes áreas prioritárias:

- capacitação e dinamização do Sistema Regional de Inovação;
- promoção do desenvolvimento de atividades de I&DT;
- valorização do conhecimento e as tecnologias de informação e comunicação;
- melhoria da capacidade competitiva através do reforço da aposta nos setores e atividades de maior vantagem competitiva; *a par da necessária*
- diversificação económica e apoio ao surgimento de novas oportunidades de negócio.

O investimento na Inovação, no Empreendedorismo e na Sociedade do Conhecimento, crucial para a renovação da capacidade competitiva da Região constituiu um dos desafios/prioridades de intervenção do PDES 2007-2013 que não se afirmaram satisfatoriamente ao longo destes últimos cinco anos, sobretudo tendo presente o investimento acumulado em gerações precedentes de intervenção dos Fundos Estruturais³.

Os elementos de avaliação disponíveis revelam que este novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento não encontrou condições favoráveis de concretização no período 2007-2012, como comprovam os dados relativos à implementação dos instrumentos públicos de apoio ao investimento nas empresas os quais apontam para realizações baixas, pondo em causa um efetivo contributo daqueles instrumentos para uma mudança de paradigma no horizonte 2013.

(a) Inovação e I&DT

Os principais indicadores revelam que, comparativamente aos valores nacionais, a Região detinha, no final de 2008, uma taxa superior de empresas com atividades de inovação, mas taxas inferiores de intensidade de inovação e de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos. Associado a este facto está a diminuição das despesas em I&D do sector Empresas, apesar da recuperação que o sector Estado tem vindo a demonstrar.

²O PDES definiu as seguintes prioridades estratégicas: *Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento; Desenvolvimento Sustentável – Dimensão Ambiental; Potencial Humano e Coesão Social; Cultura e Património; Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado*. Paralelamente, foram definidas as seguintes prioridades temáticas: Turismo; Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pesca, Indústria, Comércio e Serviços; Infraestruturas Públicas e Equipamentos Coletivos; Governação Regional e Sub-Regional.

³Neste tipo de especialização económica predominantemente assente num modelo baseado no Turismo-imobiliário, existe tradicionalmente uma mais lenta maturação por parte das atividades com maior intensidade tecnológica.

Tabela 4. Principais indicadores de inovação empresarial na RAM no período 2006-2008

	RAM	Portugal
Empresas com atividades de inovação (%)	58,3	58,1
Empresas com financiamento público para inovação (%)	10,4	11,1
Empresas com cooperação para a inovação (%)	24,0	24,8
Intensidade de inovação (%)	0,5	1,3
Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos (%)	16,0	22,3

Fonte: GPEARl (2010), Sumários Estatísticos CIS, 2008 - *Inquérito Comunitário à Inovação*.

Na correlação potencial entre o desempenho dos sistemas de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e o desempenho das organizações, empresas e famílias, a Inovação não pode ser considerada como tendo origem apenas no sistema de IDT, ainda que os resultados desta sejam relevantes para obter níveis mais elevados de integração de inovação. Acresce que os chamados fatores dinâmicos de competitividade (objeto de significativo apoio no âmbito do PO Intervir+) podem constituir um elemento de indução de inovação ao nível da empresa mas nem sempre essa inovação se tem revelado social ou economicamente relevante (cf. *Avaliação dos Sistemas de Incentivos do PO Intervir+*, IESE/IDR, 2012).

Em articulação com os investimentos efetuados na área da inovação, os apoios na área da investigação científica e tecnológica deveriam ter contribuído para o objetivo de estruturar um sistema integrado de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação regional, capaz de atrair investigadores e professores de mérito internacional e de promover a integração das entidades produtoras de conhecimento da Região em redes de produção e transferência de conhecimento. Todavia, estas políticas de atração de talentos são hoje extremamente exigentes não surpreendendo que não tenham atingido na Região uma magnitude suscetível de fazer a diferença numa região ultraperiférica.

As áreas da Investigação Científica e Tecnológica e da Inovação assumem capital importância para a prossecução dos objetivos do PO Intervir+, bem como de qualquer nova Intervenção Operacional que acolha e dê prioridade a objetivos de competitividade e inovação.

As atividades do Sistema Regional de Inovação são enquadradas pela Área de Intervenção Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento do Eixo Prioritário 1 -Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento do PO Intervir +. Entre 2007 e final de 2012, foram aprovados treze projetos no montante de cerca de 11,6 Milhões de Euros, um volume escasso de projetos e montante de investimento, na maior parte dos casos, da iniciativa de entidades públicas dos setores da Educação (UMa e Secretaria Regional), dos Transportes Aéreos, da Engenharia Civil, da Administração Local e da Saúde, sector que justifica focagem na medida em que pode diversificar e potenciar fatores de retaguarda de apoio ao desenvolvimento turístico.

Aquele Eixo Prioritário contempla, ainda, o apoio a um conjunto de investimentos em Ciência e Tecnologia, na Área de Intervenção Incentivos às Empresas, designadamente através do *SI +Conhecimento* que pretende fomentar a investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação. Paralelamente, o *SI Qualificar+*, que tem incidência também no Eixo Prioritário 2 - Competitividade da Base Económica Regional

e responde (em ambos os Eixos) a procura predominantemente empresariais, apoia investimentos orientados para o estímulo de fatores dinâmicos de competitividade⁴.

A Tabela seguinte sistematiza informação global das dinâmicas de absorção de recursos de ambos os SI, no período 2007-2012, sendo de ter em conta que, no âmbito do *SI Qualificar+*, foram aprovados projetos com componentes centradas em fatores dinâmicos de competitividade afiliados a dimensões que têm contribuído para renovar a capacidade competitiva das empresas da Região.

Tabela 5. Distribuição dos Projetos aprovados, por Sistema de Incentivo associado a IDT+I do Intervir+ (31/12/12)

Eixo Prioritário/Sistema de Incentivo	Projetos		Investimento Elegível	
	Nº	%	Montante (€)	%
EP1 - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	15	30,0	16.324.483	37,7
+ Conhecimento	12	24,0	9.107.630	21,0
Qualificar +	3	6,0	7.216.853	16,6
EP2 - Competitividade da Base Económica Regional	35	70,0	27.026.905	62,3
Qualificar +	35	70,0	27.026.905	62,3

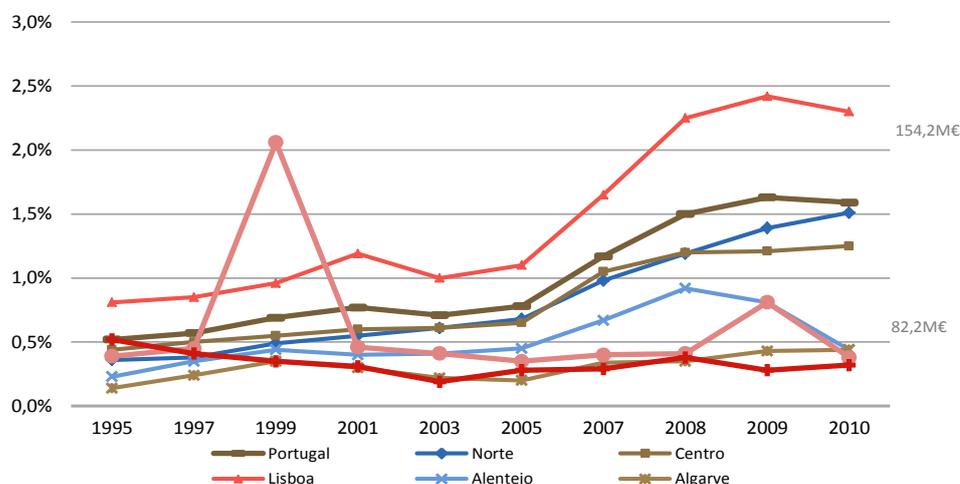
Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional, Indicadores de Monitorização Financeira, Intervir+ (31.12.2012).

Em matéria de **Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**, a elaboração muito recente do *Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I)*, permite sistematizar elementos-chave de evolução e recursos potenciais disponíveis:

- A Madeira não tem acompanhado a evolução da despesa pública e privada em I&D em Portugal que aumentou de forma consistente, entre 2005 (0,81% do PIB) e 2010 (1,59% do PIB), investimento acompanhado e viabilizado pelo aumento significativo do número de investigadores que em, 2009, atingia 8,2 por mil da população ativa, um valor acima da média europeia embora em níveis ainda inferiores aos de países e regiões mais desenvolvidos e de dimensão equivalente.

⁴ As áreas de atuação prioritárias são as seguintes: tecnologias de informação e comunicação, eficiência energética, certificação no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, ambiental, segurança e saúde no trabalho, bem como certificação de sistemas integrados (qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho) e investimentos em expansão empresarial para novos mercados visando a internacionalização.

Gráfico 1. Despesa em I&D em percentagem do PIB, por Região



Fonte: Extraído de PIDT&I.

- A análise comparativa da intensidade de I&D medida em termos de despesa do PIB demonstra que a Madeira e o Algarve, regiões turísticas (atividade pouco envolvida em projetos de I&D) são as Regiões com piores indicadores a nível nacional, com a despesa em I&D a representar menos de 0,50 % do PIB regional. A diferença, no caso da Madeira, representa mais de 80M€ para a média nacional e mais de 150M€ para o objetivo da Europa 2020, com o qual Portugal se encontra comprometido.
- Em termos dos Recursos Humanos em I&D, o diagnóstico efetuado em 2012, mais abrangente que o realizado pelo IPCTN, reporta cerca de 332 pessoas afetas a atividade de IDT+I na Madeira, a grande maioria nas áreas das Ciências Exatas e da Engenharia (43%), das Ciências Sociais (30%) e das Ciências da Vida (23%). Estes dados evidenciam a falta de representatividade das Ciências do Mar, da Botânica e da Zoologia, num território insular rico de endemismos de assinalada importância, reconhecida internacionalmente.
- O diagnóstico das entidades sedeadas na Região com capacidade e potencial para desenvolver atividades de IDT+I confirma uma enorme dispersão de recursos: a dimensão média das cerca de 25 instituições consultadas no âmbito deste Plano era de 31 colaboradores, em média 14 afetos a atividades de IDT+I e o nº de doutores em média de 5, por Instituição⁵.
- A dimensão das Unidades de I&D, que acompanha a reduzida dimensão média do conjunto das empresas, condiciona a sua capacidade para atrair regularmente recursos (através dos programas nacionais e internacionais) e da geração de receitas próprias, constatação que emerge dos indicadores claramente desfavoráveis da Madeira, a única Região NUTS II em que menos de

⁵ Estes indicadores demonstram a falta de focagem das atividades de I&D. Menos Instituições e Mais Investigação deveria constituir o lema para o futuro, tendo por base medidas de política orientadas para o favorecimento da concentração, designadamente, alterações da política de bolsas.

metade das empresas apresentava atividades de inovação no período 2008-2010 (47,8%); naquele período cerca de 60,8% das empresas em Portugal desenvolveram atividades de inovação, de acordo como Inquérito Comunitário à Inovação (CIS).

Em *síntese*, a evolução das dimensões-problema enunciadas no âmbito destes Domínios (Inovação e I&DT) constituiu, provavelmente, uma das causas pelas quais os principais desafios/prioridades de intervenção do PDES 2007-2013 não se afirmaram ao longo dos últimos cinco anos, sobretudo, tendo presente o investimento acumulado em gerações precedentes de intervenção dos Fundos estruturais.

(b) Desenvolvimento Empresarial

A evolução do tecido empresarial regional, no período 2007-2011 (últimos dados disponíveis),reflete as tendências de uma conjuntura de estagnação prolongada da atividade e da iniciativa empresarial, com uma redução acentuada do volume de estabelecimentos empresariais da Região (-12,6%), atingindo a maioria dos setores de atividade, evoluindo em direção a um perfil sectorial que reflete transformações em curso na especialização económica regional.

Entre estas transformações, destacam-se: (i) uma quebra muito acentuada das empresas e estabelecimentos no sector da construção (-33,9%); (ii) uma quebra relativa das empresas do sector secundário, sobretudo nas indústrias transformadoras (-22,0%); (iii) uma quebra em importantes atividades de especialização regional (comércio -12,6%, alojamento e restauração -11,7%); e (iv) um crescimento dos estabelecimentos nas áreas das TIC (+25,6%) e das artes e espetáculos, atividades desportivas e recreativas (+16,0%) e nas atividades de saúde humana e apoio social (+9,8%).

Tabela 6. Número de estabelecimentos empresariais, segundo a CAE (Rev. 3)

CAE	2007		2011		Variação 2007-2011
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	67	0,8	59	0,8	-11,9
B - Indústrias extrativas	24	0,3	21	0,3	-12,5
C - Indústrias transformadoras	605	6,9	472	6,1	-22,0
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	28	0,3	29	0,4	3,6
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	43	0,5	39	0,5	-9,3
F - Construção	1.309	14,8	865	11,2	-33,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2.623	29,7	2.293	29,7	-12,6
H - Transportes e armazenagem	460	5,2	410	5,3	-10,9
I - Alojamento, restauração e similares	1.407	15,9	1.242	16,1	-11,7
J - Atividades de informação e de comunicação	82	0,9	103	1,3	25,6
K - Atividades financeiras e de seguros	246	2,8	240	3,1	-2,4
L - Atividades imobiliárias	192	2,2	177	2,3	-7,8
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	524	5,9	507	6,6	-3,2
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	300	3,4	295	3,8	-1,7
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	19	0,2	15	0,2	-21,1
P - Educação	111	1,3	110	1,4	-0,9
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	256	2,9	281	3,6	9,8
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	119	1,3	138	1,8	16,0
S - Outras atividades de serviços	414	4,7	423	5,5	2,2
Total	8.829	100,0	7.716	100,0	-12,6

Fonte: DIRTRA/GEP, *Quadros de Pessoal*.

As quebras assinaladas têm duas origens essenciais: a própria crise, que se abate sobre o núcleo central do modelo de especialização regional e os efeitos desse próprio modelo que, regra geral, se traduzem por processos de desindustrialização (perda de emprego e de produto na construção e na indústria transformadora). Em conjunto, este panorama tende a aprofundar tendências de carácter estrutural detetadas com a redução do volume e o ajustamento da orientação do ciclo de infraestruturização material, a par da deterioração da capacidade competitiva do destino RAM nos mercados turísticos emissores (cf. ponto do Diagnóstico referente ao Turismo), variáveis fortemente condicionadoras da consolidação e desenvolvimento de importantes grupos empresariais regionais, parte dos quais encetou, entretanto, processos de deslocalização do seu investimento para fora da Região.

Nos anos mais recentes, com a envolvente macroeconómica desfavorável a persistir, a capacidade económica e financeira dos potenciais promotores de investimento deteriorou-se acentuadamente com implicações na concretização dos projetos aprovados e/ou contratados no âmbito dos instrumentos de financiamento disponíveis. Este constrangimento tem afetado não só os domínios de maior ambição para a modernização e internacionalização da base económica regional (inovação tecnológica e produtiva, economia do conhecimento, ...), mas também as frentes de investimento público (áreas do Desenvolvimento Sustentável e da Coesão Territorial), tradicionalmente geradoras de oportunidades de contratação pública, com efeitos positivos na animação económica e na criação de emprego, acabando por reforçar a necessidade de políticas orientadas para a capacitação e organização empresarial.

A persistência prolongada de constrangimentos orçamentais (acentuados pelo reduzido dinamismo do investimento económico empresarial), associados à crise económica e financeira que afeta tanto entidades públicas, como associações e empresas, tem implicações expressivas, tanto no ritmo e na qualidade da absorção dos Sistemas de Incentivos, como na ótica da empregabilidade dos ativos jovens e adultos.

As dificuldades do sector privado são visíveis, também, na evolução de alguns indicadores macro referentes ao tecido empresarial na Região a denotarem particulares fragilidades: (i) diminuição da taxa de natalidade empresarial (de 18,3% em 2007, para 12,5% em 2010); (ii) redução da proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia de 4,5%, em 2007, para 2,1%, em 2010, uma quebra bastante acentuada, na comparação com a evolução nacional, e claramente um efeito do modelo instalado; (iii) aumento dos custos com o pessoal no VAB (de 32,6% para 63,3%, entre 2007 e 2010); e (iv) diminuição do volume de negócios na generalidade dos setores de atividade (de 65,7% para 62,1%, entre 2007 e 2010).

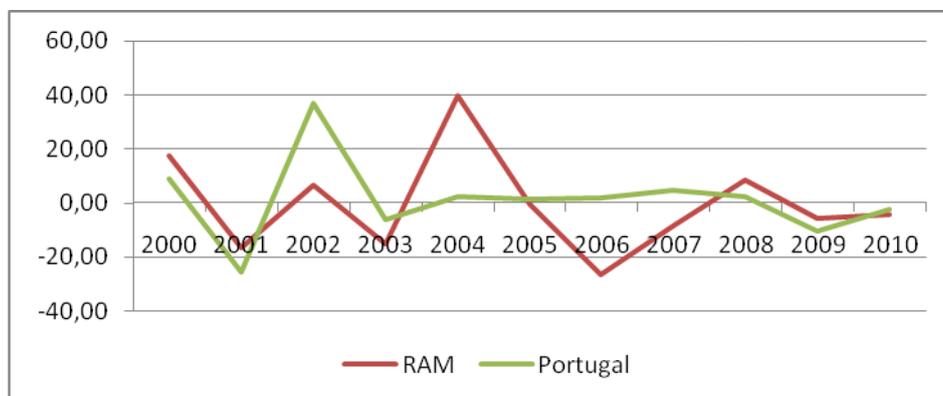
Tabela 7. Principais indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM

	2007	2008	2009	2010
Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)	4,5	2,3	2,2	2,12
Proporção dos Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)	1,4	1,9	1,6	1,63
Proporção de Pessoal ao serviço em atividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) (%)	0,8	0,8	0,8	x
Indicador de Concentração do volume de negócios dos municípios (%)	65,7	69,3	68,2	62,1
Taxa de natalidade empresarial (%)	18,5	14,1	16,3	12,46
Taxa de sobrevivência empresarial a 2 anos (%)	53,8	56,7	53,0	50,64
Peso dos custos com o pessoal no VAB (%)	32,6	56,4	58,3	63,29
Taxa de Investimento (%)	0,7	42,4	38,0	23,78
Taxa de Valor Acrescentado Bruto (%)	55,0	39,3	41,4	44,77

Fonte: DREM, *Madeira em Números* (2007 a 2011).

Os ciclos de investimento, variável crítica para compreender os mecanismos de formação de valor e rendimento, são diferentes na Região quando comparados com o agregado nacional.

Gráfico 2.- FBCF - Taxa de variação em volume (%)



Fonte: DREM (2011), *Contas Regionais 1995-2011-P*; INE, *Contas Regionais*.

No momento em que os efeitos da crise de 2008 se fizeram sentir, a RAM recuperava de uma quebra muito significativa no investimento na última década e estes efeitos estão a ser mais sensíveis na Região que no conjunto do País, em larga medida pelo efeito mais pronunciado do ajustamento macroeconómico: a variação negativa entre 2000 e 2010 atinge 4,9%, na Região, e 4,0% no País.

Uma das dimensões que de forma mais evidente tem revelado a profundidade das dificuldades com a Região se confronta é o aumento do desemprego e a quebra na procura de emprego. Os dados disponíveis mostram que em 5 anos a taxa de atividade na Região caiu quase 10% e o desemprego passou de 6,8% para 17,5% (em médias anuais), um crescimento muito mais rápido que o verificado para o conjunto do País (entre 2007 e 2012, o desemprego cresceu mais 30% na RAM que no País).

No início de 2013, a RAM encontra-se, assim, confrontada com desafios de maior complexidade do que aqueles que eram geralmente percebidos e aceites em 2007. O ambiente externo é muito mais ameaçador e os sistemas e instrumentos internos de geração de valor e de promoção da equidade estão sujeitos a uma pressão muito maior, com um potencial efetivo de desempenho bem mais limitado. Acresce que tudo isto ocorre num quadro em que os riscos e as incertezas se mantêm a um nível que não tem precedentes históricos próximos comparáveis.

Em *síntese*, constata-se como principais constrangimentos ao desenvolvimento empresarial na Região, os seguintes:

- tecido empresarial constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, com indicadores económicos e financeiros que denotam fragilidades competitivas;
- elevada concentração das empresas no concelho do Funchal, distribuição que limita o potencial de estruturação económica regional;
- grandes debilidades empresariais em matéria capacidade empreendedora, de dinamização de projetos inovadores e de uso inteligente de fatores dinâmicos de competitividade para progredir na

cadeia de valor, com consequências no impacto sobre o tecido empresarial, no estímulo à procura de transferência de tecnologia dos centros de conhecimento (via SI + Conhecimento, ainda que a reduzida procura possa ser explicada pela escassez de centros de conhecimento) e nos índices de promoção de projetos e de volume de investimento, pouco significativos;

- limitações quanto ao potencial de diversificação do modelo turístico-imobiliário atendendo, sobretudo, ao grau de desenvolvimento que atingiu; e
- inexistência de massa crítica de atores empresariais com capacidade de afirmação no plano internacional, suscetíveis de constituir “âncoras” de referência ou “alavancas” para potenciar e conferir articulação estratégica às atividades das PME.

Neste contexto, será importante criar instrumentos de apoio de natureza integradora que promovam e dinamizem a produtividade e competitividade contribuindo para gerar: (i) descentralização da atividade empresarial; (ii) formação de competências e promoção da eficiência na gestão de recursos; (iii) promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; e (iv) capacitação e diversificação de centros de conhecimento.

(c) Turismo

O sector constitui um dos pilares da economia regional e um dos principais sectores geradores da riqueza. Com efeito, de acordo com o estudo sobre a Contribuição do Turismo no PIB Regional, fruto das dinâmicas empresariais e da respetiva capacidade da oferta de serviços nas áreas do alojamento, das agências de viagens e rent-cars e da animação turística, para além das atividades de restauração e bebidas, o Turismo origina impactos diretos e globais no PIB regional que se situam entre os 25% e 30%, sendo igualmente responsável diretamente por cerca de 12% a 15% dos postos de trabalho existentes, o que demonstra a sua importância para a competitividade económica, para o desenvolvimento regional sustentável e para a criação/manutenção de emprego, importância acrescida pelos efeitos indiretos, sobretudo, nos sectores do comércio, do imobiliário e dos transportes. O sector tem contribuído, ainda, para a redução das assimetrias regionais, dado o seu carácter transversal e multiplicador.

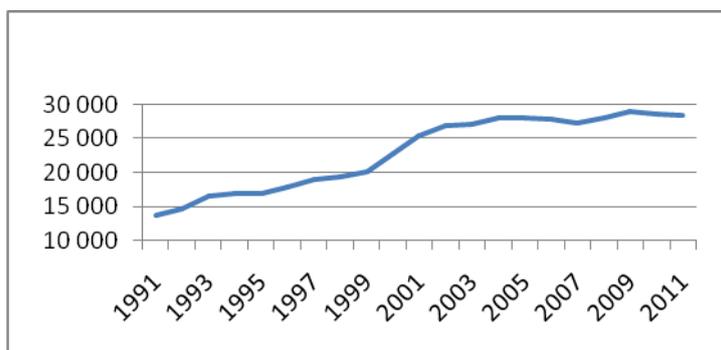
O destino RAM encontra-se na fase de Maturidade do ciclo de vida do produto, estando consolidado no âmbito internacional. Contudo, é essencial adotar novas estratégias de reposicionamento para que não entre na fase subsequente de Declínio. Este reposicionamento deverá passar, nomeadamente, pela captação de novos segmentos de mercado (famílias, casais jovens, turismo de congressos, turismo de incentivos, de terceira idade, de saúde, TER e turismo de natureza, com privilégio para o território interior e Costa Norte, ao contrário de opções pelo imobiliário-turístico concentrado na grande aglomeração do Funchal...). Em termos de mercados, deverá passar pela procura de penetração em novos mercados emissores (Países de Leste, Itália, França, ...), por forma a atenuar a forte dependência de um limitado número de mercados - Inglês, Alemão e Português.

A Região possui um parque hoteleiro consolidado e que respeita os elevados padrões de qualidade exigidos pelos operadores turísticos, ao qual acresce um conjunto significativo de infraestruturas e equipamentos de apoio que conferem robustez ao sector e dinamizam a riqueza gerada, uma das principais atenuantes dos impactos decorrentes da severa crise com a qual a Região se tem vindo a confrontar.

Na fase atual, importa ter presente que a relevância do Turismo para o PIB regional sofre a tensão de dois impactes: o da crise internacional, sobretudo refletida em mercados emissores menos dinâmicos, e o do próprio mercado interno nacional, na sequência do forte declínio do consumo privado. Esta instabilidade económica e financeira que o sector está a atravessar, tem contribuído para comprometer a sua visibilidade e competitividade e poderá afetar a atividade futura do setor, caso não sejam adotadas medidas preventivas.

Em termos de evolução quantificada, o sector turístico da RAM conheceu um rápido crescimento nos últimos vinte anos, mais do que duplicando a sua capacidade instalada, sobretudo entre 1999 e 2004, o período de maior aumento do número de camas.

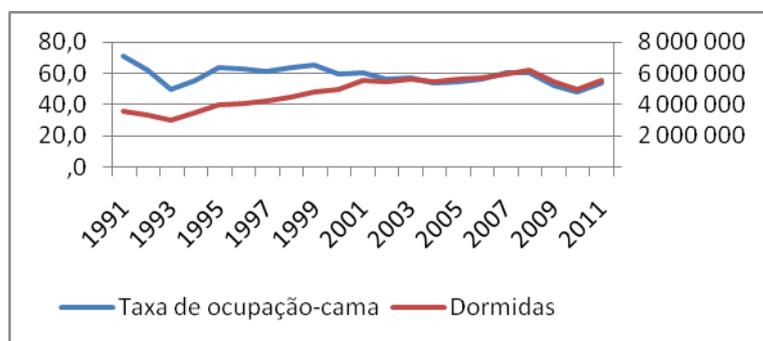
Gráfico 3. Capacidade de Alojamento (média anual 1991- 2011)



Fonte: DREM, *Estatísticas do Turismo da RAM*.

Este aumento da capacidade de oferta não foi acompanhado pela procura, tendo resultado numa quebra muito significativa das taxas de ocupação: enquanto o número de camas cresceu a uma taxa média anual de 3,5% entre 1991 e 2011, o número de dormidas apenas cresceu a uma taxa média anual de 2,1%; em vinte anos a taxa de ocupação desceu em média 1,3% ao ano, sendo que o surto de expansão da oferta em 1999 fez com que a taxa quebrasse o valor médio de 61% que registara na década de noventa do século XX, baixando para um valor médio de 56% na década seguinte.

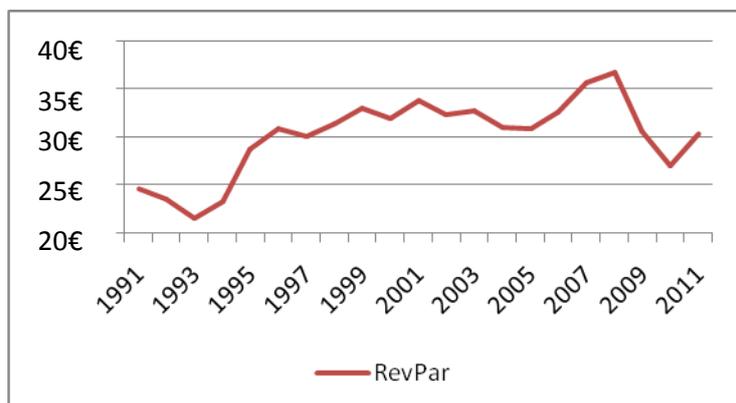
Gráfico 4. Evolução das Taxas de Ocupação e Dormidas (1991-2011)



FORNTE: DREM, *Estatísticas do Turismo da RAM*.

A estratégia de resposta do sector na Região assentou, sobretudo, numa redução significativa nos preços, motivada pela competição com destinos concorrentes, a qual, combinada com a quebra nas taxas de ocupação, fez com que o rendimento obtido por quarto disponível tivesse sofrido uma deterioração nos últimos anos.

Gráfico 5. Evolução do Rendimento por quarto disponível (RevPar)



Fonte: DREM, *Estatísticas do Turismo da RAM*.

No sector do turismo, importa salientar o papel destacado do turismo de cruzeiros, importante gerador de rendimento para os sectores da restauração e do comércio. Neste segmento a Madeira tem conseguido manter o seu porto principal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e o primeiro do País, registando um crescimento notável nos últimos anos.

Quanto à Hotelaria, e de acordo com as Estimativas preliminares da Direção Regional de Estatística da Madeira, a evolução dos indicadores económicos centrados no atual período de programação, aponta para uma variação negativa, no período 2007-2012, do volume dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (-12,8%), do volume das dormidas (-8,0%), da taxa de ocupação-cama (-9,3%) e dos proveitos totais (-11,1%). Esta evolução torna-se particularmente significativa face ao desvio da procura dos principais países emissores dos destinos, com forte capacidade concorrencial no Norte de África e Médio Oriente, que a Região não conseguiu atrair.

Tabela 8 - Evolução dos principais indicadores de Turismo, entre 2007 e 2012P

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012P	Variação 2007-2012
Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	967.134	1.013.281	911.345	840.514	885.063	843.383	-12,8
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	5.990.015	6.208.144	5.496.926	4.993.525	5.565.286	5.510.186	-8,0
Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros (%)	60,1	60,4	52,1	47,9	53,7	54,5	-9,3
Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros (10 ³ Euros)	281.810	297.847	255.852	226.738	252.791	250.601	-11,1
Pessoal ao serviço (Nº)	6.570	6.498	6.347	5.997	5.810	x	-11,6(*)
Custos com o pessoal (10 ³ Euros)	102.373	103.414	100.806	96.489	94.555	x	-8,3(*)

(*) Variação 2007-2011; P – Dados Preliminares.

Fonte: DREM, *Estatísticas do Turismo da RAM* (Série retrospectiva das Estatísticas do Turismo).

Estes traços de caracterização tipificam, em grande medida, os principais estrangulamentos do Turismo da Madeira e do Porto Santo. A Região apostou significativamente na hotelaria de luxo (5 estrelas), não tendo sido possível sustentar essa aposta à medida que os padrões da procura se foram alterando em favor de unidades de menor dimensão e luxo, com faixas de preços compatíveis com novas clientelas com menor capacidade média de despesa. A descida de preços na hotelaria convencional de luxo, para garantir limiares mínimos de procura, teve por consequência uma descida em cascata de todos os preços das unidades hoteleiras, para permitir que se mantenham no mercado.⁶

Em *síntese*, os principais estrangulamentos do setor turístico regional são os seguintes:

- limitações estruturais resultantes da condição ultraperiférica do Arquipélago, que agrava os custos de deslocação, fator que tende a condicionar a atratividade e acessibilidade do Destino;
- alteração do padrão de preferências das clientelas potenciais, contribuindo juntamente com outros fatores para a quebra na entrada de turistas, agravada pelas dificuldades de ajustamento dinâmico à forte concorrência de mercados internos e externos, conduzindo a:
 - diminuição persistente das taxas de ocupação e estada média;
 - redução do rendimento por quarto disponível (RevPAR) que reflete de forma muito clara a resposta preço, caindo de forma mais rápida que a taxa de ocupação;
- cadeia de valor relativamente estreita, fruto de uma escassa integração com atividades a montante (agroalimentar, pesca,...) e complementares (cultura, património, paisagem, ...);
- insuficiente dotação de recursos financeiros e de iniciativa para dinamizar atuações decididas de promoção externa da “Marca Madeira”;
- impacto do aumento do IVA da restauração, que não foi possível repercutir nos preços finais da hotelaria (negociação dos contratos com os operadores/clientes anteriores à alteração);
- falta de capacidade de resposta face aos novos padrões de consumo dos turistas e visitantes; e
- necessidade de maior mobilização dos “stakeholders” do sector no desenvolvimento e promoção de atividades de iniciativa privada, bem como de uma ação concertada com as entidades públicas de regulação do sector.

Em termos de diagnóstico de recursos do produto turístico, e enquanto componentes enriquecedoras do mesmo a incorporar na oferta regional, devem salientar-se:

(i) a **Biodiversidade** (específica, habitats e ecossistemas) e o **Mar** como elementos transversais que devem ser tidos em conta nas diferentes políticas sectoriais mas, de forma decisiva e clara, no turismo; e

(ii) a **Cultura e Património**, que abrange ofertas agregadoras principalmente em torno de duas grandes linhas temáticas - *património natural e cultural* e *animação (com eventos regulares que*

⁶Neste sentido, sendo possível garantir, por 50 ou 60 euros/noite, uma qualidade preço assinalável, isso não resolve o problema de um “stock” de capital incapaz de aceder à faixa de preços para o qual foi construído.

projetem a imagem do território nos mercados alvo). Estas linhas temáticas geram as principais opções estruturais do setor, ambas sujeitas a diversos constrangimentos.

A Cultura constitui uma das marcas específicas do Destino Madeira: os museus e o património da Região, a música tradicional, a gastronomia, o vinho e o bordado, a par com propostas inovadoras no domínio dos eventos e do setor do audiovisual, revestem a condição de fator de atratividade, de desenvolvimento sustentado e de enriquecimento económico e social.

Entre 2003 e 2011, o investimento realizado (mais de 100 milhões de euros) na recuperação do património edificado e na criação e modernização de infraestruturas culturais, fez crescer os públicos consumidores e o número de entidades privadas (empresas e associações) que fazem da cultura o foco principal da sua atividade.

Na atualidade, apesar de haver uma base consolidada para a ação cultural, quer pelos conteúdos do património em geral, quer pela interação dos agentes e entidades culturais privadas, a implementação de projetos relevantes deve contar com políticas públicas de apoio e incentivo e mobilizar a iniciativa e a parceria de entidades privadas que beneficiam e são parte na dinamização da oferta cultural da Região.

(d) Atividades Tradicionais

✓ Agricultura

O setor agrícola na RAM é significativamente condicionado pelos fatores relacionados com a situação ultraperiférica da Região, com a própria geografia de relevo acidentado, que caracteriza o Arquipélago com a reduzida dimensão do mercado, os sobrecustos de transporte, as dificuldades de acesso aos mercados externos, e, ainda, pela incipiente organização da produção que impossibilita a concentração da oferta. O setor, incluindo o segmento agro-transformador, caracteriza-se por um conjunto muito alargado de empresas mal equipadas de pequena e muito pequena dimensão em que apenas um reduzido número dispõe de gestão profissionalizada e capacidade para competir no mercado local e, mesmo, no mercado internacional (Vinho Madeira). Este fator dimensão, tem importância acrescida enquanto fator de carácter estrutural e permanente, quando se está em competição num mercado global.

Os efeitos da globalização da economia fazem sentir-se ao nível das principais produções primárias regionais exportáveis (vinhos, banana, fruto subtropicais, vime e flores), mas também ao nível da abertura de mercados a qual conduziu a um acréscimo da concorrência no mercado regional (nomeadamente, no segmento dos produtos frescos), além de exigências em matéria de qualidade e certificação na sequência da adesão à União Europeia.

O setor agro-florestal, englobando nele a atividade pecuária cuja expressão é diminuta, apresenta os seguintes principais estrangulamentos:

- fracionamento das parcelas agrícolas, com fragmentação das explorações (de microdimensão), gerando fraca concentração da oferta na produção e com custos de mão de obra muito elevados;
- limitação de mecanização condicionada pelo relevo acidentado;
- elevado nível etário da população rural e dos produtores agrícolas em particular;

- envelhecimento e baixo nível de qualificação dos produtores;
- fraca organização associativa e interprofissional;
- produção agrícola atomizada e com limitações na recetividade à inovação e modernização;
- forte exposição à concorrência internacional que, p.e., no caso do vinho, são mais competitivas (custos de produção mais baixos, estratégias promocionais dinâmicas, maior volume de produção⁷, etc.);
- atividade silvícola com reduzida expressão da floresta de produção e grandes limitações para exploração económica (nomeadamente, produção de material lenhoso), fruto da excessiva compartimentação das propriedades e orografia de grande irregularidade e fortes declives.

Com expressão nas formas de ocupação das populações rurais, o **Bordado** é um dos principais produtos típicos exportáveis da Região, ainda que se defronte com constrangimentos estruturais de vulto, nomeadamente: (i) desinteresse dos mais jovens em trabalhar nesta atividade; (ii) trabalho relativamente mal remunerado; (iii) existência de um elevado número de produtos concorrentes no mercado internacional, facilmente apreendidos como substitutos; e (iv) dificuldade de penetração do produto nos mercados internacionais, nomeadamente, fruto da incapacidade de valorização da genuinidade do Bordado da Madeira.

✓ Pesca

O setor da Pesca regional sempre teve uma importância e peso social e local, bastante superior ao revelado pelo indicador estatístico relativo a esta atividade. A fixação das populações é significativa em determinadas zonas costeiras (Caniçal, Câmara de Lobos, Paúl do Mar, ...) onde a pesca é uma atividade fundamental.

As atividades a montante e a jusante do setor, como a construção e reparação naval, o fabrico de artes e apetrechos de pesca, a indústria da transformação de produtos da pesca, contribuem de forma especial para que o setor das pescas e da aquicultura represente um importante pilar para a economia daquelas comunidades locais.

Os constrangimentos estruturais do setor das pescas da RAM encontram-se bem identificados:

- recursos haliêuticos escassos, apesar da dimensão da sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva (RAM);
- inexistência de plataforma continental, a atividade da pesca assente num número reduzido de espécies (tunídeos, peixe-espada-preto e pequenos pelágicos) e na oscilação das capturas de atum;
- envelhecimento da frota pesqueira;
- reduzida dimensão do mercado regional;

⁽⁷⁾ A título de exemplo, a produção de Vinho Madeira, de extrema importância socioeconómica (componente muito importante do rendimento de mais de dois mil viticultores), concorre com pouco mais de 50.000 hl no mercado mundial, sendo comercializado na Região por uma dezena de empresas.

- baixo nível de escolaridade e de formação de uma parte significativa dos ativos na pesca; e
- escassa atratividade desta atividade para os jovens.

As atividades regionais das pescas e aquicultura não têm beneficiado das vantagens que poderiam resultar para a atividade económica da gestão partilhada (legalmente prevista) dos espaços marinhos no quadro da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, em que avultam componentes de investimento, nomeadamente em I&D e em recursos humanos qualificados.

B. Desenvolvimento Sustentável

A problemática do Desenvolvimento Sustentável adquire nas Regiões Ultraperiféricas particular acuidade, a qual decorre, nomeadamente: (i) das condições de insularidade, de relevo e clima difíceis; (ii) da pequena superfície e distância física e económica; e também (iii) das exigências e custos associados à preservação da biodiversidade, dos ecossistemas marinhos, das condições ambientais, da cultura e património, etc. As dinâmicas de ocupação humana e de atividade económica acentuam as pressões existentes sobre os recursos, redes e sistemas e configuram, constrangimentos estruturais, geradores de expressivas necessidades de intervenção.

A sensibilidade para a RAM das questões ligadas à sustentabilidade do desenvolvimento regional, surge reforçada por ocorrências de aluviões e incêndios no passado recente, sugerindo uma abordagem heterogénea de partida que, identificando os constrangimentos estruturais mais importantes evidencie as necessidades de intervenção a acautelar as quais se revelam exigentes tanto no campo das soluções, como do volume de investimento em presença.

(a) Alterações Climáticas

O aumento da consciencialização sobre as alterações climáticas e sobre os impactes que se vão verificando regionalmente, nos sistemas naturais e na atividade socioeconómica, obriga a uma resposta por parte da ação pública no que concerne ao desenvolvimento de políticas de adaptação às alterações climáticas.

As ilhas são especialmente vulneráveis às alterações climáticas, na medida em que dependem de recursos naturais particularmente sensíveis à mudança do clima - como os recursos hídricos, as zonas costeiras, os recursos energéticos renováveis e a biodiversidade - e porque as possíveis medidas de adaptação estão condicionadas por fortes limitações de natureza geográfica.

As alterações climáticas revelam uma tendência para a subida das temperaturas médias, para a alteração dos padrões de precipitação e para a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, ocorrências com maior impacte nos ecossistemas insulares. As características geológicas de certas zonas do território (nomeadamente no Vale de Machico) e o regime torrencial das principais ribeiras que atravessam zonas fortemente urbanizadas da costa Sul da Ilha da Madeira, assim como as ocupações que ao longo do tempo se foram registando em leitos de cheia são fatores conhecidos de risco, que as alterações climáticas tenderão a potenciar.

A vulnerabilidade dos ecossistemas naturais da Região às alterações climáticas, em particular os integrados em áreas protegidas, tem relevância determinante para a proteção do património natural em termos de biodiversidade e paisagem, com importância para as atividades socioeconómicas, em particular, o turismo.

Os períodos de seca longos, caracterizados por índices de humidade do ar e de precipitação extremamente baixos em relação aos valores médios usuais, têm consequências muito significativas ao nível das disponibilidades hídricas e de recarga de aquíferos potenciando, ainda, o surgimento de incêndios de proporções nunca registadas (como os ocorridos em 2010 e 2012) dos quais resultaram profundos danos na floresta e no coberto vegetal expondo os solos à erosão e reduzindo, significativamente, a sua capacidade para potenciar a infiltração das águas das chuvas e a alimentação dos aquíferos e aumentando os riscos dos aluviões nos períodos de chuva intensa.

Em idêntico contexto de alterações climáticas, o aparecimento e existência do vetor responsável pela Dengue e os vários casos de transmissão, deixam as autoridades governamentais e a população preocupadas com o aumento da propagação da doença e de outras suscetíveis de virem a ser transmitidas pelo mesmo vetor, com efeitos negativos de enorme relevância também sobre o potencial de atração do destino RAM e a justificar prioridades de intervenção, até em matéria de atividades de I&D.

Estas ocorrências, embora possam ser consideradas como fenómenos naturais tendo em conta as características da Região, poderão registar-se com maior periodicidade devido às alterações climáticas gerando um risco potencial e agravado, tornando-se indispensável organizar respostas de intervenção pública na concertação de medidas muito rigorosas de proteção e gestão, designadamente através da elaboração de uma **Estratégia Regional para as Alterações Climáticas**, que deverá integrar ações pertinentes para os sectores vulneráveis às novas condições climáticas.

Esta Estratégia deverá refletir também os efeitos das alterações climáticas nas situações extremas experimentadas em termos de pluviosidade, com precipitação intensa, como a registada em 2010, das quais resultaram episódios de aluviões e inundações com consequências muito graves em danos materiais e na perda de vidas humanas.

(b) Ordenamento do Território

A sustentabilidade do desenvolvimento regional encontra no ordenamento urbano e do território um domínio de intervenção com importantes constrangimentos estruturais mas, em simultâneo, um aliado importante para aproveitar e valorizar ativos únicos da RAM.

Entre os constrangimentos estruturais identificados, com relevância para o desenvolvimento regional, no horizonte 2020, salientam-se os seguintes:

- expansão desordenada dos principais tecidos urbanos regionais;
- desagregação e fragmentação do solo, dos espaços abertos e dos diversos serviços ecossistémicos;
- assimetrias no acesso a serviços de interesse geral;
- despovoamento de diversos núcleos urbanos, com desvalorização dos imóveis existentes;

- agravamento da macrocefalia da aglomeração do Funchal com transtornos e custos implícitos em termos de segurança, acessibilidade e mobilidade, poluição e qualidade de vida urbana;
- degradação dos centros históricos e das periferias urbanas;
- especulação imobiliária, com consequente pressão sobre a procura de locais mais baratos e menos adequados;
- degradação da qualidade visual da paisagem; e
- desafio crescente de articulação inter-territorial, que evite o estiolamento dos centros secundários em favor do Funchal e que favoreça uma melhor interação da grande aglomeração urbana, com as periferias rurais que a sustentam.

Na vertente Ordenamento do Espaço Marítimo existem problemas de meios financeiros e de responsabilidades em matéria de delimitação de competências entre o Governo da República e o Governo Regional que urge clarificar, com vista a uma adequada regulação a qual deve abranger, nomeadamente: atividades económicas relacionadas com o Mar (transportes marítimos, náutica de recreio, cruzeiros, pescas e aquacultura); atividades de proteção e conservação da orla costeira dos habitats e das espécies; e atividades de promoção e investigação científicas.

(c) Energia

As localizações geográficas das ilhas da Madeira e do Porto Santo não permitem aceder às redes transeuropeias de energia, com implicações objetivas que se traduzem em sobrecustos de operação e na necessidade de duplicar investimentos, nomeadamente, em capacidade de produção e armazenamento de energia, aproveitamento de fontes renováveis intermitentes e dotação de condições de estabilidade das redes elétricas isoladas, as quais são necessárias para garantir a qualidade e segurança do abastecimento, diminuir a dependência energética do exterior e minimizar as implicações da respetiva oscilação de preços.

Os principais constrangimentos ou fragilidades estruturais, devido às especificidades da Região, no domínio da energia que justificam respostas por parte da política pública, são os seguintes:

- fragilidade em relação à segurança do aprovisionamento de energia primária e fornecimento de energia elétrica;
- sobrecustos devido ao transporte marítimo (para a produção térmica), à reduzida escala dos mercados e ao afastamento das grandes redes energéticas e centros logísticos continentais;
- elevada dependência do exterior e dos produtos petrolíferos, com dificuldade de acesso a combustíveis alternativos e grande vulnerabilidade aos preços do petróleo, situação que importa atenuar potenciando a produção eólica, a hidroeletricidade e outras fontes de energias renováveis, em desfavor da energia fóssil;
- fragilidade dos sistemas elétricos isolados, em termos de estabilidade e capacidade de integração de recursos renováveis, devido à inexistência de interligação ao exterior, ao desequilíbrio dos

diagramas de carga diários e à sazonalidade da procura e da disponibilidade de recursos renováveis;

- especificidades do território, nomeadamente a escassez de espaço adequado ao desenvolvimento de alguns vetores energéticos renováveis, em consequência do relevo e de restrições ambientais e a dispersão do povoamento, que acentua os sobrecustos das redes de distribuição de energia.

Para além destes constrangimentos específicos, são de assinalar outros problemas comuns que também justificam respostas por parte da política pública, como o elevado peso das importações de combustíveis na balança comercial, os efeitos dos preços da energia na competitividade da economia regional e os impactes ambientais da utilização de combustíveis fósseis.

Estes dados permitem destacar o papel dos transportes, enquanto fonte relevante de externalidades, muitas delas negativas no sistema económico regional. Entre as externalidades negativas mais relevantes encontra-se a poluição atmosférica, a sinistralidade, o impacto paisagístico e a congestão do tráfego.

De todos os constrangimentos identificados, a garantia do aprovisionamento de energia constitui uma das debilidades mais críticas do sistema energético regional, decorrente da dependência do exterior e dos produtos petrolíferos, da escassez de alternativas e das vulnerabilidades que podem afetar as condições de operacionalidade das instalações portuárias e de trasfega de combustíveis.

Neste contexto insular, de isolamento e de dependência energética, a eficiência energética assume um papel determinante com elevado potencial de poupança e redução das importações, sendo uma área prioritária de atuação de carácter transversal, que deverá abranger intervenções ao nível da sensibilização para a alteração de hábitos de consumo e ao nível da promoção de soluções e tecnologias as quais (concorrendo para diminuir os consumos e os custos com a energia das famílias, das empresas e do sector público), têm elevado potencial para dinamizar a competitividade da economia e a criação de emprego.

(d) Redes e Serviços de Transportes

As políticas de investimento na modernização e requalificação da rede de transportes (rodoviários) e a consequente melhoria de acessibilidade inter-regional, contribuíram para o crescimento da atividade económica e para o surgimento de novas áreas com potencial de desenvolvimento urbano que progressivamente tem vindo a consolidar-se.

A **estrutura viária regional** revela a existência de pontos de saturação em vários itinerários da rede viária principal, bem como em nós de interligação com a rede viária complementar e local. Pela sua relevância, merecem destaque os problemas verificados nas interligações da Via Rápida entre a Ribeira Brava e o Caniçal (VR1) com a restante rede viária, onde em alguns troços já se atingiu o limiar de funcionamento em padrões considerados adequados, com procura superior à capacidade (em secção) e níveis de serviço desadequados para uma via que constitui a espinha dorsal do sistema viário regional.

Paralelamente, registam-se condições de insustentabilidade motivadas pela distribuição de alojamentos nas zonas altas (sobretudo, no Funchal) que são responsáveis por consumos energéticos e emissões de carbono muito elevadas; trata-se de um domínio nevrálgico a atacar no domínio do desenvolvimento

sustentável, com implicações nas políticas e padrões de ordenamento que não se limitam a intervenções na vertente infraestrutural.

Em termos ambientais e de desenvolvimento equilibrado da Região, estes problemas de capacidade terão consequências muito negativas já que o seu funcionamento inadequado fará, por um lado, aumentar as emissões de gases poluentes e o consumo de combustíveis fósseis e, por outro lado, a repressão da procura por falta de oferta adequada terá um impacto negativo no desenvolvimento económico da Região, impacte esse acrescido pelo aumento de tempos de percurso das deslocações.

A Região tem desenvolvido um esforço de investimento centrado na renovação e requalificação da rede viária regional nas últimas três décadas, mas ainda subsistem zonas do território, onde a rede viária existente remonta ao início e meados do século XX, com todas as limitações daí decorrentes, nomeadamente de conceção, técnicas construtivas restritivas e padrões de segurança ultrapassados. Estas circunstâncias, associadas a uma orografia extremamente difícil, conduzem a que as soluções viárias encontradas apresentem um traçado muito sinuoso e de curvas de raio reduzido, associadas a fortes inclinações longitudinais.

A grande heterogeneidade geológica e os fenómenos de erosão natural com desprendimentos de massas rochosas (e terrosas) dos taludes expõem os utentes inevitavelmente aos riscos resultantes das instabilidades dos taludes/escarpas onde estão implantadas estas vias de comunicação, tornando imprescindível a adoção de intervenções com vista à melhoria das condições de operacionalidade e de segurança da rede viária principal e complementar.

Estas situações verificam-se em muitas estradas ao longo da Ilha, merecendo referência pela sua importância regional e local, as ligações viárias entre S. Jorge - S. Vicente, Funchal - Curral das Freiras, Acesso ao Jardim do Mar, Acesso ao Paul do Mar, Acesso à Ilha (Santana), Acesso ao Urzal (Boaventura) e Acesso à povoação da Ribeira da Janela, não esquecendo as condições de instabilidade geológica que podem afetar toda a rede viária do Vale de Machico, parte da qual de criação recente.

Esta situação ficou bem demonstrada a quando das intempéries que assolaram o Arquipélago da RAM em fevereiro de 2010 e novembro de 2012, em que se registaram múltiplos desprendimentos, levando ao encerramento de uma parte muito significativa da rede viária e ao consequente isolamento de povoações por vários dias.

O transporte público coletivo de passageiros tem tirado partido da requalificação da rede viária, no entanto, debate-se com uma baixa ocupação dos veículos e com custos adicionais (sobrecustos) da insularidade face ao Continente português. O processo de substituição dos autocarros não tem seguido a linha de continuidade desejável, pelo que a idade média da frota de autocarros na RAM em 2010, era de cerca de 17 anos, superior à de algumas cidades do continente português, nomeadamente Coimbra (13,1 anos) e Braga (14 anos). Uma frota envelhecida compromete as metas europeias em termos de emissão de CO₂, e acarreta problemas de sustentabilidade ambiental e energética.

A oferta de **Transportes Terrestres** coletivos de passageiros interurbanos encontra-se segmentada de acordo com as áreas de exploração dos diferentes operadores, existindo alguns pontos de sobreposição de serviços. Um dos problemas com que o setor se debate é a baixa ocupação dos veículos: no caso do

transporte público coletivo de passageiros interurbano, o grau de ocupação médio diário em 2010, situava-se entre os 38% e os 45%⁸. Já em meio urbano, as taxas de ocupação média rondavam os 30%.

A este problema acrescem os custos adicionais (sobrecustos) da insularidade, a difícil orografia do território e, ainda, o fato de a superfície ser pequena e o mercado exíguo. O relevo acidentado e a dispersão da população do território madeirense obrigam a que o transporte público coletivo de passageiros esteja sujeito a um maior desgaste e, conseqüentemente, a uma necessidade de manutenção mais frequente e profunda dos equipamentos.

O princípio do utilizador pagador aplicado ao mercado dos transportes públicos na RAM tem gerado algumas dificuldades quer para os utilizadores, quer para os agentes transportadores, existindo um hiato entre o serviço, que se quer prestado com segurança e qualidade, frequente e abrangente territorialmente, e o preço que se pretende que seja acessível à população. O custo da prestação do serviço não se encontra totalmente repercutido no tarifário, levando à perda de receita das empresas, tendo o Governo Regional, nos últimos anos, atribuído indemnizações compensatórias por forma a não comprometer o seu equilíbrio financeiro, situação que pode, no entanto, ser minimizada se forem aplicadas medidas que melhorem a eficiência deste setor.

A escalada do preço dos combustíveis, aliada à fraca renovação das frotas, fez com que a despesa com os combustíveis tenha vindo a assumir um peso cada vez maior na estrutura de custos dos transportes terrestres. Com uma renovação sistemática das frotas, poder-se-ia atenuar aquela tendência, pois os novos veículos disponíveis no mercado já possuem equipamentos de baixo consumo e com incorporação de *eco-innovations*.

O setor dos transportes terrestres constitui o maior consumidor energético da RAM, tendo absorvido, em 2009, 55% da procura total energética, gerando 42% das emissões totais de CO² em toda a Ilha da Madeira.

Para além da intervenção na rede viária, acresce a necessidade de uma abordagem integrada à mobilidade sustentável, nomeadamente em aspetos determinantes para a qualidade de vida nos centros urbanos, combinando a redução dos congestionamentos nos centros urbanos, com a promoção do transporte público, dos modos suaves e de novas tecnologias de transportes, bem como de combustíveis mais limpos, incluindo a mobilidade elétrica e a adoção e hábitos de condução mais eficientes.

No plano dos **Transportes Marítimos**, importa referir que, neste momento, não existe ligação marítima de passageiros com o Continente, o que pode representar um constrangimento, dado que a Região se encontra inteiramente dependente do transporte aéreo para garantir a continuidade territorial.

Até 2025, em regime de concessão de serviço público, está assegurado o transporte regular de passageiros e mercadorias, entre o Funchal e o Porto Santo, e existiu uma ligação regular de transporte de passageiros e mercadorias entre Madeira (Funchal) o Arquipélago das Canárias (Las Palmas e Tenerife), o Algarve (Portimão) e percurso inverso, ligação explorada por um operador privado espanhol, que funcionou entre 2008 e 2012 e terá sido desativada por insuficiência de procura.

⁸ *Estudo dos Sobrecustos dos Transportes Públicos na RAM* - junho/2012 _ Tis.pt.

No que concerne ao transporte marítimo de mercadorias, a aposta na eficiência e na redução do custo é fundamental dada a crucial e decisiva importância para um Arquipélago que importa 95% do seu consumo (representando o transporte marítimo de mercadorias 99% do mercado) e exporta grande parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana; madeira de eucalipto e vinho). A RAM dispõe de ligações regulares de transporte marítimo de mercadorias maioritariamente com o Continente português, apesar de existirem também ligações com outros países.

As tarifas portuárias (autoridade portuária, estiva, entre outras) representam, no máximo 10%, do custo total do transporte marítimo de mercadorias, sendo o restante custo da responsabilidade do frete e dos demais intervenientes na cadeia logística deste tipo de transporte.

O Porto do Funchal é atualmente um Porto eminentemente turístico dotado de uma moderna gare marítima para a receção de visitantes transportados nos navios de cruzeiros que frequentam o Porto e que tem uma contribuição relevante para a economia da RAM.⁹

O principal porto comercial da RAM é o Porto do Caniçal, em exploração desde 2008, dispendo de instalações para receber e armazenar contentores, graneis sólidos e líquidos e carga convencional, sendo escalado por navios de linhas regulares que o ligam aos principais portos do continente português.

Em matéria de **Transportes Aéreos**, a RAM possui dois aeroportos com condições para receberem as maiores aeronaves em uso no transporte internacional de passageiros mas não possui uma Companhia de bandeira, pelo que a eventual privatização da TAP, que assegura ligações regulares com o Continente português e algumas cidades estrangeiras, constitui motivo de alguma preocupação, uma vez que poderão não ficar asseguradas as ligações aéreas necessárias e suficientes entre o Continente português, o Funchal e o Porto Santo, situação que tenderá a acarretar constrangimentos no âmbito das acessibilidades externas.

Apesar da mudança do regime de liberalização do espaço aéreo entre o Continente e a Região, o qual passou a ser de céu aberto, o custo das viagens aéreas para o Arquipélago tem sido apontado como elevado, um constrangimento que afeta todos os setores económicos e a população em geral, dada a condição de insularidade.

O estímulo à dinamização da oferta de transporte aéreo, é reivindicado pelo sector turístico que necessita rentabilizar a capacidade hoteleira instalada (cerca de 28.000 camas), objetivo operacional relevante para valorizar a respetiva importância para economia regional.

⁹ A este título, constata-se que o gasto médio de um turista de cruzeiros ronda os 70€, mais de 100% acima da despesa de um turista tradicional na Madeira. Assim, considerando os 542.789 passageiros dos navios de cruzeiro que passaram pela RAM em 2011, estima-se que estes tenham despendido aproximadamente 38 milhões de euros, um montante considerável e importante para a economia regional [Fontes: Estudo *Inteligência Competitiva Cruises in the Atlantic Islands 2004-2005*, encomendado à Edei Consultores, S.A. pelas Autoridades Portuárias da Madeira, de Santa Cruz de Tenerife e de Las Palmas e *Estudo sobre a satisfação dos turistas de cruzeiros da área Madeira – Canárias*, Promotional & Marketing Association].

(e) Recursos Hídricos e Saneamento

Do diagnóstico realizado no âmbito do Plano Regional da Água da Madeira (elaborado há alguns anos) e diretamente relacionado com o **abastecimento de água** às populações e atividades económicas e, com a drenagem e **tratamento de águas residuais urbanas**, destacam-se os seguintes problemas para os quais importa dar continuidade de investimento em soluções razoáveis:

- existência de população servida com água não sujeita a tratamento, distribuída por pequenas redes rurais;
- elevado nível de perdas (incluindo fugas e consumos não contabilizados) nas redes de distribuição de água potável, por antiguidade ou inadequação;
- escassez de água para regadio agrícola em períodos de maior necessidade e irregularidade no seu fornecimento, a par de elevadas perdas ao nível das infraestruturas e nos próprios terrenos;
- carência em termos de disponibilidades de água face às necessidades nos períodos hidrológicos mais secos, situação agravada nos últimos anos devido às alterações climáticas;
- descarga no meio natural de águas residuais urbanas, com níveis de tratamento não adequados à legislação em vigor;
- deficiências ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais;
- dependência energética associada à captação, transporte e tratamento de água e ao funcionamento de sistemas de saneamento;
- inadequação dos sistemas de informação de apoio à gestão e lacunas de informação sistematizada sobre variáveis relevantes;
- falta de sensibilização para a utilização eficiente de água, num contexto em que, associado à mudança climática global, é expectável uma redução acentuada das disponibilidades hídricas que poderá vir a afetar a capacidade de satisfação das necessidades de água.

Da conjugação deste conjunto de problemas resulta que a Região (e muito particularmente, a Ilha da Madeira), possui constrangimentos estruturais assinaláveis no sector do abastecimento de água e tratamento de águas residuais urbanas que exigem uma resposta de investimento na renovação, reconversão e (pontualmente) de construção de novas infraestruturas, enquanto instrumentos fundamentais para a sua resolução. Acresce que estes constrangimentos tornam a Região ainda mais vulnerável aos efeitos do dengue, sobretudo a cotas mais baixas.

Em termos instrumentais, e de modo a poder enfrentar de forma mais adequada os desafios que se lhe colocam, a RAM tem vindo a proceder a reformas do modelo de gestão dos serviços de águas e resíduos através da sua integração numa única entidade - verticalização dos sistemas em “alta” e em “baixa” - no sentido da obtenção de economias de escala, maior eficácia na prestação dos diversos serviços e equilíbrio económico-financeiro na atividade dos diferentes sectores.

Dadas as especificidades do Arquipélago, os constrangimentos estruturais existentes na **gestão de resíduos** na Madeira levam a que, para o cumprimento dos padrões de qualidade ambiental estipulados na União Europeia, a Região tenha que suportar custos acrescidos relativamente às regiões continentais.

Em matéria de alguns resíduos, objeto da recolha seletiva, o seu volume não permite soluções economicamente viáveis de reciclagem na Região, pelo que se tem optado por soluções de recolha e transporte para o Continente português.

Assim, as principais condicionantes à gestão de resíduos na RAM são determinadas, fundamentalmente, pela distância ao território continental e elevados custos de transporte marítimo, dependência do exterior, acentuada orografia do terreno, dispersão das populações e dimensão exígua do território que comprometem a obtenção de economias de escala (p.e., a indústria de reciclagem/valorização local é inviável, devido à dimensão reduzida do mercado).

A distância ao Continente e os elevados custos do transporte originam sobrecustos resultantes da necessidade de escoamento, por via marítima, dos resíduos para reciclagem e eliminação no território continental. A situação de dupla insularidade da Ilha do Porto Santo agrava os sobrecustos de transporte marítimo pela necessidade da transferência dos resíduos indiferenciados para tratamento na Ilha da Madeira.

Em Porto Santo, para além dos efeitos da dupla insularidade fazem-se sentir os efeitos da sazonalidade do turismo, com picos acentuados nos meses de Verão, que acentuam as dificuldades de gestão dos resíduos, nomeadamente, na gestão dos equipamentos de recolha, transporte e transferência de resíduos, bem como, dos recursos humanos.

A implementação dos sistemas de recolha seletiva e indiferenciada está fortemente condicionada na Região pela orografia e pela dispersão e flutuações de população, exigindo um maior esforço financeiro por parte das entidades gestoras de resíduos. Na recolha de resíduos sólidos urbanos, salienta-se o envelhecimento acentuado da frota existente devido ao desgaste rápido das viaturas e consequente diminuição do tempo de vida útil do equipamento. Quanto aos equipamentos de deposição seletiva de resíduos, regista-se uma deficiente utilização pela população, resultando no aumento da frequência das recolhas nos diferentes pontos públicos, com os impactos económicos e ambientais daí resultantes.

Além de implicarem custos acrescidos para a Região, estas especificidades dificultam a cooperação a nível técnico e institucional com as autoridades nacionais pelo que é preponderante a definição de objetivos específicos que colmatem os atuais constrangimentos.

Nos últimos anos têm vindo a ser efetuados investimentos públicos para a implementação de uma Estratégia Integrada de Gestão de Resíduos que permita satisfazer as necessidades da Região na área da gestão pública de resíduos, bem como cumprir as diretrizes europeias nesta área, salvaguardando o ambiente e a saúde pública; no entanto, existem necessidades ainda por suprir neste sector que justificam encarar medidas para que tal estratégia possa ser finalmente estabelecida.

C. Qualificação escolar e profissional

A Região é historicamente marcada pelo baixo nível educativo, apresentando uma estrutura global de níveis de habilitações da população ativa caracterizada por um baixo nível educacional e peso reduzido dos diplomados com o Ensino Superior.

Tabela 9. População ativa, por nível de escolaridade completo

	Básico - 1º Ciclo		Básico - 2º Ciclo		Básico - 3º Ciclo		Secundário		Superior		Total	
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
PT	1 093,7	19,7	859,3	15,5	1 261,3	22,8	1 120,1	20,2	1 001,5	18,1	5 543,2	100
RAM	31,2	24,0	23,4	18,0	24,1	18,5	23,8	18,3	20,3	15,6	130,2	100

Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal*, 2011.

Da população com idades entre os 25 e os 64 anos, em 2011, apenas 14,5% tinha concluído o Ensino Superior, ao passo que a média para Portugal era de 17,3% (26,8% para a UE a 27).

Tabela 10. Pessoas com idade entre 25-64 que concluíram o Ensino Superior, por NUTS II

	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27 países)	23,5	24,3	25,1	25,9	26,8
Portugal	13,7	14,3	14,7	15,4	17,3
RAM	11,2	11,9	12,6	13,0	14,5

Fonte: Eurostat.

A diminuição do indicador de abandono precoce de educação e formação é notória. No período 2007-2010, a taxa de abandono precoce de educação e formação da RAM diminuiu 11 pontos percentuais. Contudo, a taxa de abandono de 31,7% em 2011, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego (INE), encontra-se ainda longe das taxas de abandono médias de Portugal (23,2%), Europa (13,5%) e das metas para 2020 (descida para 10%).

A apreciação global dos contributos das diversas formações profissionalizantes orientadas para os jovens em idade escolar aponta para uma melhoria das qualificações atenuando o abandono precoce da educação e da formação e melhorando os indicadores de conclusão do Ensino Secundário. Assim, e tomando por referência o ano de 2007 (início de vigência do Programa Rumos), a percentagem de jovens com idade entre os 18 e os 24 anos que concluíram no máximo o 3º ciclo do ensino básico diminuiu de 48,3%, nesse ano, para 31,7%, em 2011; em idêntico período, a percentagem de jovens entre 20 e 24 anos que concluiu o Ensino Secundário cresceu de 38,7 para 50,9%.

Os Cursos de Dupla Certificação desempenham um papel relevante constituindo um dos principais instrumentos de recuperação de jovens para o sistema escolar para o que foi determinante o financiamento do FSE, com impacto na adesão das escolas públicas mas também de entidades privadas e contribuindo para a progressiva maturidade do sistema, a sua capacidade de aprendizagem e o desafio para começar a integrar públicos de mais difícil integração.

A Tabela seguinte ilustra a relevância das diferentes modalidades na formação secundária.

Tabela 11. Percentagem da formação secundária dual sobre o total da formação secundária

	2007/2008		2008/2009(a)		2009/2010		2010/2011		2011/2012(b)	
	Nº	%								
CEF	233	2,6	431	4,6	496	5,2	539	5,5	429	4,5
Cursos Profissionais	1.427	16,1	1.623	17,5	1.580	16,6	1.633	16,8	1.886	19,6
Cursos de Aprendizagem		0,0		0,0	59	0,6	115	1,2	129	1,3
Ensino Tecnológico	1.438	16,2	1.406	15,1	1.447	15,2	1.493	15,3	1.349	14,0
Cursos de Dupla Certificação	3.098	34,9	3.460	37,2	3.582	37,7	3.780	38,8	3.793	39,5
Cursos Científico-Humanísticos	5.785	65,1	5.837	62,8	5.917	62,3	5.954	61,2	5.818	60,5
Total de Jovens	8.883	100,0	9.297	100,0	9.499	100,0	9.734	100,0	9.611	100,0

(a) Nos Cursos Profissionais estão englobados os Cursos de Aprendizagem; (b) Dados provisórios.

Fonte: OSERAM (Observatório do Sistema Educativo da Região Autónoma da Madeira).

A taxa de retenção e desistência no Ensino Básico é superior à média nacional, sinalizando a importância de continuar a investir na qualidade do ensino neste nível, a par do prolongamento de intervenções visando prevenir o abandono escolar precoce.

Tabela 12. Estatísticas de Educação 2010/2011

2010/2011	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico				Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
Portugal	122,2	134,9	7,5	3,3	7,4	13,3	79,2
R. A. Madeira	125,8	123,9	11,2	5,1	11,9	19,1	75,3

Fonte: INE, *Anuário Estatístico de Portugal*, 2011.

As taxas de escolarização e de conclusão do Ensino Secundário por parte da população jovem têm vindo a crescer em linha com a progressão do indicador no País, atingindo cerca de 51% em 2011, crescimento fortemente associado ao investimento efetuado na expansão da oferta dos Cursos de Dupla Certificação.

Tabela 13. Percentagem de jovens com idade entre os 20-24 anos que concluíram pelo menos o Ensino Secundário

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	49	49,6	53,4	54,3	55,5	58,7	64,4
Madeira	37,7	37,7	38,7	40,1	43,7	45,3	50,9
RA Madeira/Portugal	0,77	0,76	0,72	0,74	0,79	0,77	0,79

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

No que respeita à Aprendizagem ao Longo da Vida, nos últimos anos, registou-se uma evolução da participação em processos de aprendizagem; no entanto, mantém-se em níveis muito baixos, bastante aquém das médias nacional e europeia. Entre 2005 e 2010, a participação em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida em Portugal cresceu de 4,1 para 5,8%, enquanto na Madeira evoluiu de 1,9 para 2,5%.

Dados mais recentes para a RAM, constantes do Referencial Estratégico da Secretaria Regional da Educação indicam que a Região atingiu em 2011 uma percentagem de participação em ações ALV que se situou em

8%, *performance* que reflete, sobretudo, um esforço de ativação dos segmentos formação das políticas de emprego, mas também a existência de um novo método de recolha de dados.

Tabela 14. Aprendizagem ao Longo da Vida (% da população com idade entre os 25 e 64 anos que participa em ações de educação e/ou formação)

Ano	UE27	Portugal	Madeira	Madeira/Portugal	Madeira /UE
2005	9,6	4,1	1,9	0,463	0,198
2006	9,5	4,2	2,1	0,500	0,221
2007	9,3	4,4	2,6	0,591	0,280
2008	9,4	5,3	2,9	0,547	0,309
2009	9,3	6,5	3,2	0,492	0,344
2010	9,1	5,8	2,5	0,431	0,275
2011 (a)	8,9	11,6	8,0	0,690	0,899

(a) Em 2011 ocorreu uma quebra de série, motivada por um novo método de recolha de dados.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Na relação com o mercado de trabalho, os dados disponíveis dos Quadros de Pessoal (setor estruturado da economia) permitem sistematizar as evidências seguintes:

- melhoria dos indicadores de qualificação dos trabalhadores por conta de outrem centrado num ganho de peso entre 2007 e 2010, por parte dos quadros superiores (de 4,9% para 5,9%) e dos quadros médios (de 4,2 para 5,3%);
- redução do peso dos profissionais não qualificados e dos estagiários, praticantes e aprendizes, mas também do segmento dos profissionais qualificados, que detém maior expressão na composição do emprego e onde mais se concentra a quebra do volume global de pessoal ao serviço (-2.958 postos de trabalho em três anos);
- melhoria dos indicadores de habilitação escolar dos trabalhadores por conta de outrem traduzido, sobretudo, no aumento dos diplomados com o Ensino Superior, Licenciatura (+17,6%) e Doutoramento (+7,1%), este último nível com uma base de partida muito estreita;
- melhoria dos indicadores de habilitação superior concentrada na Educação, na Saúde, na Administração Pública, nos Transportes e Armazenagem e nas Águas e Saneamento enquanto o Alojamento, Restauração e Similares são, igualmente, recetivos às ofertas de nível IV, tal como o Comércio por grosso e a retalho.

Nesta evolução da estrutura de qualificações são de admitir efeitos induzidos pelas dinâmicas de realização das tipologias de Educação e Formação do Programa Rumos, orientadas para os ativos empregados (e desempregados, nomeadamente encaminhados pelo serviço público de emprego) nas modalidades de Formação de Adultos, Ações de Qualificação/Reconversão/Aperfeiçoamento/Especialização e Ações RVCC. Trata-se de um contributo potencial para a recuperação do défice de qualificações e para a melhoria das condições de empregabilidade, especialmente dos adultos desempregados, mas que carece de um (re)ajustamento qualitativo da estrutura da oferta formativa (conteúdos, metodologias, capacidades

formativas, ...), uma trajetória que não é, ainda, muito notória no desenvolvimento das ofertas existentes. (cf. *Avaliação Intercalar do Programa Rumos*, Julho de 2012).

Em *síntese*, a situação de transição económica (agravada pelos efeitos da crise internacional e do processo de ajustamento na Região e no País) encontra-se também espelhada nos sistemas de formação escolar e profissional e de emprego:

- na década anterior, a Região progrediu em várias dimensões com crescimento económico, melhor distribuição e redução da pobreza, desemprego circunscrito e centrado nos grupos de maior risco no mercado de trabalho, progresso na educação e formação, ainda que mantendo-se em níveis inferiores aos do País;
- na transição que a Região vive, persistem sinais de dificuldade que decorrem da reestruturação do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e respetiva recomposição antecipando indicadores ainda não disponíveis de transformação económica e ajustamento, que podem inverter a trajetória da Região;
- a melhoria na educação e nas qualificações, apesar de ser consistente, não conduziu à recuperação de uma situação de atraso no contexto de um País, ele próprio com indicadores mais desfavoráveis que os europeus.

Os pilares da convergência que a Região viveu na década anterior estão, assim, sob pressão: base económica em transição, desemprego em crescimento e reestruturação, níveis de escolarização inferiores às médias nacional e europeia e que, embora progredindo, se mantêm afastados.

D. Coesão Social

O Programa de Governo para 2011-2015 enquadra a estratégia a adotar nesta fase da vida da Região, marcada pelos condicionalismos que derivam da situação a nível nacional e da crise internacional, mas também pela necessidade de operar diversos ajustamentos estratégicos próprios de uma fase de transição entre modelos de competitividade. A margem de ação das autoridades regionais neste ciclo é, ainda, balizada pelos constrangimentos resultantes da adoção do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região.

No desenvolvimento do Programa de Governo foram entretanto adotados um Plano Regional de Emprego 2012-2020 e um Plano Regional para a Intervenção Social 2012-2015 que contribuem para enquadrar a Estratégia Regional para o próximo ciclo de programação das Políticas de Coesão (2014-2020), nos domínios cruciais do Emprego e da Coesão Social.

Estes documentos programáticos e de estratégia definem já vias para a superação dos problemas e debilidades estruturais da Região, que ora se procura identificar sinteticamente.

(a) Emprego, Desemprego e Exclusão social

Até à crise internacional, a Região seguiu uma rota de convergência económica acentuada, ultrapassando, na segunda metade da década anterior, o PIB médio da União Europeia, quando medido em paridades do poder de compra, e permanecendo imune à interrupção da convergência entre Portugal e a União,

“performance” de indicadores para a qual contribui a componente induzida pelas atividades enquadradas pelo CIMN, sobretudo o efeito Zona Franca.

Tabela 15. PIB em paridades do poder de compra, por habitante em % da média da União Europeia

	2005			2009		
	UE 27	PT	RAM	UE 27	PT	RAM
Paridades do poder de compra por habitante em percentagem da média da União Europeia	100,0	80,0	99,0	100,0	80,0	105,0

Fonte: Eurostat.

A evolução do emprego e do desemprego na Região evidencia já a alteração da situação socioeconómica por força do ajustamento em curso. Assim, a taxa de emprego regional, que entre 2005 e 2010 se manteve acima dos 70%, superior à taxa nacional e também da União Europeia, desce em 2011 abaixo dos 68%, passando a ser inferior quer à taxa nacional, quer à da União e dando sinais de que a Região iniciou uma trajetória de divergência em relação ao objetivo do emprego da Estratégia 2020.

Tabela 16. Taxa de emprego dos 20-64 anos

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27)	68,0	69,0	69,9	70,4	69,1	68,5	68,6
Portugal	72,3	72,7	72,6	73,1	71,2	70,5	69,1
RAM	73,7	72,3	71,7	72,8	71,9	71,9	67,8
RA Madeira/Portugal	1,02	0,99	0,99	1,00	1,01	1,02	0,98
RA Madeira/União Europeia	1,08	1,05	1,03	1,03	1,04	1,05	0,99

Fonte: Eurostat.

Desde que, em 2008 se começaram a sentir os efeitos da crise, o volume do emprego teve uma variação negativa de 2,8% na Região. Os sectores estruturantes do emprego regional (Comércio e Turismo e Administração Pública) mantiveram, na primeira fase da crise, o seu peso na economia regional e, por força da sua resiliência, o peso da Administração acabou por crescer de 25% para 28% do emprego regional.

Nesta fase, o efeito imediato foi o da contração do terceiro pilar do emprego regional, a Construção, cujo peso no volume do emprego decresceu em três anos de 16 para 9%. Esta variação dá conta da natureza do ajustamento em curso, criando um contexto em que o crescimento do peso da Administração Pública no emprego regional enfrenta sérios problemas de sustentabilidade. Todos os fatores convergem para a elevação da dependência da economia regional em relação ao Turismo o qual, no entanto, também não apresentou dinamismo na criação de emprego, bem pelo contrário.

Tabela 17. Pessoal ao Serviço nos estabelecimentos empresariais da Região, segundo o ramo de atividade

CAE(Rev. 3)	2007		2011		Variação 2007-2011
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	378	0,5	633	1,0	67,5
B - Indústrias extrativas	180	0,3	160	0,3	-11,1
C - Indústrias transformadoras	5.739	8,0	4.273	6,9	-25,5
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	833	1,2	769	1,3	-7,7
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	505	0,7	545	0,9	-7,9
F - Construção	13.861	19,3	8.581	13,9	-38,1
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15.659	21,8	13.733	22,3	-12,3
H - Transportes e armazenagem	3.911	5,4	3.684	6,0	-5,8
I - Alojamento, restauração e similares	13.059	18,2	10.614	17,2	-18,7
J - Atividades de informação e de comunicação	872	1,2	953	1,6	9,3
K - Atividades financeiras e de seguros	1.484	2,1	1.365	2,2	-8,0
L - Atividades imobiliárias	608	0,8	472	0,8	-22,4
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.145	3,0	2.030	3,3	-5,4
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.486	6,2	4.387	7,1	-2,2
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	327	0,5	379	0,6	15,9
P - Educação	1.742	2,4	1.881	3,1	8,0
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	3.479	4,8	4.337	7,0	24,7
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	909	1,3	1.097	1,8	20,7
S - Outras atividades de serviços	1.643	2,3	1.642	2,7	-0,1
Total	71.820	100,0	61.535	100,0	-14,3

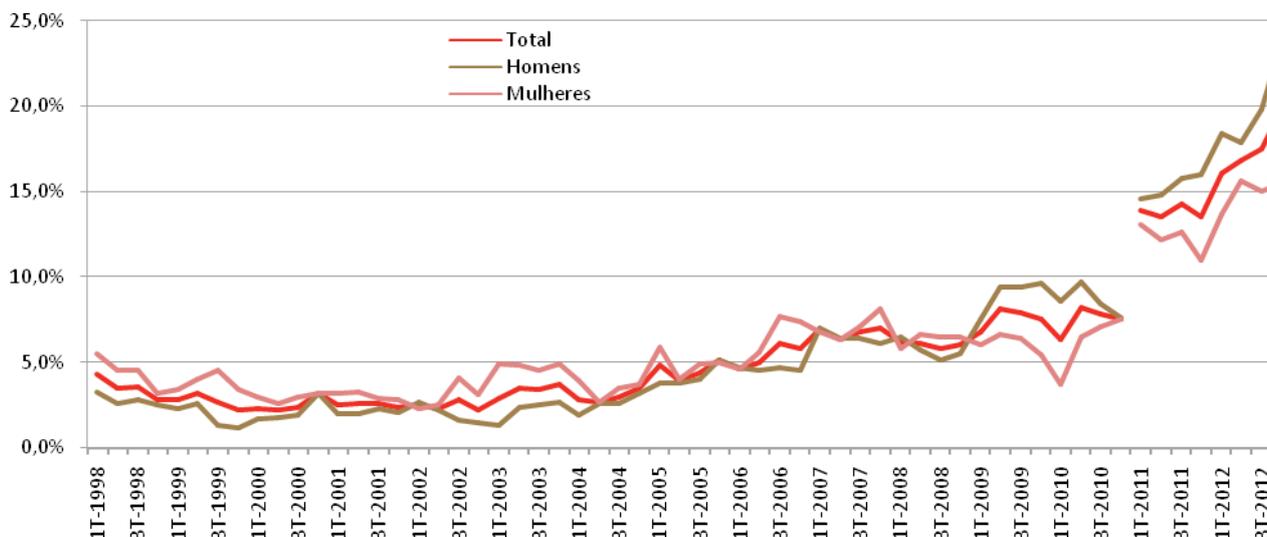
 Fonte: DIRTRA/GEP, *Quadros de Pessoal*.

A evolução setorial do emprego, medida pelo pessoal ao serviço nos estabelecimentos empresariais (setor estruturado da economia), afasta-se do padrão de evolução do tecido empresarial, sobretudo pela intensidade do ajustamento nas indústrias transformadoras (-25,0% de pessoal ao serviço, em apenas três anos), na construção (-32,2%), nas atividades imobiliárias (-19,6%) e no alojamento, restauração e similares (-19,1%); para além destes ramos de atividade, com maior expressão empregadora, crescem comportamentos negativos no emprego que não ocorreram na evolução do “stock” empresarial casos do comércio por grosso e a retalho (-10,8%); atividades administrativas e dos serviços de apoio (-3,8%); e atividades financeiras e de seguros (-9,4%).

Os comportamentos positivos do emprego ocorreram em áreas protegidas [Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória (+32,4%); Saúde e apoio social (+16,9%)]; e em áreas residuais, em termos de volume de emprego [Artes, espetáculos, desporto e recreio (+15,8%); Agricultura (+5,0%)].

A transformação na situação do emprego refletiu-se no agravamento do desemprego e na alteração das suas características: a Região tem um histórico de baixo nível de desemprego, mas desde o início da crise este agravou-se e masculinizou-se acentuadamente.

Gráfico 6. Evolução da Taxa de desemprego (1998-2010 e 2011-2012)



(*) Rutura de série em 2011.

Fonte: DREM, *Inquérito ao Emprego*.

O desempregado-tipo no final de dezembro de 2012 é adulto (85,2%), do sexo masculino (57,5%), encontra-se em situação de desemprego há menos de um ano (51,3%), procura novo emprego (89,9%), teve ocupação anterior no comércio e serviços (dois terços) e tem habilitações inferiores ao 3º ciclo do Ensino Básico (71,1%). A variável habilitacional regista um agravamento do volume de inscritos com habilitações correspondentes ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário e ao Bacharelato, bastante acima da variação global ocorrida, traduzindo uma dificuldade de absorção das qualificações escolares médias cujo reforço orientou as prioridades da oferta formativa da última década.

Tabela 18. Evolução do Desemprego (2007-2012)

	Dezembro 2007		Dezembro 2012		Varição 2007-2012
	N.º	%	N.º	%	%
Desemprego registado	8.773	-	23.741	-	170,61
Homens	4.505	51,4	13.645	57,5	202,89
Mulheres	4.268	48,6	10.096	42,5	136,55
Jovens	1.584	18,1	3.511	14,8	121,65
Desempregados de Curta Duração	5.856	66,8	12.170	51,3	107,82
Desempregados de Longa Duração	2.917	33,2	11.571	48,7	296,67
Nível de Instrução					
Inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico (4ª classe)	557	6,3	1.463	6,2	162,66
1º ciclo do Ensino Básico (4ª classe)	2.784	31,7	6.514	27,4	133,98
2º ciclo do Ensino Básico (6º ano/Ciclo Preparat.)	1.885	21,5	5.384	22,7	185,62
3º ciclo do Ensino Básico (9º ano/5º ano antigo)	1.317	15,0	4.065	17,1	208,66
Ensino Secundário (12º ano / 7º ano antigo)	1603	18,3	4.844	20,4	202,18
Ensino Superior	627	7,1	2.202	9,3	251,2

Fonte: IEM, *Informação Mensal do Mercado de Emprego*.

O ritmo de entrada no desemprego, mais acelerado nos homens, corresponde a perdas de emprego em atividades mais consolidadas e com menores índices de rotação, caracterizadas por índices mais elevados de trabalho masculino (atividades transformadoras, construção civil e obras públicas, etc.), mas é também expressivo no terciário de natureza económica, uma trajetória de evolução que evidencia uma dupla origem de problemas: esgotamento do modelo económico de afetação de recursos e efeitos da crise internacional/nacional sobre o mercado interno.

Os serviços do IEM têm procurado proporcionar respostas de acesso ao emprego e de frequência de ações de formação, no âmbito do acompanhamento das ofertas e da procura de trabalho, tendo como suporte de financiamento as medidas de política ativa de emprego que têm procurado adequar à evolução negativa das condições de empregabilidade na Região.

Este retrato do desemprego regional evidencia um conjunto de dimensões-problema particularmente preocupante na medida em que tem obrigado a uma ativação das políticas de emprego em múltiplas direções implicando uma atenção redobrada na gestão das medidas existentes. Estas medidas foram compelidas a abranger um número mais elevado e heterogéneo de destinatários num período de fortes constrangimentos orçamentais e em que os recursos do Eixo Emprego e Coesão Social do Programa Rumos se encontram esgotados.

A utilização de medidas ativas de apoio à sustentação do emprego, que foi sendo estimulada de forma continuada (dentro dos limites impostos pelos requisitos de cofinanciamento dos instrumentos e pela programação dos recursos do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Programa Rumos), encontra agora uma complexa restrição de financiamento, numa conjuntura prolongada em que a sua pertinência se tem mostrado acrescida. (cf. *Relatório de Monitorização do Programa Rumos*, 2º Semestre de 2011, IDR).

Apesar de ainda não haver indicadores em várias dimensões que reflitam plenamente a atual transição económica no sistema de emprego regional, aqueles de que se dispõe dão indicações seguras de agravamento dos riscos sociais, associados ao crescimento do desemprego.

A Região teve uma assinalável convergência social na primeira década do século XXI, fruto do dinamismo económico que se refletiu também na evolução do risco de pobreza, a incidência do fenómeno no fim da década aproximava-se da média nacional, ritmo de convergência que foi particularmente acelerado na primeira metade da década.

Tabela 19. Risco de pobreza, estimado pelo rendimento monetário (2000-2009)

	2000*	2005**	2009***
Portugal	19,2	18,5	17,9
RA Madeira	34	23,5	18,8
RA Madeira/ Portugal	1,77	1,27	1,05

Fonte: *INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 2000; **INE, *Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias*, 2005-2006; ***INE, *IDEF* 2010-2011.

Outros dados de caracterização da evolução no período 2007-2011 dos problemas da pobreza e da exclusão social na Região reportam, sobretudo, aos beneficiários do rendimento social de inserção que pode ser entendido como uma *proxy*, ainda que grosseira desses problemas.

Tabela 20. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011 (%)
Total	9.632	8.901	9 828	11.252	9.318	-3,3
Homem	4.241	3.929	4 495	5.278	4.500	6,1
Mulher	5.391	4.972	5.333	5.974	4.818	-10,6
Menos de 25 anos	5.157	4.649	5.014	5.604	4.493	-12,9
25-39 anos	1.483	1.363	1.646	1.918	1.644	10,9
40-54 anos	1.799	1.749	2.050	2.460	2.081	15,7
55 e mais anos	1.193	1.140	1.118	1.270	1.100	-7,8

Fonte: INE, *Anuário Estatístico R.A. Madeira* (2007 até 2011).

Entre 2007 e 2011, o volume de beneficiários abrangidos diminuiu cerca de 3%, embora a tendência verificada até 2010 tenha sido de crescimento significativo (+17%), observando-se o aumento do peso dos beneficiários jovens [com menos de 25 anos] e dos adultos [até 54 anos], a par de uma redução do segmento etário dos mais velhos [55 e mais anos].

O volume de participantes apoiados pelas ajudas proporcionadas pelas tipologias de intervenção do Eixo Emprego e Coesão Social do Programa Rumos, no âmbito de Integração socioprofissional de Pessoas desfavorecidas e de Pessoas portadoras de Deficiência (4.606, no período 2007-2010), situa-se acima da meta anual média e evidencia a existência de necessidades de apoio superiores às estimadas na fase de programação.

A informação empírica qualitativa existente aponta no sentido de um agravamento das situações de desfavorecimento face ao mercado de trabalho com alastramento dos focos de pobreza e marginalidade a novas áreas urbanas e também em freguesias do interior da Ilha. Paralelamente, salienta-se uma erosão acentuada das capacidades de resposta das IPSS, Centros Paroquiais e Casas de Povo por redução do financiamento público (comunitário e regional – OSS) e por menor disponibilidade do partenariado e mecenato social de empresas e instituições. (cf. *Avaliação Intercalar do Programa Rumos*, Julho de 2012, IDR/Quaternaire).

A RAM é a NUTII portuguesa em que os rendimentos do trabalho têm um maior peso no rendimento das famílias, ou seja, mais do que em qualquer outra Região nacional, os salários têm uma importância determinante na formação do rendimento disponível das famílias.

Em 2007, a RAM era a Região com uma menor proporção de trabalhadores a receber o salário mínimo (Remuneração Mínima Mensal Garantida). No entanto, essa posição altera-se em três anos, tendo o número de trabalhadores nessa situação crescido três vezes mais rapidamente que a média nacional. Dada a ocorrência semelhante verificada no Algarve, embora de forma muito menos rápida, pode intuir-se que são os salários no turismo e na construção que suportam essa trajetória.

Tabela 21. Incidência de trabalhadores a receber a RMMG, por região (NUT II) do estabelecimento

	2007	2008	2009	2010	Varição
Portugal	10,8	11,8	15,2	15,5	44%
Norte	14	15,1	20,3	20,3	45%
Centro	11,7	12,6	16	16,5	41%
Lisboa	7,4	8,3	10	10	35%

	2007	2008	2009	2010	Varição
Alentejo	10,4	11,5	14,7	15,4	48%
Algarve	8,7	10,5	12,8	14,6	68%
Açores	10,9	13,3	14,8	n.d.	36%
Madeira	5,3	8,4	10,3	12,3	132%

Fonte: GT MSSS, *Zonas afetadas pela pobreza ou grupos alvo em risco de exclusão*, Documento de Trabalho para o Acordo de Parceria, 2014-2020.

Tendo a maior dependência entre as regiões portuguesas dos rendimentos salariais e havendo uma evidente redução real e nominal dos salários pela acumulação de trabalhadores nos níveis salariais mais baixos, a RAM depara-se com uma vulnerabilidade que só pode ser combatida com uma redinamização da competitividade dos sectores para que, aumentando a produtividade, seja possível acomodar aumentos dos salários dos seus trabalhadores.

E. Capacitação Institucional e Cooperação Territorial

Este domínio transversal, remete para condições de suporte e qualificação dos processos de desenvolvimento regional (e empresarial), por um lado, através de atuações de política que melhorem o desempenho da Administração Regional, p.e., reduzindo custos de contexto e, por outro lado, proporcionando o desenvolvimento de projetos em cooperação em domínios relevantes para a Região, nomeadamente, no plano científico e nos intercâmbios entre empresas, sobretudo, no espaço das RUP.

E1. Capacitação das Organizações Regionais

A Capacitação Institucional constitui uma variável-chave de ajustamento na medida em que a qualidade e o sucesso da missão de um vasto conjunto de entidades, nomeadamente públicas e de interface, poderá depender da eficácia de desempenho das respetivas atribuições e competências na relação com as empresas e a sociedade em geral.

A criação e o funcionamento de um conjunto relevante de entidades de interface no âmbito da Ciência e Tecnologia (UMa, Madeira Tecnopólo e CITMA), do empreendedorismo (IDE-RAM, Madeira Parques Empresariais e CEIM) e da Sociedade da Informação (NESI), constituem passos importantes para, uma vez consolidado esse investimento, tornar possível desenvolver uma abordagem pró-ativa de oferta de serviços estratégicos às atividades económicas, de suscitação de projetos e iniciativas de qualificação do tecido empresarial (subida na cadeia de valor, internacionalização, ...), bem como de constituição de parcerias de projeto entre empresas regionais e entidades do Sistema Regional de Inovação, SCTN e parceiros internacionais, uma das apostas do PDES 2007-2013.

No entanto, no plano institucional e de operacionalização de competências, as principais entidades de interface e de dinamização da iniciativa empresarial têm revelado dificuldade em concretizar as perspetivas referidas sendo de destacar, entre outros obstáculos em presença:

- a reduzida atividade e resultados alcançados nos domínios da incubação de empresas e do lançamento de “start-ups” e unidades de capital semente;

- a extinção do NESI (Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação) com trabalho meritório no desenvolvimento de competências e iniciativas no âmbito das NTIC;
- o perfil de atividades empresariais instaladas nos Parques Empresariais que não contribuíram para renovar o padrão de especialização económica;
- os investimentos mais recentes do Madeira Tecnopolo, apoiados no âmbito do Intervir+, traduzem um afastamento do core de atividades de C&T da entidade.

Neste contexto, permanece válida a recomendação da Avaliação *ex-ante* do Intervir+ (IESE para o IDR, 2007) que enfatizava a necessidade de “dinamizar a participação do conjunto de entidades/instâncias de regulação da atividade económica com atribuições e competências nas esferas da dinamização económica e da promoção do desenvolvimento regional (IDE-RAM, Madeira Tecnopolo, Madeira-Parques Empresariais e Sociedades de Desenvolvimento), sobretudo, procurando encontrar soluções para melhorar as articulações entre si e as interfaces com os potenciais promotores, bem como assegurar níveis de eficácia mais satisfatórios em termos de qualidade e valor acrescentado dos serviços públicos prestados aos agentes económicos, p.e., através da disponibilização de novos serviços da Administração Regional”.

Neste contexto, importaria racionalizar todo este tecido organizacional, nomeadamente distinguir muito bem o que é empreendedorismo de base tecnológica (“start-up’s” tecnológicos, ...) e o que é empreendedorismo de ordem geral (sem “apport” científico a montante) e mais relacionado com o desenvolvimento local, a economia social e domínios “non-profit”.

Esta capacitação institucional está, igualmente, dependente da capacitação dos recursos humanos ao serviço das instituições, quer na dimensão da capacidade técnica instalada, quer na qualidade da gestão, aspeto que importa considerar de forma central neste domínio.

Na ótica da melhoria da capacidade competitiva das organizações empresariais, a eficácia das intervenções na esfera da regulação de atividade económica afigura-se crucial, nomeadamente contribuindo para a redução dos custos de contexto que impendem sobre inúmeras operações administrativo-burocráticas que envolvem a atividade das empresas e também das famílias.

A nível do associativismo empresarial e municipal, constata-se também a existência de debilidades manifestas na mobilização de recursos e de fixação de competências suscetíveis de contribuir para a dinamização e qualificação das intervenções favorecedoras do robustecimento das empresas e das Autarquias, nomeadamente para melhorar a eficácia e eficiência das respostas em contexto de crise mas também de mudança dos padrões e práticas de gestão de recursos.

E2. Cooperação Territorial

A Cooperação Territorial em diversos espaços interregionais tem contribuído para desenvolver projetos e ações importantes que melhorem o conhecimento técnico-científico, a qualidade das políticas públicas, o conhecimento de oportunidades económicas que, em conjunto configuram importantes mecanismos de reforço da qualificação das intervenções, nomeadamente, das entidades públicas e associativas da RAM. Esta cooperação tem sido baseada, sobretudo, em Programas de Iniciativa Comunitária, com destaque para o Programa INTERREG III B Açores-Madeira-Canárias (2000-2006) e para o Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (2007-2013).

A experiência de cooperação inter-regional no atual período de programação (Cooperação no espaço das RUP, entre Madeira/Açores/Canárias) centra-se num total de 54 projetos no montante global de 30MEuros FEDER, parte deles quais executados sob liderança de entidades regionais em diversas áreas de intervenção com grande interesse para a economia regional, entre as quais se destaca a área da saúde pública (Gestão Integrada do Vetor *Aedes aegypti*), a educação, o ordenamento do território, o desenvolvimento urbano e rural e as pescas, os transportes e comunicações, a sociedade da informação e investigação & desenvolvimento, e a valorização e gestão sustentada dos recursos naturais e culturais e a cooperação científica e tecnológica (p.e., no âmbito da Rede UNAMUNO, no Eixo Atlântico com Cabo Verde).

Um exemplo recente de cooperação inter-regional, no espaço Madeira/Açores/Canárias e numa área sectorial de importância vital para a Madeira refere-se à assinatura de um acordo de cooperação para a criação do *Cluster Marítimo da Macaronésia*¹⁰, que tem como intuito a dinamização de projetos de desenvolvimento comum no atlântico, através de um aproveitamento mais eficiente dos instrumentos financeiros previstos no âmbito da União Europeia, para o período de 2014-2020.

A partilha de experiências e canais na área do turismo tem sido pouco explorada e pode constituir uma área fértil de cooperação entre os diferentes territórios, promovendo oportunidades para as PME e para a promoção da qualificação da oferta dos arquipélagos do Atlântico Sul.

A Avaliação Intercalar do PO Intervir+ recomendou para o período de programação 2014-2020 que sejam contemplados no domínio da Cooperação Inter-regional: “(...) Instrumentos que promovam a I&D e a inovação na Região, que privilegiem a criação de laços de cooperação entre as empresas e as entidades do SCTR e que fomentem a cooperação inter-regional. Neste âmbito, deverão também ser previstos mecanismos de envolvimento de agentes externos, que possibilitem o reforço das competências da Região em I&D.”

¹⁰ O Acordo de Cooperação foi subscrito por um conjunto de entidades impulsionadoras: Cluster Marítimo de Canárias, Cluster Marítimo Espanhol, Cluster de Energias Renováveis, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Cluster de Excelência Tecnológica, FEMEPA e FEMETE, Câmaras de Comércio de Gran Canária e Ponta Delgada, Plataforma Oceânica de Canárias, Autoridade Portuária de Las Palmas, Associações Náuticas (Asnática e Aenática), a Associação de Reparações Navais, a ACIF-CCIM, a Câmara Municipal do Funchal, a APRAM e a AREAM.

II. INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NO HORIZONTE 2020

II. 1. Elementos de contexto

A RAM e o respetivo quadro de resposta das políticas públicas regionais contam, no horizonte 2020, com ativos naturais ou adquiridos que têm vantagem em ser articulados de forma decidida, qualquer que seja o caminho que se pretenda percorrer:

- Paisagem humanizada de vastos territórios da Madeira e do Porto Santo, fruto das atividades agrícolas (vertente agricultura e silvicultura) e de desenvolvimento rural que muito contribuem para a preservação da paisagem e habitat natural do Arquipélago;
- Recursos do Mar especialmente relevantes num contexto insular e que na ótica da clusterização de atividades que abrangem recursos vivos e recursos não vivos, usos de natureza económica (Portos, transportes e logística; recreio; desporto e turismo) e atividades de I&DT.

A formalização recente do *Cluster Marítimo da Macaronésia*, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma “plataforma de entendimento e comunhão de interesses”, para potenciar o desenvolvimento da economia do mar fundamental para as Ilhas.

- Instrumentos de suporte à extroversão e internacionalização (p.e., CINM/SDM) essenciais para o desenvolvimento da RAM a qual sempre foi capaz de encontrar no exterior as oportunidades para a valorização dos seus recursos naturais ou adquiridos;
- Recursos turísticos que reforçam a atratividade do destino (recursos primários de Biodiversidade, Mar e Paisagem - levadas e veredas, património natural e construído, ...) e infraestruturas de suporte a novos produtos turísticos (p.e., campos de golf), ao que acresce uma capacidade instalada de estruturas e recursos de qualificação profissional na área turística; deste conjunto de dinâmicas, bem como das relacionadas com os modos de transporte entre as ilhas e com o exterior, poderá emergir o relançamento competitivo do Cluster Turismo na Madeira e no Porto Santo, no horizonte 2020.
- Capacidade subutilizada da oferta turística instalada, relativamente moderna e caracterizada por uma acentuada segmentação da procura que é necessário assegurar (5 estrelas vs. outros padrões de alojamento), pois das respetivas dinâmicas poderá emergir o relançamento competitivo do Cluster Turismo RAM;
- Dotação de infraestruturas de transporte interno com níveis de utilização abaixo da capacidade instalada, infraestruturas de transporte externo, que incrementam o potencial de acessibilidade externa (Aeroportos Internacionais da Madeira e do Porto Santo), também subutilizadas e suscetíveis de ser ampliadas com a exploração das vantagens de liberalização do espaço aéreo, com a eventual retoma da oferta de transporte marítimo e a qualificação do Porto Funchal, posicionando-se para aproveitar uma grande margem de crescimento no segmento de cruzeiros;
- Parque habitacional devoluto em zona centrais históricas que poderá fazer parte de um estratégia dinâmica de reabilitação urbana (física e económica) gerando potencialidades interessantes

capazes de proporcionar ofertas atrativas para novos residentes e contribuindo para reforçar a sustentabilidade e coesão territoriais;

- Equipamentos educacionais e de saúde com capacidade para satisfazer procuras mais qualificadas e de integrar (no caso da saúde) perspetivas de adensamento da cadeia de valor do Turismo, no segmento Hospitality, reequacionando as condições de suporte necessárias à consolidação de projetos de Turismo de saúde na Região;
- Biodiversidade (específica, habitats e ecossistemas), paisagem, mar e recursos marinhos que constituem um património de valor incalculável, de elevado interesse científico, tecnológico e económico, a salvaguardar. Uma parte significativa destes ativos únicos é constituída por elementos transversais a ter presente na configuração de diferentes políticas e programas sectoriais, com destaque para o turismo;
- Situação periférica e mercado interno exíguo, que condicionam a capacidade de integrar as cadeias económicas globais, em segmentos-produto que exijam escala, mesmo que se mantenham mecanismos mais ou menos generosos de compensação da insularidade, os quais tenderão a reduzir e desmotivar a capacidade de geração de oportunidades de atividades produtivas e de serviços (p.e., de incremento de substituição de importações) com dimensão e valor significativos;
- Manutenção problemática do quadro de incentivos fiscais como elemento central da atração de investimento externo (sobretudo, nas condições competitivas do passado).

Neste enquadramento de recursos e de constrangimentos, qualquer Estratégia de Desenvolvimento Regional não pode deixar de contemplar respostas a necessidades objetivas:

- Necessidade de continuar a considerar o Turismo como atividade económica em torno da qual se pode gerar valor acrescentado e emprego (em volume e em competências qualificadas) que possam influenciar o ritmo e a qualidade da recuperação, que permita ancorar o relançamento da economia regional, consolidando-se como atividade impulsionadora de melhores e mais densas relações inter-sectoriais entre a estrutura produtiva regional e destacando-se como atividade que incorpora fatores de inovação-conhecimento (energia, sistemas de informação, ...);
- Necessidade de assumir uma estratégia que contribua para materializar o retorno em valor do investimento já efetuado em ativos infraestruturais (transportes, ambiente, educação, saúde e habitação) quer pelo sector público, quer pelo sector privado, nomeadamente criando condições que permitam a recuperação (a prazo) dos custos incorridos;
- Necessidade de explorar os modos de internacionalização possíveis (uma vez que todos eles deverão ser convocados e aproveitados), sobretudo considerando o que de novo existe nas formas concretas como as atividades económicas se organizam, que possa ser utilizado de forma proactiva na RAM pelos seus agentes económicos;
- Necessidade de potenciar uma maior valorização dos recursos regionais (património natural e edificado, biodiversidade e paisagem, energias renováveis, recursos hídricos, mar e ecossistemas marinhos) e de aumentar a eficiência no seu aproveitamento.

II. 2. Abordagem preliminar da Estratégia de Desenvolvimento Regional

A formulação de uma Estratégia de Desenvolvimento Regional deve ser marcada por um número limitado de objetivos estruturantes e operacionais que permita a concentração de recursos nos instrumentos mais aptos a proporcionar os resultados pretendidos.

Os contributos sectoriais preparados pelos Organismos do Governo Regional constituem reflexões (pertinentes e relevantes) de identificação de opções estratégicas para orientar a afetação de recursos escassos que carecem de eficácia e eficiência no acesso e utilização. A sua integração num todo coerente implica opções, num contexto de constrangimentos internos à Região, ao País e às próprias perspetivas financeiras da Política de Coesão, através de aproximações iterativas procurando consensualizar intervenções e garantir um “core” de implicados para a concretização eficaz da Estratégia.

Neste enquadramento, e tendo também presente as Prioridades temáticas em torno das quais a RAM deve estruturar contributos próprios para a Estratégia Europa 2020, propõe-se um modelo de estruturação de Eixos de Intervenção assente no **Diamante Estratégico** apresentado no Diagrama seguinte.

Diamante estratégico da Madeira, no horizonte 2020



Conforme se assinala na base do **Diamante Estratégico**, o período 2014-2020 deverá marcar uma clara mudança de paradigma na relação com os apoios públicos (comunitários, nacionais e regionais), nomeadamente na subsidiação das atividades económicas deslocando o centro de gravidade desses apoios para a eficácia das condições de contexto e de suporte (Competências, I&DT, Coesão social e territorial).

Como corolário desta mudança de paradigma, importa desenvolver abordagens de focalização e seletividade na relação, nomeadamente, com o acesso e mobilização dos Fundos Estruturais a qual vai ocorrer num contexto de programação multifundos que se afigura benéfica para a RAM, nomeadamente para apoiar intervenções, combinadas ou não, de *matriz material* (via FEDER e Fundo de Coesão), de *matriz económico-produtiva de apoio ao investimento* (via FEDER e FEADER) e de *matriz imaterial de apoio à inovação e competências* (via FEDER, FSE, FEADER e FEAMP)¹¹.

A redução do envelope financeiro, ainda que num contexto de maiores taxas de cofinanciamento (pelo menos até 2016), remete para a já referida necessidade de maior recuperação de custos dos investimentos em infraestruturas e equipamentos mas aconselha a uma maior seletividade nas aplicações dos Fundos Estruturais, designadamente reforçando a capacidade de alavancagem dos mesmos para objetivos relacionados com a transformação da capacidade competitiva da Região.

Neste entendimento, enunciam-se pressupostos a ter presente para o acesso, mobilização e aplicação de Fundos Estruturais na Região nos diferentes vértices do **Diamante Estratégico**:

- **Inovação, I&DT e Energia** - A inovação deve ser avaliada como portadora de valor acrescentado e encarada como fator de melhoria da produtividade, competitividade e de geração de emprego, respondendo às necessidades de sustentabilidade da economia e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A inovação deverá ser incentivada de forma transversal a todas as áreas de atividade económica e social, estabelecendo critérios que permitam avaliar o mérito das medidas e dos projetos, por forma a potenciar uma otimização dos recursos disponíveis.

O incentivo à Inovação deverá constituir também um fator potenciador da I&DT de modo a atrair investimento privado nestas áreas e tornando mais efetiva a capacidade de atração de atores ou parceiros externos à Região. Os incentivos públicos deverão contribuir de forma objetiva para potenciar efeitos multiplicadores, consolidando e catalisando novas oportunidades de negócio, que se revelem de interesse para o desenvolvimento regional.

O envolvimento ativo da Universidade e dos Institutos com capacidade de produção de I&DT da Região deve partir de um esforço de inovação e racionalização organizacional por forma a ganhar concentração e capacitação de focos de atividade maximizando o potencial regional de criação de massa crítica, tendo presente a necessidade de atrair atores externos e integrar redes internacionalizadas.

¹¹Em paralelo, deverão manter-se as ajudas ao rendimento a que agricultura tem direito em regiões desfavorecidas (nomeadamente, IC's e ajudas POSEI - Programa da Opções Específicas relativas ao Afastamento e à Insularidade), objeto de abordagem no âmbito da preparação dos instrumentos de programação respetivos (FEADER e POSEI).

A promoção da utilização de energias renováveis e da eficiência energética, a nível transversal, quer no sector doméstico, quer nos sectores público e empresarial, com intervenções no domínio da sensibilização e da implementação de soluções e tecnologias inovadoras, constitui uma prioridade na aplicação dos Fundos Estruturais justificada pelo elevado potencial de retorno para a economia das famílias e para a sustentabilidade do sector público e empresarial, com impacte direto na competitividade da economia regional e no emprego.

- **Turismo e Lazer** - A focalização na mudança de paradigma dos apoios, no sentido de privilegiar empresas e projetos coerentes e estruturados que envolvam conjuntos de operadores em torno de objetivos/recursos comuns, deverá constituir a forma privilegiada de promover transformações significativas no desempenho futuro deste complexo de atividades, colocando-o no “main stream” das tendências para afirmar um turismo sustentável implicando novas focagens dentro de um esforço de segmentação inteligente da oferta.

A qualificação do complexo de atividades do Turismo e Lazer deverá arrastar, entre outros: (i) o setor primário da Região (produção agro-alimentar e pescas) através da procura dos seus produtos e do estímulo à reorganização, qualificação e diversificação das produções regionais para responderem à procura hoteleira e à procura externa induzida pela integração com o Turismo; (ii) outras atividades da economia do Mar, p.e., os cruzeiros, a náutica de recreio, o surf e outros desportos marítimos, um conjunto com apreciável integração no Cluster turístico regional.

Esta relação ativa deve ser privilegiada na seleção de iniciativas a apoiar, num contexto em que a concentração de estímulos nos elos mais fracos das cadeias produtivas deve constituir um critério de identificação estratégica a seguir. Os apoios à modernização da produção vinícola e ao artesanato (sobretudo ao bordado), dois dos principais produtos exportáveis da Região, constituem exemplos de prioridades a equacionar na aplicação de sistemas de incentivos, beneficiando da “exposição” à procura turística regional.

- **Formação de Competências** (Aprendizagem ao Longo da Vida) - Um novo ciclo de acesso e utilização dos recursos do FSE na Região deve ser fortemente norteado pelo reforço da Dimensão Social combinando incentivos à criação de emprego, formação de competências e a redução do abandono escolar, com intervenções de combate à pobreza e à exclusão, de melhoria do acesso aos cuidados de saúde e de inclusão social. Trata-se de perspetivas que respondem às necessidades de intervenção diagnosticadas e que se encontram em linha com os Eixos da Estratégia renovada da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas no horizonte 2020.

Neste enquadramento, importa privilegiar intervenções concebidas fora de uma lógica redistributiva (que deve ser minimizada), a par de processos orientados para a produção de qualificações com validação, reconhecimento e comparabilidade externas, p.e., na promoção de um pólo europeu e mundial de formação turística, bem como na oferta de qualificações que prolonguem apostas qualificantes (percursos de dupla certificação, formação especializada e formação avançada, na ótica do emprego científico).

- **Sustentabilidade Ambiental e Coesão Territorial** - As prioridades centram-se na renovação do esforço de investimento na vertente ambiental (alterações climáticas, prevenção e minimização de

riscos, ...), combinando, intervenções de natureza material e imaterial; na redução da dependência e dos custos energéticos (energias renováveis e eficiência energética, com a correspondente aposta na incorporação de mais conhecimento endógeno); e no reforço das redes de comunicação (robustecimento das ligações aéreas, completamento das infraestruturas marítimo-portuárias e telecomunicações). A coesão territorial deverá centrar-se no esforço de atenuação da macrocefalia do território regional, potenciando o reforço dos centros urbanos de segunda ordem nas políticas de investimento material e imaterial.

- **Coesão Social** - No horizonte 2020, importa reforçar o espaço de mobilização dos parceiros económicos e sociais na implicação para o emprego e a inclusão social. A perspetiva de ativação de instrumentos de intervenção existentes e outros a criar, p.e., nas vertentes da reconversão profissional de ativos desempregados, da dinamização de experiências de empreendedorismo social e local e da integração socioeconómica de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, deve abranger entidades com competências nos domínios do emprego, da formação e da segurança social.

Acresce a vertente transversal da **Capacitação institucional** que dever integrar atuações dirigidas não apenas à atenuação dos custos de contexto, mas também à capacitação orientada para uma maior absorção de políticas e apoios (p.e., nas áreas da Inovação e da I&DT), atuações que podem partir das atribuições e competências das instâncias de regulação de atividade económica; importará, ainda, apoiar a missão/ atividade de Associações e Agências, em função de resultados.

No enquadramento dos mecanismos de Política de Coesão para as RUP, afigura-se indispensável a manutenção de mecanismos redistributivos, p.e., numa lógica da compensação dos custos de ultraperiferidade, assegurando que qualquer redistribuição possa ser temperada por um cruzamento dinâmico com os pólos de articulação estratégica, podendo funcionar como critério de seleção e de preparação para uma gradual autonomização das atividades face os apoios públicos, estimulando a obtenção de ganhos de escala e de competitividade.

A formulação estratégica apresentada não constitui uma alteração drástica relativamente aos modelos anteriormente seguidos, nomeadamente os que evoluíram no enquadramento do PDES 2007-2013. No entanto, pretende evidenciar uma necessidade de articulação entre os diferentes esforços e contributos parcelares (Agricultura e Florestas, Ambiente e Ordenamento do Território, I&DT e Competências, Coesão ...) que, a ser conseguida, representará uma rutura de enorme importância em direção à racionalização de focos de atividade e a uma maior cooperação, sobretudo, evitando formas de sobreposição e desperdício de recursos, atuações indispensáveis no contexto de uma Região Ultraperiférica.

Esta perspetiva significa que se pretende induzir uma alteração do modelo de intervenção, favorecendo uma focagem e concentração de incentivos orientados para a concertação de atores, a partir das quais se altere o posicionamento dos agentes económicos e das entidades públicas com funções de interface nas áreas económico-empresarial e do desenvolvimento local/regional.

A Estratégia enunciada encontra-se alinhada com as principais orientações relativas à articulação entre Competitividade e Coesão presente nos trabalhos preparatórios do Acordo de Parceria de Portugal com a União Europeia 2014-2020, com destaque para as seguintes:

- Criação de instrumentos de suporte ao investimento competitivo, como principal e determinante instrumento de promoção do crescimento económico e de saída da crise;
- Descolagem dos contextos vigentes (continuidade dos Quadros Comunitários de Apoio I, II e III) e do contexto de crise e ajustamento que marcou o ciclo do QREN 2007-2013;
- Constituição de uma nova visão sobre as relações entre coesão e competitividade e entre competitividade e internacionalização (...) com base em melhores estratégias regionais e temáticas e maior coerência nacional e europeia;
- Procura de focos muito mais específicos e muito menos genéricos na promoção da competitividade desempenhando a diferenciação regional das estratégias um importante papel nesta focalização das intervenções nas prioridades com maior potencial de inovação e renovação do paradigma competitivo da economia (cf. *Diagnóstico Prospetivo sobre Competitividade e Internacionalização*, Fevereiro de 2013, Ministério da Economia e do Emprego, pp. 4).

No enquadramento desta citação, importa enfatizar que qualquer estratégia nacional de coesão e competitividade deve assentar na focalização dos esforços de aumento da competitividade com base na diferenciação das estratégias regionais, o que é de sobremaneira relevante no caso da RAM dadas as suas especificidades e trajetória anterior, bastante diferenciada da trajetória do País.

O reforço da competitividade não pode ser baseado apenas no aumento do esforço de exportação. Neste sentido, o reforço das exportações indiretas, incorporadas no sector turístico, constitui para a RAM uma oportunidade para a qual a reconversão inadiável de uma boa parte do tecido económico regional pode propiciar as alavancas, em termos de custo relativo dos fatores e de disponibilidade de força de trabalho com maior qualificação. O sector primário (agricultura e pescas) e as indústrias alimentares podem aqui encontrar um impulso relevante, assim como as atividades de outras indústrias tradicionais.

A atratividade acrescida que os Fundos Estruturais podem ter, quer como instrumentos de alavancagem direta do investimento, quer como instrumentos de redução do risco e da incerteza na definição dos modelos de afetação dos recursos, pressupõe a adoção de mecanismos efetivos de qualificação das procuras, se necessário recorrendo a processos de arbitragem, nomeadamente em painéis de avaliação técnica de projetos de I&D e de Inovação.

O essencial da formulação desenhada no novo **Diamante Estratégico** encontra eco, ainda, na forma como a Estratégia Nacional de Coesão e Competitividade é formulada no Documento acima citado:

Perante a grande variedade de perfis, e tendo presente a importância da dotação de recursos e da dimensão das economias para as características da especialização, a "inteligência" da especialização só pode ser encontrada numa combinação dinâmica e focalizada de iniciativas valorizadoras do *encontro entre os recursos endógenos, o potencial científico e tecnológico e os produtos e mercados* onde o tecido empresarial português alcançou capacidade de afirmação e agilidade para inovar, saindo a tempo de produções (processos e produtos) em perda e entrando a tempo em produções emergentes. (cf. *Diagnóstico Prospetivo sobre Competitividade e Internacionalização*, Fevereiro de 2013, Ministério da Economia e do Emprego, pp. 33).

O objetivo central da nova Estratégia de Desenvolvimento da Região terá, assim, de ser formulado encontrando nos recursos endógenos e na capacidade produtiva instalada a ancoragem sólida de um novo

edifício, envolvendo as dimensões institucional, económica, social e ambiental que reposicionem a RAM na Europa e no Mundo, proporcionando-lhe a entrada em cadeias de produtos e serviços mais complexas e exigentes, mas mais capazes de proporcionar fontes de elevação do valor acrescentado numa lógica que não seja baseada em economias de escala, aglomeração ou contiguidade, onde a Região terá sempre mais dificuldade em competir.

II. 3. Intervenções e necessidades de financiamento público, por Prioridade Temática

O desenvolvimento da Região está condicionado pela solidez da sua base económica, a qual tem vindo a dar sinais de fragilidade, num contexto competitivo adverso e de dificuldades de financiamento do Estado. A Região está a passar por um processo de ajustamento e reconversão da estrutura produtiva em que importa conseguir conter a recessão da economia, orientar o investimento para os bens transacionáveis, encontrar novas cadeias de valor, estimular a iniciativa, gerar novas oportunidades e aumentar o potencial de inovação e eficiência, como fatores de produtividade e geração de emprego.

A superação dos constrangimentos económicos e estruturais ao desenvolvimento da Região pressupõe a formulação de objetivos específicos de política pública no horizonte 2020. O próximo ciclo de programação financeira ao nível da União Europeia, beneficia de níveis elevados de consenso sobre prioridades fundamentais a adotar, mediadas pelos pilares da Estratégia 2020 (incluindo as suas metas quantitativas), as quais foram consensualizadas ao nível do Conselho da União que fixou os Objetivos e Prioridades de ação dos Fundos Estruturais, no horizonte 2014-2020.

Os Estados-membros apresentaram os respetivos Programas Nacionais de Reforma e estão a atualizá-los e monitorizá-los, segundo a metodologia acordada. No caso de Portugal, este processo articula-se, ainda, com o acompanhamento do *Memorandum* de Entendimento para acesso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira, assinado em 2011.

Neste enquadramento de política da União Europeia e de Portugal, procede-se à sistematização de necessidades de intervenção (fundamentação e objetivos) para o conjunto de Prioridades temáticas da Política de Coesão, tendo por base, no essencial, os contributos setoriais dos Organismos do Governo Regional trabalhados pelo Instituto de Desenvolvimento Regional.

A. Prioridade Temática - Promoção da Competitividade da Economia

(a) Inovação e I&DT

A intervenção prevista decorre da aprovação do *Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM* (PIDT&I) que ambiciona a colocar a RAM nas quatro principais regiões do País em termos de intensidade de IDT+I tornando-a reconhecida internacionalmente como uma das regiões chave da Europa na criação e aplicação de conhecimento nas áreas do Turismo, Bio-sustentabilidade, Envelhecimento populacional e Energia. Para implementar esta visão, a RAM deverá atingir valores de intensidade de IDT+I de cerca de 1,2-1,5% do PIB e de cerca de 1.000 pessoas envolvidas em atividades de I&D, até 2020.

A projeção destes objetivos para 2020, que corresponde a um aumento substancial da intensidade de I&D na Região, prevê uma evolução da composição da despesa para uma participação significativa das empresas. Assim, o Plano estima que a despesa global seja de aproximadamente 67M€ em 2020, ou seja, 1,3% do PIB regional, a valores correntes, ou 3,3 vezes mais do que os valores atuais.

Esta estratégia é muito ambiciosa e implica uma rutura importante, decerto adequada ao novo impulso de que a economia da Região necessita para alcançar níveis de competitividade e produtividade que contribuam para repor o crescimento da economia. Trata-se de uma estratégia que interpela fortemente não só a importância estratégica dos apoios de I&DT às empresas da Região, designadamente na configuração futura dos Sistemas de Incentivos, mas também as estratégias dos atores regionais implicados no Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI). A ligação entre a produção de conhecimento e o tecido produtivo, consistindo num objetivo transversal de desenvolvimento económico e social, tem aqui uma ancoragem particular que deve ser articulada com as restantes prioridades, de forma a dinamizar a competitividade das empresas, gerar emprego e contribuir para a sustentabilidade da economia das famílias e do sector público.

O PIDT&I identifica as seguintes áreas estratégicas: (i) Bio-sustentabilidade; (ii) Energia, mobilidade e alterações climáticas; (iii) Gestão e manutenção de infraestruturas; (iv) Qualidade agro-alimentar; (v) Saúde e bem estar; e (vi) Tecnologias da Informação e Comunicação. Estas áreas devem contribuir para o Desenvolvimento Regional considerando o Turismo como área de aplicação privilegiada e tendo sempre como objetivo a promoção da inovação e do empreendedorismo, não só nas áreas de aplicação mas também na geração de soluções inovadoras com potencial de mercado nas áreas estratégicas de excelência identificadas.

Para atingir os objetivos traçados, o PIDT&I prevê um conjunto de medidas e ações específicas:

- Estabelecimento do Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI), com o objetivo de identificar e promover uma gestão eficiente dos recursos existentes;
- Criação da Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI), com vista à coordenação, gestão e implementação do Plano que deverá assegurar a racionalização de todo o tecido institucional no domínio da IDT+I;
- Promoção do emprego científico através de um sistema de bolsas para atração e desenvolvimento de massa crítica nas áreas identificadas;
- Fomento da IDT&I em ambiente empresarial através de um sistema de incentivos que dinamize e posicione as empresas da RAM em cadeias de valor internacionais, sendo crucial a existência de uma política de absorção de recursos humanos avançados por parte das empresas;
- Investimento programático através do financiamento competitivo nas áreas estratégicas e de desafios interdisciplinares com o objetivo de reforçar aplicações no turismo e desenvolvimento regional;

- Financiamento de parcerias internacionais com vista ao desenvolvimento de ações de formação avançada com centros de reputação internacional nas áreas identificadas e à atração de recursos humanos avançados para a Região.

Estas medidas, nomeadamente as que pressupõem a criação de novas instituições, deverão ser enquadradas numa revisão do modelo institucional de apoio à IDT&I.

(b) Desenvolvimento Empresarial

As orientações de seletividade e concentração na utilização dos recursos dos Fundos Estruturais na Região têm implicações na lógica de intervenção de política pública (e nas suas racionalidades próprias) que devem combinar a mudança gradual das atuações dos organismos de dependência do Governo Regional com uma maior focagem dos instrumentos (Sistemas de Incentivos).

✓ Atuações de política pública na esfera da coordenação

Os Domínios de intervenção referentes à afirmação da capacidade competitiva da base económica regional e da capacidade para fixar uma massa crítica de iniciativa empresarial suscetível de dinamizar as oportunidades económicas existentes pressupõem um trabalho consistente e continuado de sensibilização da procura (suportada em medidas de “demand oriented”, em vez de “supply oriented”). Esta atração pressupõe a existência de apoio técnico de proximidade que estimule um *comportamento proactivo de suscitação da procura de incentivos* que contribua para a diversificação dos promotores de investimento e para o aumento do respetivo potencial de procura, em domínios imateriais e associados à inovação e ao alargamento da cadeia de valor das empresas:

- Melhorar as interfaces com os potenciais promotores de investimento ao nível da sua eficácia e eficiência, em termos de articulação entre os organismos públicos, em vista da qualidade e valor acrescentado dos serviços prestados às empresas pelas instâncias de regulação da atividade económica, através da disponibilização de novos serviços da Administração Pública Regional.
- Introduzir e reforçar as metodologias que associem a consultoria/apoio técnico, científico e tecnológico aos projetos de investimento.
- Melhorar a eficácia e a eficiência dos instrumentos operacionais de cofinanciamento (ações de parceria e de eficiência coletiva, instrumentos financeiros, etc.), através de um apoio mais simplificado mas mais exigente em termos de resultados e de demonstração e disseminação de conhecimento e boas práticas.

A evolução do Centro Internacional de Negócios da RAM (CINM), embora tendendo a diminuir o seu contributo percentual para o PIB regional, continuará a representar um relevante potencial de diversificação da base produtiva regional de atração de atividades com maior incorporação de conhecimento e necessidades de recursos humanos qualificados e de articulação de investimento estrangeiro com as atividades da especialização e as atividades emergentes da economia regional.

Paralelamente, importa *reavaliar o papel da Rede de Parques*, na dinamização, atração e fixação do investimento económico e empresarial, de modo a assegurar a indispensável rentabilização dos fluxos de investimento público material realizados nos Parques, gerando uma relação mais positiva com a criação de atividades económicas e de emprego, com implicações positivas no (re)ordenamento do território, na melhoria da rede logística regional e na correção de assimetrias de desenvolvimento. Estes objetivos pressupõem a criação de respostas, ora inexistentes, por parte dos Parques em matéria da dotação de serviços comuns, de assistência técnica e de gestão comum de espaços e de serviços.

O que está em causa é assegurar que, uma vez atingida uma determinada dotação física infraestrutural de apoio à economia e às empresas, potencialmente geradora de externalidades (caso atual da Região), as prioridades das políticas públicas evoluam para o terreno do estímulo da procura empresarial, implicando esta numa efetiva utilização e rentabilização daquela dotação e, em simultâneo, maximizando a eficácia e a eficiência resultantes da absorção dos sistemas de incentivos.

✓ Modelo de incentivos às empresas

De acordo com as Recomendações da *Avaliação dos Sistemas de Incentivos* (IESE para IDR, 2012) deve ser adotado um modelo de instrumentos de apoio às empresas simplificado em relação ao atual e onde a Engenharia financeira teria um papel reforçado. Entre essas Recomendações e os contributos sectoriais sistematizados, identificam-se as seguintes necessidades de atuação a preencher pelos Sistemas de Incentivos:

- Os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas empresas devem ser seletivos, apostar claramente em estratégias empresariais orientadas para o reforço da competitividade através de alterações qualitativas no processo de produção e/ou de comercialização ou de racionalização de custos e pela introdução de novas tecnologias; o investimento diretamente produtivo deverá ser apoiado apenas em operações de complementaridade efetiva com os fatores dinâmicos de competitividade.
- A componente Internacionalização deve ser valorizada, recriando, dentro de regras comunitárias restritivas no domínio da Concorrência¹², um modelo de apoio à expansão das empresas madeirenses para o exterior, designadamente para fora do espaço da União Europeia, adaptado às necessidades reais dos empresários que pretendem estabelecer canais para a internacionalização.
- O modelo deverá funcionar com dois Sistemas de Incentivos principais, no quadro de financiamento FEDER: (i) um vocacionado para *I&DT* (fundamentalmente em copromoção); e (ii) outro vocacionado para o *investimento empresarial* centrado na Inovação, enquanto dinamizadora de fatores de competitividade e emprego. Em ambos deverão ser introduzidas inovações organizacionais: nos I&DT, via criação de núcleos empresariais de I&DT; no investimento empresarial, via envolvimento de organismos com capacidade de intervenção junto das empresas, acompanhando-as tecnicamente de modo a garantir o “good value for money” dos incentivos.

¹² Existem várias possibilidades que obedecem a regras e enquadramentos distintos: auxílios de *minimis*, auxílios no âmbito do RGIC e enquadramentos comunitários (nomeadamente, as Orientações de Auxílios de Estado com finalidade regional) que permite um leque de modelos de incentivos adequados aos diferentes instrumentos de AE disponíveis e que poderão ser mobilizados no quadro do exercício de programação por forma a obter uma melhor adequação à realidade regional e aos objetivos estratégicos.

- Os Sistemas de Incentivos devem ter por base apoios reembolsáveis, com exceção dos apoios à criação e expansão de empresas inovadoras e qualificantes e salvaguardadas as especificidades do FEADER as quais permitem que, no âmbito do PRODERAM, existam incentivos não reembolsáveis.
- Os apoios a projetos, tanto de novas empresas como de empresas existentes, que não se traduzam em mudança qualitativa significativa para as empresas promotoras ou para a competitividade da Região, devem ter acesso apenas às Linhas de Crédito ou a outros instrumentos de Engenharia Financeira e ser avaliados segundo os critérios de rentabilidade financeira na ótica empresarial incorporando uma margem de risco adequada à natureza do investimento.
- As Linhas de Crédito devem ser focalizadas nos seus objetivos de modernização empresarial e constituir instrumentos complementares dos Sistemas de Incentivos.
- Os projetos “start-up” ou inovadores com elevado risco devem ser canalizados para fundos de capital de risco ou “business angels” a criar.

Em matéria de regimes de incentivos existirão outras ajudas ao investimento, nomeadamente nos seguintes setores:

- Setor Agroalimentar*, no âmbito do Eixo/Objetivo Competitividade do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região, nomeadamente providenciando apoios ao investimento agrícola, sistemas de qualidade, desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas, instalação de jovens agricultores e desenvolvimento de pequenas explorações e comercialização de produtos florestais; e
- Setor das Pescas e Aquicultura*, na Prioridade referente à competitividade para viabilizar empresas (nomeadamente, na frota de pequena pesca costeira e PME’s de aquicultura) e nos investimentos produtivos na aquicultura.

Dadas as características do tecido empresarial madeirense e os efeitos da envolvente territorial no exercício da atividade empresarial, poderá justificar-se, ainda, uma abordagem mais centrada nas empresas e menos nos projetos apoiados. A integração de apoios na lógica do apoio à empresa e não a projetos dispersos, afigura-se crucial para o objetivo de reforço da competitividade do tecido económico regional e justifica a manutenção da experiência de *apoio ao funcionamento das empresas*, experimentada no âmbito do PO Intervir+ e destinada a compensar custos adicionais que as empresas regionais estão sujeitas por força dos constrangimentos da Ultraperiféricidade.

Em termos operacionais, a conceção dos novos Sistemas de Incentivos deverá, ainda, assegurar a concretização das seguintes orientações, a refletir também na formulação dos critérios de seleção:

- *focalização sectorial* em atividades capazes de competir nos mercados regional e global, nomeadamente em segmentos dos bens transacionáveis expostos à concorrência externa;
- *focalização temática* concentrando apoios nos fatores dinâmicos de competitividade de natureza não diretamente produtiva, sobretudo imateriais;

- *focalização em empreendedorismo inovador e qualificante do tecido regional*, distinguindo entre empreendedorismo de base tecnológica e empreendedorismo de outra natureza;
- *reforço da eficácia territorial dos incentivos*: atacando de frente a questão da coesão territorial da Região visto os desequilíbrios regionais na concentração das empresas, da riqueza e do emprego já ter atingido níveis que são agora muito difíceis de contrariar; tem que haver uma estratégia concertada e transversal aos Sistemas de Incentivos regionais no sentido de garantir uma discriminação positiva para o território exterior ao Funchal.

(c) Turismo

A relevância económica do Turismo na Região, designadamente como atividade motora da criação de valor e de emprego e com papel relevante no relançamento da economia regional no horizonte 2020, foi consagrada no Diamante Estratégico apresentado.

De modo prévio à definição dos termos e conteúdos da relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento, importa conduzir uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento turístico para a RAM que assegure no plano económico-empresarial a concretização de objetivos (aumento de níveis de ocupação, dos tempos médios de estada e das receitas, ...). O modelo de desenvolvimento turístico para a RAM, no período 2014-2020, poderá assentar em três eixos estratégicos de desenvolvimento:

- Diversificar e qualificar a oferta turística regional;
- Estimular a procura dos mercados tradicionais e emergentes; e
- Fomentar o desenvolvimento empresarial.

Nesta perspetiva, existe um conjunto de Objetivos estratégicos e prioridades de investimento regional que importa ponderar no desenvolvimento das estratégias de atração de entidades públicas, associativas e empresariais:

- Qualificar os elementos diferenciadores do produto dominante, nas componentes de alojamento de elevada classificação e de oferta complementar (atividades de lazer, jardins, património natural e cultural e animação turística);
- Melhorar as condições de rentabilidade da oferta existente potenciando os fatores dinâmicos de competitividade dos empreendimentos turísticos, através do estímulo à exploração sustentável baseada em modelos de negócio que promovam a qualidade do serviço, a redução dos custos e o desenvolvimento sustentável;
- Requalificar e otimizar a exploração dos recursos turísticos, em particular, através da sua preservação, (re)qualificação, diversificação e promoção, dando ênfase a uma ótica de desenvolvimento da cooperação entre o setor público e o privado;
- Fomentar a formação em turismo, através da conceção e desenvolvimento de ofertas formativas qualificantes para empresários, gestores e ativos do sector e da dinamização de ações de sensibilização e consciencialização da comunidade local para a importância do turismo e para o

bom acolhimento ao turista, bem como ações destinadas a melhorar a hospitalidade por parte dos agentes do sector;

- Dinamizar uma estratégia, ações e iniciativas de promoção junto dos mercados emissores, no plano institucional e na atividade dos operadores;
- Fomentar o desenvolvimento empresarial através da intervenção ativa junto das entidades competentes para a criação e desenvolvimento de instrumentos de financiamento empresarial ao turismo;
- Dinamizar o esforço de segmentação de procura, abordagem indispensável à valorização económica da estrutura da oferta hoteleira madeirense.

Síntese da relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento, segundo os Domínios de intervenção da Prioridade Temática - Promoção da Competitividade da Economia

Na relação com os Objetivos temáticos/Prioridades de investimento da Política de Coesão, que suportam a programação dos Fundos Estruturais, o desenvolvimento dos objetivos de política regional referidos para os diferentes domínios de intervenção económica tem como enquadramento a aproximação preliminar constante da Tabela-síntese seguinte.

Nos Domínios de intervenção estão contempladas a Agricultura e as Pescas refletindo a perspetiva de abordagem multifundo, sobretudo, nas articulações do FEADER, com FEDER e o FSE, com especial incidência nos objetivos temáticos 3,8 e 10.

Prioridades de investimento (FEDER, FSE e FC; e FEADER e FEAMP)	Domínios de Intervenção				
	I&DT	Desenvolv. Empresarial	Turismo	Agricultura	Pescas
1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação					
Fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.	x	-	-	-	-
Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas-piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral.	x	X	x	-	-
3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)					
Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas	x	x	x	x	x
Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização	x	x	x	x	-
Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	x	x	x	x	x
Apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação.	x	x	x	x	x

Prioridades de investimento (FEDER, FSE e FC; e FEADER e FEAMP)	Domínios de Intervenção				
	I&DT	Desenvolv. Empresarial	Turismo	Agricultura	Pescas
8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral					
A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	x	x	x	x	x
10 - Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida					
A melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações.	x	x	x	x	x

(d) Atividades Tradicionais

✓ Agricultura e Florestas

A lógica da intervenção da política pública no quadro do desenvolvimento agrícola e rural tem por base o objetivo estratégico de promover uma sólida aliança entre as atividades agropecuárias e florestais enquanto atividades produtivas, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social.

Neste entendimento, o objetivo central do setor consiste em assegurar a viabilidade da produção agrícola e florestal, possibilitando a coexistência de dois grandes tipos de aproveitamento agro-florestal: (i) um aproveitamento agro-florestal orientado para a produção de bens de consumo, importante para aumentar o aprovisionamento da Região de todo o setor; a par de (ii) um aproveitamento agro-florestal que, estando menos focalizado para o mercado e funcionando como elemento dinâmico, ocupa uma importante parcela do território e, por ser menos intensiva, assume uma importância fundamental na preservação da paisagem e na gestão do território, constituindo também um complemento no rendimento das famílias.

A Estratégia de Desenvolvimento para o período 2014/2020 tem como objetivo principal aumentar os níveis de sustentabilidade agrícola e rural, nomeadamente através do aumento da competitividade das produções locais tradicionais e do reforço da melhoria do ambiente e da paisagem, num quadro agrícola multifuncional e num espaço rural de qualidade e capacitado para promover e sustentar o desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

O Programa de Desenvolvimento Rural da RAM deverá assentar em duas orientações principais: (i) Melhoria da competitividade das produções regionais, privilegiando a produção de bens transacionáveis e a criação de valor acrescentado (objetivo competitividade); e (ii) Produção de um conjunto de bens públicos e outras externalidades não valorizáveis pelo mercado, compensando os “handicaps” naturais e estruturais, e promovendo a ocupação, preservação e valorização do espaço e da paisagem (objetivo sustentabilidade).

O desenvolvimento desta Estratégia deve beneficiar da existência de mecanismos de articulação entre o FEADER e os Fundos da Coesão (FEDER e FSE, sobretudo), nomeadamente:

- FSE (ações de formação profissional e aquisição de competências para o setor agrícola e florestal);
- FEDER (projetos agroindustriais não elegíveis no FEADER, bem como apoios à promoção de empresas e de produtos);
- Abordagem LEADER, assente numa perspetiva plurifundos.

A Tabela seguinte estabelece a relação entre os Objetivos temáticos da Política de Coesão associados à programação e a formulação de Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural da RAM, em preparação.

Objetivos Temáticos	Medidas FEADER
1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Apoiar o reforço das atividades de demonstração e informação, promovendo uma estreita ligação com os setores de investigação aplicada e inovação (artigo 15º FEADER)
	Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais (artigo 27º FEADER)
3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER)	Promover a utilização dos serviços de aconselhamento e gestão agrícola (artigo 16º FEADER)
	Apoiar a criação de sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios (artigo 17º FEADER)
	Apoiar investimentos nas explorações agrícolas, agroindústrias e infraestruturas (artigo 18º FEADER)
	Apoiar a instalação de jovens agricultores e o desenvolvimento de pequenas explorações (artigo 20º FEADER)
	Criação de agrupamentos de produtores (artigo 28º FEADER)
	Seguros de colheitas de animais e de plantas, fundos mutualistas para doenças dos animais e das plantas e para acidentes ambientais, e instrumentos de estabilização de rendimentos (artigo 38º a 40º FEADER)
	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (artigo 21º FEADER)
5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Atividades não agrícolas em zonas rurais
	Restabelecer o potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas (artigo 19º FEADER)
	Apoiar a prevenção e reparação dos danos causados às florestas pelos incêndios florestais e as catástrofes naturais, bem como acontecimentos catastróficos (artigo 25º FEADER)
	Florestação e criação de zonas arborizadas (artigo 23º FEADER)
	Investimentos destinados a melhorar a resistência, o valor ambiental dos ecossistemas florestais (artigo 26º FEADER)
	Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação das florestas (artigo 35º FEADER)
	Agro ambiente clima (artigo 29º FEADER)
Agricultura Biológica (artigo 30º FEADER)	
6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.	Pagamentos a título de Natura 2000 e da Diretiva Água (artigo 31º FEADER)
	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas (artigo 32º FEADER)
	Investimentos não produtivos (artigo 18º FEADER)
9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (artigo 21º FEADER)
	Atividades não agrícolas em zonas rurais.

✓ Pescas

Para fazer face aos constrangimentos estruturais, pretende-se estimular o desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura, fixando os seguintes objetivos específicos para o setor das Pescas na Região:

- Modernizar a frota de pesca, melhorando as condições de segurança, de habitabilidade, conforto e conservação do pescado a bordo, para além da eficiência energética, adaptando as capacidades aos recursos disponíveis;
- Incentivar a entrada de jovens no setor;
- Reforçar a competitividade da aquicultura, pela qualidade e diversificação dos produtos;

- Alargar o conhecimento científico, visando uma melhor avaliação e utilização dos recursos.

A Tabela seguinte estabelece a relação entre os Objetivos temáticos da Política de Coesão e a formulação de orientações de investimento prioritário da política regional ¹³.

Objetivos Temáticos	Vertentes-chave para investimento FEAMP
3 - Reforçar a competitividade das PME's e do sector agrícola e do sector das pescas e aquicultura	Desenvolvimento de negócios, aptidões de negócios e empreendedorismo no sector das pescas e da aquicultura, a fim de reforçar a sua competitividade, viabilidade e sustentabilidade
	Desenvolvimento ou introdução de novos ou melhorados produtos, processos, tecnologias e sistemas de gestão e organização ao longo de toda a cadeia de valor no sector da pesca e aquicultura, de modo a aumentar o valor acrescentado dos produtos da pesca e aquicultura e a diminuir os custos de produção
	Melhorar a organização de mercados no sector das pescas e aquicultura
	Diversificar as atividades em particular para outros setores marítimos, na área das pescas
6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Investimentos na transição para a pesca ambientalmente sustentável, de acordo com o preconizado na PCP de explorar os stocks de peixe ao nível máximo sustentável e eliminar as rejeições
	Investimentos na eco-inovação, bem como em artes de pesca mais seletivas e outras inovações que reduzam o impacto da pesca e da aquicultura no ambiente
	Investimentos na aquicultura com alto nível de proteção ambiental e aquisição de serviços ambientais
	Instrumentos de financiamento visando um melhor cumprimento das regras da PCP, um controlo e recolha de dados das pescas com maior abrangência e qualidade
	Apoiar o sector da pesca e aquicultura na resposta ao maior interesse do consumidor em produtos provenientes de fontes sustentáveis que são produzidos com técnicas amigas do ambiente
	Apoiar a utilização de instrumentos de política marítima integrada para o crescimento e a competitividade sustentáveis
10 - Investir na educação nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	Apostar na reciclagem profissional e na formação de modo a aumentar a empregabilidade no setor, com especial enfoque nas ações de promoção de competências empresariais e de gestão das PME's
	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e aumentar a eficiência energética das atividades da pesca e aquicultura, através da formação profissional e da aprendizagem ao longo da vida.

B. Prioridade Temática - Formação do Capital Humano

O ajustamento da base económica da Região, numa perspetiva de futuro, requer a mobilização de uma população com elevado potencial humano.

A Região continua a enfrentar problemas ao nível da qualificação das pessoas, tornando necessária uma intervenção sólida para reforçar o potencial humano, criar melhores condições de apoio ao desenvolvimento do potencial económico, aumentar a empregabilidade, dar novas oportunidades de realização individual e prevenir riscos sociais. Neste enquadramento, importa consolidar processos e aprendizagens regionais, largamente potenciadas pelos resultados de anteriores períodos de programação.

¹³ A preparação do instrumento de programação do FEAMP para Portugal não sinalizou, até à data, elementos relativos ao eventual enquadramento das Regiões Autónomas.

A superação do problema do abandono escolar precoce continuará a ser prioritária na estratégia que visa a redução da fragilidade estrutural que deriva da baixa qualificação de recursos humanos.

A resposta educativa às necessidades da procura deve continuar a focar-se na articulação entre a procura de educação das famílias e as necessidades de desenvolvimento da Região sendo importante continuar a promover as ofertas de dupla certificação (também seguindo as orientações europeias sobre reforço das formações duais) e as formações pós-secundárias e superiores.

Sabendo-se que os efeitos da intervenção sobre as gerações mais jovens demorará a sentir-se no conjunto do mercado de trabalho, e tendo presentes também objetivos de prevenção de riscos de fraturas geracionais, importa prosseguir o caminho de apoio à educação e formação ao longo da vida, com particular incidência para as formações modulares certificadas.

O sistema de educação e formação continuará a necessitar de reforço das suas condições de suporte para poder desempenhar a sua missão. Daí a necessidade, ainda, de algum investimento em infraestruturas e, sobretudo, de qualificação dos seus atores e especialmente de docentes e formadores, por forma a poder elevar a qualidade das ofertas de educação e formação disponibilizadas na Região.

Assim, definem-se os seguintes objetivos de política regional no Domínio do Desenvolvimento do Potencial Humano:

- Assegurar a permanência no sistema educativo de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da nova escolaridade obrigatória de 12 anos e incluir a diversificação curricular das ofertas educativas na estratégia para o cumprimento desse objetivo;
- Criar um dispositivo de deteção imediata de situações de abandono precoce e absentismo e de ação preventiva;
- Aumentar as ofertas de educação e formação de dupla certificação ao nível do Ensino Secundário, reforçando a qualidade da formação em alternância;
- Melhorar a transição entre os sistemas de educação e formação e o Ensino Superior através de modalidades de aprendizagem mais flexíveis e adaptadas ao mercado de trabalho e do crescimento e diversificação da oferta, por exemplo, de cursos como sejam os Cursos de Especialização Tecnológica (CET's);
- Reforçar a criação de força de trabalho altamente qualificada e inovadora, promovendo um recurso estratégico para a economia da Região, apoiando a frequência de pós-graduações, mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos e concedendo bolsas a professores e investigadores;
- Melhorar a qualidade da educação e formação profissional pela oferta de formação contínua de professores e formadores e pelo apoio à produção de recursos e materiais didáticos;
- Criar novos programas de recuperação educativa, pré-qualificação e qualificação inicial de jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino básico e estão desempregados;
- Elevar os níveis de qualificação profissional e promover a adaptabilidade da força de trabalho, nomeadamente pelo prosseguimento da oferta de cursos de formação profissional contínua de

qualificação, reconversão, aperfeiçoamento e especialização para ativos e de novas formas de educação e formação ao longo da vida;

- Intensificar a promoção de Cursos de Educação e Formação de Adultos, orientados para ativos (empregados e desempregados) com poucas competências de base, em especial, com baixo grau de literacia;
- Incrementar a oferta de Formações Modulares Certificadas para adultos, visando a aquisição de competências escolares e profissionais para reinserção ou progressão no mercado de trabalho;
- Continuar a reconhecer as competências adquiridas ao longo da vida reconhecendo, validando e certificando as competências adquiridas;
- Qualificar as infraestruturas de ensino e formação.

Síntese da relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento, segundo os Domínios de intervenção da Prioridade Temática - Formação do Capital Humano

A Tabela seguinte expressa os campos de integração dos objetivos de política regional, no contexto dos Objetivos temáticos e das Prioridades de Investimento que enquadram a programação.

	Qualificação Inicial	Qualificação de ativos	Formação Avançada
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida			
A prevenção e a redução do abandono escolar precoce; o fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário de grande qualidade;	X	-	-
A melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações;	X	-	X
A melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, a atualização das aptidões e das competências dos trabalhadores e o aumento da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho, incluindo a melhoria da qualidade do ensino e formação profissionais e a criação e desenvolvimento de regimes de ensino e aprendizagem profissional, tais como os sistemas de ensino duais;	X	X	X
Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação.	X	X	-

C. Prioridade Temática - Promoção da Coesão Social

Um mercado de trabalho mais dinâmico, reestruturado e renovando as suas potencialidades e fragilidades, requer a presença de instituições fortes de regulação e de promoção do ajustamento entre oferta e procura. Assim, é prioritário prosseguir o rumo de modernização do serviço público de emprego, tendo como objetivo: (i) promover uma maior aproximação dos serviços do Instituto de Emprego da Madeira (IEM) com os seus utentes; e (ii) aperfeiçoar os mecanismos de interação entre o IEM e os seus utentes - desempregados e empregadores - através do desenvolvimento de ferramentas apropriadas no âmbito das novas tecnologias.

Estas linhas de modernização do Serviço Público de Emprego vêm na sequência do que é defendido também no Programa da União Europeia para a Mudança e Inovação Social, ao referir: “Os SPE devem passar a funcionar como entidades dedicadas à aprendizagem ao longo da vida, oferecendo uma ampla gama de serviços (avaliação de competências, formação, orientação profissional, correspondência de empregos e perfis, aconselhamento a clientes, ...) e dando resposta às necessidades das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho”.

Face à pressão competitiva e à transformação das características da população, a composição do desemprego está a alterar-se: permanecem os problemas conhecidos de desemprego devido a baixas qualificações e entre grupos em risco de pobreza e exclusão social e surgem novos fenómenos de desemprego jovem, qualificado e mesmo altamente qualificado. A persistência do desemprego não apenas corresponde a uma perda por não realização de potencial económico como é um risco para a coesão social e um fator de frustração das pessoas.

A Região deverá, assim, adaptar a sua política ativa de emprego de modo a responder adequadamente às várias dimensões do risco de desemprego, nomeadamente através da concretização dos seguintes objetivos de política regional:

- Continuar a melhorar os mecanismos de transição de jovens entre a escola e a vida ativa, investindo no reforço da orientação vocacional;
- Reforçar os mecanismos de transição de jovens entre a escola e a vida ativa, através de estágios profissionais dirigidos a jovens com qualificações intermédias e superiores;
- Continuar a apoiar a contratação de pessoas em grupos em risco especialmente acrescido de desemprego e de desemprego prolongado;
- Continuar a apoiar a criação do próprio emprego por jovens à procura de primeiro emprego;
- Continuar a apoiar a criação do próprio emprego por pessoas em grupos em risco especialmente acrescido de desemprego e de desemprego prolongado;
- Promover apoios à absorção de recursos humanos avançados nas empresas, em articulação com a criação de unidades empresariais de I&DT.

O aumento da empregabilidade e do emprego tem uma dimensão de **Inclusão social** que deve ser desenvolvida, por forma a combater o risco de pobreza na Região e a prevenir situações de desqualificação social e perda de contacto com o mercado de trabalho. Daí ser prioritário prosseguir com programas de apoio à permanência - ainda que apoiada - de ligações ao mundo do trabalho por parte de desempregados em situação de especial vulnerabilidade.

Na Região, existem grupos especialmente vulneráveis no mercado de trabalho que, em contexto de intensificação da pressão competitiva, vêm o seu risco de marginalização e exclusão social acrescido. Entre tais grupos avultam as pessoas portadoras de deficiência, em relação às quais deve haver uma abordagem integrada de promoção de oportunidades de vida independente nas diversas fases do seu ciclo de vida. Para a construção de melhores oportunidades de vida para este grupo, a Região adotará medidas de política de igualdade dirigidas a deficientes.

Paralelamente, existem problemas sociais que, não se materializando imediatamente sobre o mercado de trabalho, implicam, para que se consiga a plena inclusão social, uma intervenção integrada junto das vítimas de modo a combater as origens da sua vulnerabilidade e a iniciar trajetórias de inserção. Na Região foram identificados dois problemas desta natureza, para os quais foram definidas estratégias de intervenção adequadas através de Planos Regionais com vigência entre 2009 e 2011 (violência doméstica e pessoas sem abrigo). Na decorrência da sua avaliação, tem-se como objetivos: (i) aperfeiçoar intervenções, bem como equacionar novas ações no combate à violência doméstica; e (ii) dar continuidade a medidas e apostar em novas intervenções para pessoas sem abrigo.

O risco de exclusão social é, frequentemente, potenciado pelos contextos territoriais desfavoráveis. Em ordem a dinamizar as comunidades locais para se tornarem geradoras de inclusão e a gerar novas oportunidades, nomeadamente nos serviços de proximidade, a política de desenvolvimento local do emprego definiu os seguintes objetivos:

- Renovar as políticas de recuperação do contacto com o mercado de trabalho por parte de desempregados de longa duração, pessoas em situação de pobreza severa e outros grupos em risco de exclusão social pelo estímulo a medidas integradas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, formação profissional e experiências temporárias de trabalho, em programas de formação-emprego, ocupação, empregos de inserção e/ou outros com o mesmo propósito;
- Reforçar os apoios à criação de emprego nos serviços sociais, nomeadamente por Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições do 3º Sector;
- Estimular o surgimento de iniciativas de desenvolvimento local sustentáveis, orientadas para a dinamização das economias locais e a prestação de serviços de proximidade;
- Qualificar a Rede de Centros Comunitários e reforçar a rede de IPSS e outras entidades sem fins lucrativos com o objetivo de rentabilizar os recursos locais no combate à pobreza, através de soluções de Inovação e Empreendedorismo Social;
- Capacitar instituições do ponto de vista da operacionalização de metodologias de acolhimento e ativação de públicos mais problemáticos;
- Adotar a perspetiva da reabilitação contínua, desenvolvendo novas respostas para novas necessidades, nomeadamente em relação à aquisição da deficiência na idade adulta, a par do prosseguimento do funcionamento do sistema de reabilitação;
- Reforçar os apoios especiais à integração de deficientes em mercado aberto e em situações protegidas de trabalho, p.e., através de incentivos à contratação, apoios à adaptação de postos de trabalho e ao emprego protegido e ao acompanhamento individual na transição da pessoa apoiada para o mercado de trabalho;
- Apoiar experimentalmente a criação de serviços sociais diferenciados de apoio à autonomia de pessoas idosas com deficiência;
- Melhorar o acesso a serviços de saúde;
- Reorientação da estratégia respeitante às unidades hospitalares da Região;

- Alargar a rede e melhorar as condições de funcionamento da educação integrada para crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Síntese da relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento, segundo os Domínios de intervenção da Prioridade Temática- Promoção da Coesão Social

A Tabela seguinte expressa os campos de integração dos objetivos de política regional, no contexto dos Objetivos temáticos e das Prioridades de Investimento que enquadram a programação.

Entre os objetivos sistematizados, encontram-se medidas de intervenção que se situam para além das atribuições e competências do serviço público de emprego devendo envolver outras entidades (segurança social, saúde,...).

	Promoção Emprego	Inclusão Social
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		
O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	x	-
A integração sustentável dos jovens no mercado laboral, em especial dos que não estão em situação de emprego, ensino ou formação;	x	-
O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas;	x	-
A igualdade entre homens e mulheres e a conciliação da vida profissional e privada;	x	-
A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;	x	-
O envelhecimento ativo e saudável;	x	-
A modernização e a consolidação das instituições do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade laboral transfronteiras;	x	-
O desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas;	x	-
O apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para áreas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e a maior acessibilidade e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais;	x	-
Iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar novos empregos, sempre que essas medidas não se enquadrem no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º [...] /2012 [FSE];	x	-
O investimento na infraestrutura dos serviços públicos de emprego.	x	-
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza		
A inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade;	-	x
A integração de comunidades marginalizadas tais como os ciganos;	-	x
A luta contra as discriminações com base no sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual;	-	x
A melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	-	x
A promoção da economia social e das empresas sociais;	-	x
As estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais;	-	x
Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	-	x
O apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas;	-	x
O apoio às empresas sociais.	-	x

D. Prioridade Temática - Desenvolvimento Sustentável

A Região defronta-se com uma expectável degradação das condições de funcionamento e de segurança das infraestruturas e equipamentos coletivos com forte impacto potencial na sustentabilidade de sistemas e redes de suporte à atividade económica e à qualidade de vida das populações, mas também na salvaguarda de recursos e valores naturais.

Os constrangimentos orçamentais da Região, decorrentes do *Memorandum* de Entendimento e do PAEF, adicionado à necessidade do aproveitamento das verbas da Lei de Meios e ao plafond dos 150 MEuros, tornam qualquer eventual margem orçamental destinável à conservação plurianual corretiva meramente residual e sem capacidade de intervenção preventiva.

O expectável prolongamento das restrições orçamentais nos próximos anos, não poderá deixar de ter consequências severas em termos das condições de exploração e de segurança na utilização das infraestruturas e equipamentos públicos. Trata-se, aliás, de necessidades de intervenção que remontam há alguns anos, dado que o intenso programa de investimento público e as continuadas dificuldades orçamentais, tiveram por consequência uma persistente falta de meios para afetar à conservação/manutenção das infraestruturas e equipamentos, entretanto, colocados em serviço.¹⁴

Os relevantes constrangimentos assinalados não devem inibir uma abordagem das necessidades de intervenção no horizonte 2020, sob a forma de objetivos de política regional para um vasto conjunto de domínios setoriais abrangidos na Prioridade Temática - Desenvolvimento Sustentável.

✓ Ordenamento Urbano e Territorial

Neste importante pilar de desenvolvimento, formulam-se os seguintes objetivos de política regional:

- Consolidar a malha urbana, conter a expansão desordenada, implementar ou concluir as redes de âmbito regional, promover e desenvolver a cooperação territorial de âmbito supra-municipal, atenuar a desagregação e fragmentação do solo, dos espaços abertos, e dos diversos serviços ecossistémicos, e promover a coesão social assegurando a universalidade do acesso aos serviços de interesse geral.
- Prosseguir a estratégia que visa a plena coesão territorial na Região e o proporcionar de condições de equidade económica, social e espacial no acesso aos bens, serviços e equipamentos, contribuindo para atenuar a macrocefalia da capital regional e os constrangimentos daí decorrentes, traduzindo-se numa atuação transversal e multidisciplinar que permita o fomento de sistemas urbanos policêntricos, como forma de atenuar o desenvolvimento centrípeto da Região.
- Promover a sustentabilidade do território através da consolidação da malha urbana, da reabilitação e melhoramento das infraestruturas coletivas e das grandes redes de serviços, estabelecendo o equilíbrio entre as atividades humanas e a salvaguarda dos valores naturais.

¹⁴ Este problema não é exclusivo da Madeira: dados relativos a Portugal, no que concerne a infraestruturas de transporte, apontam para uma relação entre investimento inicial e manutenção de 7 para 1 (média europeia de 2 para 1). No período 1992/99, as despesas de manutenção, como proporção das despesas de investimento, foram de 23%, passando para 12%, no período 2000/2008.

- Conter a expansão de áreas periurbanas e regular a habitação dispersa, altamente consumidora de solo, de energia, fenómenos que têm acentuado os problemas de degradação do capital natural, da qualidade e disponibilidade dos recursos, da erosão e impermeabilização dos solos, da eficiência energética, da mobilidade, obrigando de forma casuística e não programada a avultado investimento público em infraestruturas e à prestação de serviços coletivos.
- Proceder à revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território, em vigor há cerca de três décadas, que constitui naturalmente o instrumento enquadrador das medidas e ações que irão corporizar os objetivos assinalados nos pontos precedentes.

Na vertente litoral do ordenamento, de grande importância do litoral num espaço insular, afigura-se indispensável definir parâmetros de desenvolvimento sustentado para cada atividade utilizadora das diferentes zonas costeiras, tendo sempre presente as dimensões económica, ambiental e social do mar, no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial, revisitando os trabalhos efetuados no âmbito do ordenamento da orla costeira, que não chegaram a merecer consagração legal.

✓ **Reabilitação Urbana**

A reabilitação urbana constitui uma área estratégica de importância capital para a RAM, no contexto da política das cidades e da habitação, e no quadro das atividades económicas ligadas aos setores da construção e da dinamização do arrendamento imobiliário.

A requalificação e revitalização dos centros urbanos, dotando-os de equipamentos coletivos e intervindo no parque habitacional edificado, representa um desafio crucial para evitar a desertificação dos centros das cidades e a degradação das periferias, bem como para promover uma melhor mobilidade, melhor ambiente urbano e qualidade de vida dos cidadãos.

Os principais objetivos de política regional de reabilitação urbana, são os seguintes:

- Requalificar, equipar e dinamizar a malha urbana evitando direta e indiretamente a desertificação dos núcleos, e a degradação das periferias e dos centros históricos.
- Dinamizar o mercado de trabalho, impulsionar a atividade da construção e incrementar a atratividade do setor do arrendamento urbano.
- Conter o “consumo” de solo rural e reduzir a especulação imobiliária, com a consequente procura de locais mais baratos e menos adequados, e a desvalorização dos imóveis existentes.

✓ **Alterações Climáticas**

No domínio das Alterações Climáticas, importa desenvolver um trabalho a montante de reforço do conhecimento prospetivo acerca dos fenómenos em presença e anunciados, integrando redes internacionais de investigação e de partilha de conhecimento e práticas de intervenção.

Paralelamente, afigura-se indispensável desenvolver abordagens de interação entre as diferentes tutelas regionais (saúde pública, turismo e lazer, recursos hídricos, zonas costeiras, agricultura e florestas,...) de modo a sinalizar medidas de intervenção que garantam, nomeadamente:

- (i) divulgação de conhecimento científico e boas práticas de adaptação;

(ii) medidas antecipatórias de atenuação de vulnerabilidades e efeitos; e

(iii) elaboração de orientações estratégicas e operacionais de adaptação às Alteração Climáticas, em termos globais e sectoriais.

✓ Resíduos

No domínio dos Resíduos tem-se em vista contribuir para a proteção do ambiente e a promoção da eficiência dos recursos, campo de intervenção do Objetivo temático 6 que enquadra Prioridades de investimento que têm como propósito superar importantes necessidades de investimento no sector dos resíduos, de modo a satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União. Por forma a ultrapassar constrangimentos estruturais temáticos e territoriais identificados, identificam-se os seguintes objetivos:

- *Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse coletivo em razão da ultraperifricidade* - Compensação dos sobrecustos decorrentes da recolha, acondicionamento, transporte para tratamento e tratamento dos resíduos;
- *Aumentar a eficiência dos sistemas de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos* - através da renovação da frota de recolha de resíduos e da implementação de equipamentos de recolha seletiva;
- *Garantir o tratamento adequado dos resíduos perigosos produzidos na Região* - pelo investimento em formas mais económicas ou tecnicamente mais adequadas para a gestão de determinados resíduos perigosos, incluindo as vertentes de recolha, acondicionamento, transporte para tratamento e tratamento;
- *Garantir o destino final dos resíduos não passíveis de valorização e o encerramento ambiental adequado das infraestruturas que esgotaram o seu tempo de vida útil;*
- *Promover a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem* - através do desenvolvimento de campanhas de sensibilização/informação da população, incentivando à adoção de boas práticas de gestão de resíduos, nomeadamente na prevenção e redução da produção de resíduos bem como na deposição seletiva adequada dos resíduos recicláveis.

✓ Água

A água constitui um recurso natural endógeno de grande importância estratégica para a Região que, como espaço insular, deve proteger e valorizar este recurso dada a limitação de alternativas ambientalmente sustentadas e economicamente viáveis.

Nesse âmbito, a gestão dos recursos hídricos implica uma adequada política de planeamento e uma gestão otimizada que vise a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos regionais, que deverá evoluir dentro dos seguintes Objetivos de Política Regional:

- Promover a implementação de soluções e tecnologias inovadoras nos sistemas de gestão e utilização da água com potencial para dinamizar a competitividade das empresas e contribuir para a sustentabilidade da economia das famílias e do sector público;

- Promover o Planeamento e a Proteção dos recursos hídricos e da qualidade das águas da Região Hidrográfica da RAM;
- Apoiar intervenções de superação das necessidades de investimento no sector da água;
- Promover a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para a saúde humana, incluindo perdas humanas, o ambiente, o património cultural, as infra - estruturas e as atividades económicas em estreita articulação com o Plano de Gestão de Região Hidrográfica (Diretiva n.º 2007/60/CE, de 23 de Outubro);
- Monitorizar dos recursos hídricos da Região para conhecer, avaliar e classificar o estado das componentes qualitativa e quantitativa. Apoiar a tomada de decisão nas utilizações de recursos hídricos, de modo a assegurar uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água, bem como na definição dos programas de medidas;
- Garantir no período 2014-2020, a aplicação do regime da qualidade da água destinada ao consumo humano (Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro) que tem por objetivo a proteção da saúde humana;
- Assegurar a gestão da qualidade das águas balneares prosseguindo objetivos de proteção da saúde humana e de preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente;
- Assegurar a proteção do ambiente, das águas superficiais dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas (Diretiva 91/271/CEE, de 21 de Maio de 1991) e da descarga das águas residuais provenientes de serviços e dos sectores industriais;
- Aumentar a capacidade estratégica de armazenamento de água para utilizações múltiplas;
- Sensibilização dos utilizadores para a eficiência no consumo de recursos hídricos.

✓ Equipamentos Coletivos

No domínio das infraestruturas e equipamentos públicos, o objetivo a atingir pelas políticas públicas, consiste em assegurar a sua adequada disponibilidade em termos territoriais (no sentido de assegurar uma efetiva coesão e solidariedade interna) e a sua exploração e utilização, em termos das melhores condições de segurança e sustentabilidade social, económica e ambiental.

A superação dos constrangimentos e riscos que ameaçam as infraestruturas e equipamentos públicos na Região, recomendam o desenvolvimento de estudos estratégicos de avaliação dos riscos e incertezas de adaptação/ mitigação e uma melhoria na monitorização e conhecimentos integrados sobre os fenómenos naturais mais ameaçadores, (designadamente os geo-hidrológicos), para o ciclo de vida das infraestruturas; importa também promover a adaptação e aplicação de legislação específica ao território da RAM.

✓ **Energia**

A **Política Energética Regional** encontra tradução operacional nos Planos de Ação para a Energia Sustentável da RAM e do Porto Santo, aprovado pelo Governo Regional em 2012, e que assenta em objetivos estratégicos e específicos, materializados nas Medidas da Tabela seguinte.

Objetivos estratégicos para o sector	Objetivos específicos para o sector
1. Garantir a segurança do aprovisionamento de energia. 2. Assegurar a sustentabilidade económica e ambiental do sector. 3. Assegurar a qualidade dos serviços energéticos. 4. Contribuir para a criação de emprego e valor acrescentado regional. 5. Contribuir para a competitividade da economia regional.	1. Melhorar a segurança do aprovisionamento de energia (expresso em dias de autonomia de armazenamento de energia primária importada). 2. Reduzir a dependência do exterior (expresso em energia importada/procura total de energia primária). 3. Reduzir a intensidade energética no Produto Interno Bruto (expresso em tep/MEuro). 4. Reduzir as emissões de dióxido de carbono (expresso em toneladas de CO2).
Medidas a Implementar	
1. Construção de infraestruturas para a diversificação das fontes de energia, incluindo a introdução de combustíveis alternativos ao petróleo, designadamente biocombustíveis e gás natural. 2. Aumento da capacidade de armazenamento de energia no sistema elétrico, para maximizar a penetração de energias renováveis. 3. Melhoria das redes de transporte e distribuição de energia elétrica, para promover a fiabilidade e a eficiência, bem como o desenvolvimento de redes inteligentes. 4. Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (hídrica, eólica, solar, biomassa, ...). 5. Promoção da eficiência energética e das energias renováveis nos serviços públicos, empresas e sector residencial, incluindo edifícios, transportes, iluminação pública, indústria e outras instalações e equipamentos. 6. Avaliação de oportunidades de aplicação de novas tecnologias eficientes e de novas fontes de energia renováveis (geotermia induzida, eólica offshore, ondas, correntes marítimas e outras). 7. Promoção da investigação, demonstração, inovação e cooperação na área da eficiência energética e das energias renováveis. 8. Criação de instrumentos regulamentares e dotação de meios técnicos e financeiros para a implementação dos Planos de Ação para a Energia Sustentável. 9. Rever planos de ordenamento do território a nível municipal orientados para a implementação de padrões residenciais e de mobilidade menos pesados em termos de emissões de carbono.	

Estas Medidas articulam-se positivamente com um conjunto de objetivos de política regional, no enquadramento de diversos Objetivos temáticos da programação:

- Fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;
- Implementação de soluções e tecnologias inovadoras no domínio da energia com potencial para dinamizar a competitividade das empresas e contribuir para a sustentabilidade da economia das famílias e do sector público;
- Prospeção, inventariação, avaliação e monitorização de recursos energéticos endógenos;
- Promoção das fontes de energia renováveis e outros recursos endógenos na produção de eletricidade e na produção de energia térmica;
- Integração da mobilidade elétrica com sistemas inteligentes de gestão de redes elétricas, para melhorar a estabilidade e a penetração de energias renováveis;

- Aumento da capacidade de armazenamento de energia no sistema elétrico para maximizar a penetração de energias renováveis na produção da eletricidade e melhorar a qualidade e segurança do abastecimento;
- Promoção de redes de distribuição de energia térmica para aproveitamento de fontes de energia renováveis e de frio ou calor residual;
- Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;
- Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nos serviços públicos (edifícios, transportes, iluminação pública e equipamentos) e no sector residencial;
- Diversificação das fontes de energia com introdução de combustíveis alternativos ao petróleo, designadamente biocombustíveis e gás natural;
- Promoção de investimentos para assegurar uma maior capacidade de adaptação às alterações climáticas e de resistência às catástrofes (retenção estratégica de águas em barragens/reservatórios);
- Superação das importantes necessidades de investimento no setor da água, face às suas múltiplas utilizações;
- Promoção de ações para reduzir a poluição do ar;
- Promoção da sensibilização para a energia sustentável, incluindo nomeadamente os aspetos de eficiência energética e promoção de energias renováveis;
- Melhoria das redes de transporte e distribuição de energia para promover a fiabilidade e eficiência;
- Promoção da eficiência energética e de fontes de energia mais limpas nos transportes terrestres, marítimos e aéreos;
- Desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenagem e transmissão de gás, eletricidade e calor.

✓ Transportes

A gestão integrada do setor Transportes terrestres assenta num conjunto de objetivos perspetivados pela Secretaria Regional da Cultura Turismo e Transportes, constantes na Tabela seguinte.

No setor dos Transportes terrestres e Viação é indispensável assegurar uma eficaz interconexão entre todos os operadores para criar sinergias e induzir ganhos de eficiência que melhorem a competitividade do setor. As entidades governamentais regionais com competência nesta área, têm por isso um desafio no acompanhamento e implementação de medidas e ações de planeamento, gestão, controlo e fiscalização, principalmente a nível de sistemas de TIC.

Objetivos estratégicos para o sector	Objetivos específicos para o sector
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir as externalidades negativas do setor dos transportes terrestres 2. Reduzir os consumos dos recursos naturais primários 3. Manter a sustentabilidade do setor dos transportes públicos coletivos regionais 4. Promover a utilização dos transportes públicos 5. Garantir a acessibilidade aos transportes públicos e a sua melhor integração entre operadores 6. Promover ações com vista à segurança rodoviária e à utilização dos modos suaves 7. Monitorização e gestão do sistema de mobilidade 8. Garantir a regulamentação do mercado dos transportes públicos terrestres coletivos 9. Garantir a integração informativa entre operadores de transporte públicos coletivos 10. Suportar medidas de informação para gestão e promoção da mobilidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a regulamentação do mercado dos transportes Públicos terrestres coletivos 2. Garantir a integração informativa entre operadores de transportes públicos coletivos regionais 3. Suportar medidas de informação para gestão e promoção da mobilidade 4. Reduzir as externalidades negativas do setor dos transportes públicos terrestres 5. Reduzir os consumos dos recursos naturais primários 6. Apoiar o investimento para a adaptação às alterações climáticas 7. Promover investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes 8. Manter a sustentabilidade do setor dos transportes públicos coletivos regionais 9. Promover a utilização dos transportes públicos 10. Garantir a acessibilidade aos transportes públicos e a sua melhor integração física entre operadores 11. Implementar ações para promoção da segurança rodoviária e dos modos suaves 12. Monitorização e gestão do sistema de mobilidade 13. Adaptar trabalhadores, empresas e empresários à mudança 14. Inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade 15. Investir nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.
Medidas a Implementar	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proceder à integração tarifária entre os diferentes operadores regionais 2. Proceder à definição das regras do centro de compensação entre os diferentes operadores regionais 3. Proceder à integração informativa para o setor dos transportes públicos coletivos regionais 4. Consolidar e estender a todos os operadores os sistemas de monitorização da frota e de bilhética sem contacto 5. Consolidar e estender a todos os operadores os sistemas de informação ao público, “mobile” e “on time” (ex. travelplanner), garantindo a sua interconexão. 6. Criar uma plataforma integrada para informação sobre a mobilidade regional 7. Criar sistemas de incentivos financeiros contínuos para a renovação periódica das frotas de transportes públicos 8. Implementar ações para limitação do uso da viatura individual (reduzir o congestionamento do trafego) 9. Aumentar a eficiência da rede de transportes públicos, melhorando as sinergias entre redes urbanas e interurbanas, incluindo a criação de estações de camionagem 10. Criar a figura do gestor da mobilidade em grandes polos de atração/geração 11. Implementar a transição para um sistema de acesso aos centros urbanos reservado a transportes energeticamente menos intensivos 12. Elaborar planos de contingência relativos à utilização dos transportes públicos em situações de calamidade 13. Implementar um sistema de controlo e análise de riscos em túneis rodoviários, incluindo equipamentos de transmissão e comunicação no interior dos túneis 14. Implementar atividades de promoção e sensibilização para eco-drive 15. Avaliar a possibilidade da introdução de biocombustíveis em grandes frotas de transporte público coletivo, no turismo e na logística urbana e regional 16. Reduzir os sobrecustos certificados do setor dos transportes públicos coletivos regionais 17. Garantir mecanismos de comparticipação dos custos sociais do sistema de transportes públicos urbanos e interurbanos 18. Promover em âmbito escolar a utilização dos transportes públicos coletivos juntamente com a promoção dos modos suaves 19. Suportar ações para a integração entre modos de transporte (ex. carro + autocarro) 20. Intervir para a melhoria da rede de abrigos e terminais de transbordo para uma melhor acessibilidade aos serviços de transporte coletivo 21. Desenvolver estudos de sistemas alternativos de transporte vertical (ex. elevadores, escadas rolantes) 22. Desenvolver sistemas automáticos para o controlo das infrações e contraordenações 23. Implementar ações inovadoras de promoção da segurança rodoviária 24. Implementar ações para suporte dos planos urbanos pedonais 25. Desenvolver sistemas integrados para a contagem e monitorização da mobilidade urbana e regional 26. Desenvolver sistemas de informação inteligentes de apoio ao planeamento e à comunicação com o público 27. Desenvolver um sistema de controlo e gestão da logística urbana e regional para aumento da eficiência coletiva e conseqüente redução das externalidades negativas 28. Melhorar o nível de qualificação de todos os profissionais do setor e da administração pública através de programas específicos de formação e qualificação profissional, incluindo na área da segurança rodoviária 29. Garantir o acesso ao transporte público por parte das faixas populacionais mais sensíveis como desempregados e idosos e pessoas com mobilidade reduzida 30. Elaborar planos de mobilidade articulados a nível municipal e supra municipal 31. Desenvolver um programa de fiscalização de álcool, substâncias psicotrópicas, velocidade, dispositivos segurança e distâncias de segurança 32. Desenvolver um sistema de controlo automático de condutores e veículos com base na interligação de sistemas de informação (TIC's) 33. Reformular o exame de condução e as condições de acesso, nos termos da legislação em vigor 34. Reforçar o sistema de controlo de inspeções a veículos para elevar padrões de qualidade dos Centros de Inspeções. 	

✓ Transportes marítimos

As condicionantes ultraperiféricas do Arquipélago, obrigam a um esforço de investimento em infraestruturas portuárias desproporcional para a economia regional e sem paralelo, em termos relativos, com os investimentos que são necessários realizar pelos diversos Estados-Membros e outras Regiões no âmbito das suas políticas de transporte. Ao setor público cabe criar ou estimular a instalação de atividades que constituam externalidades positivas e obstar à geração de externalidades negativas.

A rede de infraestruturas e equipamentos marítimo-portuários de ligação à Rede Transeuropeia de Transportes carece de intervenções de reabilitação urgentes e de melhoramentos quanto à sustentabilidade, eficiência energética e segurança. Necessidade de implementação de procedimentos, ações e equipamentos, quer ao nível público quer privado, com vista à melhoria do controle e segurança no transporte de passageiros e de mercadorias, assim como a necessidade da execução de alguns estudos no âmbito deste setor estratégico para a economia regional e integrado no “Cluster do Mar”. Tendo presente este vetor, é também necessário dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo-turísticas, pela relevância que estas assumem para a Região, a nível geral e turístico.

Os objetivos seguintes na Tabela expressam as principais prioridades para colmatar essas externalidades no âmbito do setor portuário:

- Reabilitar urgentemente o Equipamento Portuário da RAM;
- Melhorar a Eficiência dos Equipamentos Portuários Existentes;
- Aumentar a capacidade comercial dos Portos da RAM;
- Fomentar a procura e promoção dos Portos da RAM.

✓ Transportes aéreos

A descontinuidade territorial não deve constituir um entrave ao normal transporte de pessoas e bens, razão pela qual as acessibilidades são fundamentais para o desenvolvimento da RAM. Atendendo à condição de insularidade da Região e à importância que o turismo tem na sua economia, há que garantir e promover, a todo o tempo, o transporte aéreo junto dos mercados emissores.

A promoção deve ser dirigida não apenas para os mercados tradicionais como também para a conquista de novos mercados, potenciando assim o nível de competitividade das empresas regionais, através da sua presença ativa no mercado global, apostando no conhecimento de mercados, promoção e marketing internacional.

✓ Cultura

Pela rede de relações e de interações que a cultura proporciona, com retorno para a economia e a coesão social, o investimento público deve desempenhar um relevante papel que contemple intervenções na recuperação e conservação do património edificado, na incorporação das novas tecnologias para divulgação dos conteúdos e no reforço e modernização da oferta cultural (organização de festivais temáticos, integração de propostas das indústrias criativas e do audiovisual na estratégia da Cultura...).

Estas perspetivas de orientação das intervenções de política pública no Domínio da Cultura têm em vista responder: à necessidade e importância de assegurar às populações e aos visitantes, uma oferta cultural de qualidade, com reflexos no fomento do turismo cultural e da dinamização económica dos pólos de atração, e à necessidade de afirmar a qualidade e singularidade dos conteúdos que diferenciam a RAM enquanto testemunhos de história e de identidade e que precisam ser potenciados através de uma eficaz organização das ofertas culturais e sequente divulgação.

A resposta às necessidades referenciadas pressupõe trabalhar as áreas da preservação e divulgação dos bens patrimoniais que são marcas de identidade, da requalificação da oferta cultural e da redefinição de programas e iniciativas.

Para enquadramento de incentivos no quadro das políticas públicas regionais, estabelecem-se quatro principais objetivos: (i) Promover, de forma sistemática e integrada, a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) como instrumento de um marketing mais dinâmico, visando uma maior divulgação da cultura da RAM; (ii) Estimular as parcerias com entidades culturais, associações ou empresas, em ordem à produção e difusão de conteúdos ou à realização de eventos que dinamizem a oferta cultural; (iii) Incrementar, nas diferentes áreas dos Museus e do Património Cultural, políticas de conservação, investigação, restauro e divulgação, por forma a salvaguardar a memória e a identidade insular e, ao mesmo tempo, proporcionar contributos específicos aos domínios da oferta e do turismo cultural; (iv) Apostar na rentabilização dos conteúdos culturais resultantes do investimento institucional; e (v) Fomentar a investigação científica no domínio dos estudos insulares atlânticos e intercontinentais, bem como a divulgação dos estudos feitos nessas áreas.

Síntese da relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento, segundo os Domínios de intervenção da Prioridade Temática - Desenvolvimento Sustentável

A Tabela-síntese seguinte sistematiza um exercício preliminar de relação dos Objetivos temáticos de programação com as Prioridades de Investimento dos Fundos de Coesão que emergem dos objetivos de política regional, identificados para os diferentes Domínios de intervenção.

No entanto, importa ter presente que as prioridades do Desenvolvimento Sustentável têm contribuições expressivas por parte das Medidas do FEADER e do FEAMP, designadamente no campo dos Objetivos temáticos referentes à adaptação às Alterações Climáticas e à Proteção do Ambiente e eficiência de recursos (cf. Tabelas da Prioridade Temática A referentes às Medidas FEADER e FEAMP).

Prioridades de investimento (FEDER, FSE e FC)	Domínios de Intervenção					
	Alter. Clim.	Água	Equipa. Coletivos	Energia	Transportes	Cultura
1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação						
O fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	-	-	-	x	-	x

Prioridades de investimento (FEDER, FSE e FC)	Domínios de Intervenção					
	Alter. Clim.	Água	Equip. Coletivos	Energia	Transportes	Cultura
A promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas- piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral.	-	-	-	-	-	x
2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade						
O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC	-	-	-	-	x	x
O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciber inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	-	-	-	-	x	x
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores						
A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis;	-	-	-	X	-	-
A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;	-	-	x	X	x	-
O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação;	-	-	-	X	-	-
Fomento da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono	-	-	-	-	x	-
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos						
O apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas	x	X	X	-	x	-
A promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	-	-	x	x	x	-
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos						
A superação das importantes necessidades de investimento no setor dos resíduos, de modo a satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União;	x	-	-	-	-	-
A superação das importantes necessidades de investimento no setor da água, de modo a satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União;	-	-	-	X	-	-
A proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural;	x	-	-	-	-	x
Ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano, a regeneração de instalações industriais abandonadas e a redução da poluição do ar;	x	-	-	x	x	-
A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e eficiência de recursos nos setores da água, dos resíduos e da proteção dos solos, bem como para reduzir a poluição atmosférica;	-	-	-	-	x	-
O apoio à transição industrial para uma economia com eficiente gestão de recursos, bem como a promoção do crescimento verde.	-	-	-	-	x	-
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas						
A melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE-T;	-	-	x	-	x	-
O desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenagem e transmissão de gás e eletricidade.	-	-	-	x	x	-
Desenvolvimento de sistemas de transportes ecológicos e com baixa emissão de carbono, nomeadamente os transportes fluviais e marítimos, os portos e as ligações multimodais	-	-	-	-	x	-
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral						
O apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para áreas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e a maior acessibilidade e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais	-	-	-	-	-	x

Prioridades de investimento (FEDER, FSE e FC)	Domínios de Intervenção					
	Alter. Clim.	Água	Equipa. Coletivos	Energia	Transportes	Cultura
Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	-	-	-	-	x	-
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza						
A inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade	-	-	-	-	-	x
Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	-	-	-	-	x	-
A promoção da economia social e das empresas sociais.	-	-	-	-	x	x
11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente						
Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.	-	-	-	-	x	-

II. 4. Instrumentos de política e Governação - abordagem preliminar

4.1. Elementos de Programação

No processo de programação do acesso e utilização dos Fundos Estruturais existe um conjunto de pressupostos e orientações que se encontram estabilizados e existem matérias em aberto, tanto no espaço de decisão do Estado-membro (Portugal), como do espaço de decisão das Regiões.

Nesta abordagem preliminar, procede-se a uma focalização dos Objetivos temáticos que deverão enquadrar na Região o acesso e a aplicação dos dois principais Fundos da Coesão (FEDER e FSE), considerando um cenário de partida de preparação de dois Programas Operacionais, que todavia, poderá evoluir para um Programa multifundos.

O exercício de focalização não retém, neste quadro, os Objetivos temáticos 2 (Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade); 5 (Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos); e 7 (Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas). As Prioridades de investimento destes dois últimos Objetivos temáticos (importantes para a Região), deverão ser predominantemente enquadradas no âmbito do instrumento de programação que venha a organizar a aplicação do Fundo de Coesão em Portugal.

Esta abordagem multifundos não integra, ainda, elementos de programação multifundos (ainda que sugeridas em diversos contributos setoriais dirigidos ao IDR, parte dos quais ventilados neste Diagnóstico prospetivo Regional, designadamente para a Agricultura e as Pescas, com referência explícita à necessidade de articulação entre Fundos de Coesão e outros de investimento europeus).

Instrumentos de Política Pública para a RAM (FEDER e FSE)

Prioridades Temáticas	Objetivos Temáticos UE	Principais Instrumentos de Política Pública
1. Promoção da competitividade da economia	OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1 - Estruturação / Consolidação do SRDITI
	OT3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	1.2 - Qualificação das empresas e da atividade turística (Sistemas de Incentivos)
2. Desenvolvimento sustentável	OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	2.1 - Energias renováveis e eficiência energética e introdução de fontes de energia com menor teor de carbono
	OT6. Proteger o ambiente e promover a eficiência energética	2.2 - Gestão de resíduos e eficiência de recursos 2.3 - Proteção e Desenvolvimento do Património cultural
3. Promoção do emprego e da coesão social	OT8. Promoção do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	3.1 - Criação de emprego e reforço da empregabilidade 3.2- Empreendedorismo social e local
	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	3.3. - Inclusão social e combate à pobreza
4. Formação do capital humano	OT10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	4.1 - Qualificação Inicial - escolar e profissionalizante
		4.2 - Formação ao Longo da Vida
5. Capacitação Institucional	OT11. Reforçar a capacidade institucional e uma Administração Pública eficiente	5.1 Capacitação institucional - redução de custos de contexto, racionalização e reforma da Administração Regional

Em consequência, não são, igualmente, abordadas as Intervenções Territoriais Integradas, instrumentos inovadores do atual período de programação, as quais podem ser adotadas pela Região no quadro das orientações da Comissão Europeia que prevêem a existência de instrumentos de contemplança, nomeadamente, intervenções em Ilhas, em Cidades (Desenvolvimento Urbano Sustentável) e em territórios rurais (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

4.2. Governança e Cooperação Territorial

As matérias relativas à governança, à capacitação institucional e à cooperação territorial devem ser enquadradas: (i) por um lado, no esforço para a reforma/modernização/qualificação das funções do Estado, nomeadamente na sua relação com os cidadãos e as empresas na redução dos custos públicos de contexto (favorecedora da melhoria da eficácia e eficiência do desempenho dos Organismos da Administração, das entidades de interface e das Associações; e (ii) por outro lado, no esforço de desenvolvimento de experiências em áreas de investigação técnico-científica de aproveitamento e dinamização de oportunidades de cooperação económica e empresarial.

Em matéria de Governança, e tendo em vista de uma adequada conceção, programação e execução das políticas regionais, nos diversos enquadramentos de financiamento disponíveis para o horizonte 2020, o Diagnóstico prospetivo Regional assegurou o envolvimento técnico e institucional da generalidade dos

Organismos do Governo Regional e das Associações empresarias e sindicais, Associações de desenvolvimento, etc.

Esta participação deverá prolongar-se, consoante as atribuições e competências respetivas, na Unidade de Gestão e na Comissão de Acompanhamento do futuro Programa.

Paralelamente, as virtualidades reconhecidas ao modelo de gestão dos atuais Programas Rumos e Intervir + sugerem haver vantagem em replicar a experiência dos Organismos Intermédios e das Entidades com responsabilidade técnica na emissão de Pareceres de suporte à seleção e aprovação das operações, mas também no acompanhamento e na avaliação das realizações do Programa.

Assim, a governação do Programa Operacional a preparar para a RAM, na sequência da aprovação do Acordo de Parceria com a Comissão Europeia, deverá assentar nas estruturas de gestão e modelo de gestão utilizado no período de programação 2007-2013, com adaptações que reflitam as alterações regulamentares introduzidas, designadamente as que promovem a flexibilidade na utilização dos fundos (financiamento plurifundo) e a melhor operacionalização dos novos instrumentos orientados para Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial [Investimentos Territoriais Integrados (ITI); Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC); e Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)].

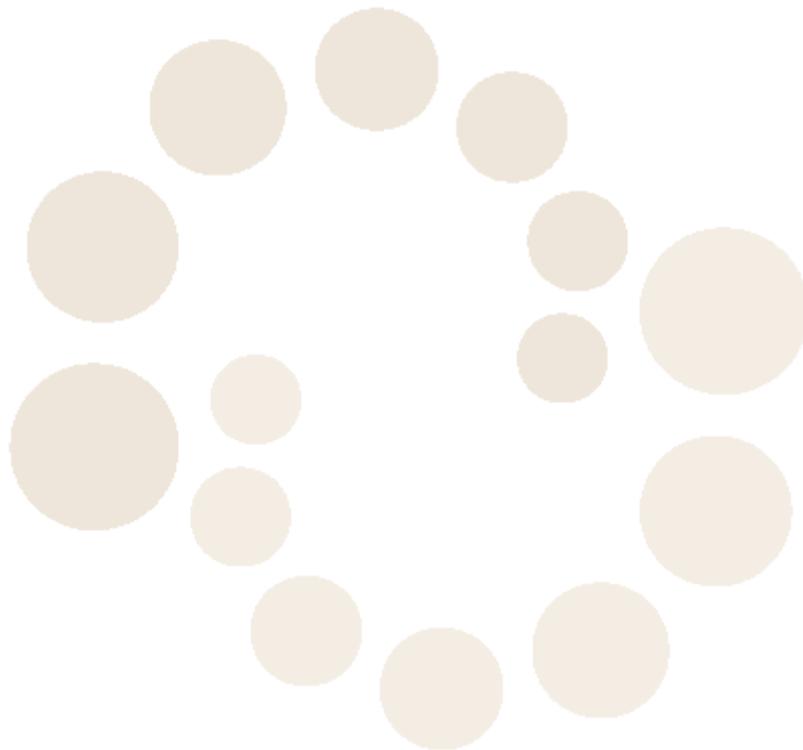
Nos domínios prioritários do incentivo ao desenvolvimento do Sistema Regional de Inovação, o modelo de governação deverá avaliar a viabilidade de mobilizar atores exteriores à Região, com papel reconhecido nas redes internacionais (europeias e mundiais) de I&D e em redes de transnacionais de Transferência de Tecnologia. Esta inclusão teria como objetivo a utilização destes atores na orientação dos esforços regionais no domínio da internacionalização do seu sistema de IDT+I e na suscitação, avaliação e seleção de projetos a apoiar.

Em matéria de Cooperação territorial, as orientações dos Regulamentos dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, apontam para a necessidade de uma maior focalização das intervenções, privilegiando as dimensões associadas à cooperação nas áreas da I&D, mantendo as prioridades transversais aos territórios na área do Ambiente e da Prevenção de riscos e das potencialidades económicas do Mar/RUP e da Biodiversidade, de grande relevância para a Madeira.

A prossecução de projetos relevantes para o desenvolvimento da RAM, a exemplo do que tem sucedido no passado, mantém um elevado grau de prioridade estratégica, atentas as maiores limitações no acesso a meios de financiamento do investimento na Região. O Parecer do Comité das Regiões acerca do Novo Quadro Financeiro Plurianual pós 2013 enfatiza a situação (específica e única) das RUP no acesso aos Fundos, recomendando: o aumento da taxa de cofinanciamento aplicada para a cooperação inter-regional nas RUP para 85%; a majoração em dez pontos percentuais da taxa de cofinanciamento dos EM que atravessem dificuldades orçamentais temporárias; e um aumento das dotações afetadas à política de coesão para um nível, pelo menos, igual ao período de programação atual.

Parece igualmente relevante que seja considerado o estímulo da Comissão Europeia à inclusão de países terceiros, na lógica da consideração das RUP atlânticas como “postos avançados da União Europeia”

promovendo o envolvimento de Cabo Verde (pela continuidade das especializações económicas e proximidade de alguns problemas estruturais) e procurando desenvolver uma dimensão de ligação a África onde o conhecimento e as qualificações das pessoas e das empresas dos territórios europeus podem representar um valor acrescentado significativo, procurando novos mercados.



Ficha Técnica

Título: Diagnóstico prospetivo Regional

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, n.º 16

9000-715 Funchal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: maio de 2013

Informação disponível em www.idr.gov-madeira.pt

